

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

MARCOS VINICIUS DA SILVA GOULART



INCURSÕES BIOPOLÍTICAS: O PODER JOVEM NAS TRAMAS DA ARENA
PÚBLICA

Porto Alegre

2011

MARCOS VINICIUS DA SILVA GOULART

INCURSÕES BIOPOLÍTICAS: O PODER JOVEM NAS TRAMAS DA ARENA
PÚBLICA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Nair Iracema Silveira dos Santos

Porto Alegre

2011

Dedico esse trabalho a todos os jovens que lutam dia a dia para que a sua vida seja melhor do que é, tendo que, diante das adversidades, provarem constantemente o seu valor.

AGRADECIMENTOS

À professora Nair, minha caríssima orientadora, pelo auxílio e amizade que tornaram essa pesquisa um bom encontro.

Às minhas colegas de pesquisa, Ana, Lúcia, Guilene e Irene, pela escuta nos momentos em que essa dissertação era apenas um rascunho de ideias.

Aos meus queridos colegas filósofos, Leonardo, Marden, Valéria, Juliana, Fábio, Anelise, Willian, Mariano, Caio e Roberto, pela amizade e belíssimas trocas de ideias.

À minha querida companheira, Nola, pela paciência e ouvido atento às minhas inquietudes, pelo amor e apoio nos momentos em que mais precisei.

Aos meus pais, Vera e Mario, pela vida que me deram.

Às minhas irmãs e sobrinhos, pelo apoio e fé que sempre depositaram em mim.

À professora Gislei e a amiga Júlia, pela sensibilidade ao lidar com a problemática dos jovens.

Aos meus queridos colegas conexãoistas, que provaram que a Universidade pode ser realmente transformadora e plural.

Ao Comitê de Resistência Popular da Restinga, um espaço de luta, amizade e utopia, um lugar que me fez ver o mundo de outro modo.

Ao Feres, pelo compromisso com a educação no bairro Restinga.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela formação e comprometimento com o trabalho acadêmico.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro que, sem o qual, comprometeria a qualidade dessa pesquisa.

RESUMO

Problematiza-se neste trabalho o poder jovem como objeto de políticas públicas no Brasil. Ele não é uma coisa que se possui ou que possa ser dado por alguém. Ele é uma produção da arena pública, um nome dado a uma situação estratégica de poder que tanto pode produzir práticas políticas direcionadas à conduta dos jovens, quanto fazer emergir novos modos de existência. No primeiro caso, ele atravessa documentos, planos e discursos da mídia que elaboram uma pauta de práticas aos jovens, propondo modos de se vivenciar a sua própria juventude, bem como maneiras de organizar a sua atuação política. No segundo, o poder jovem é uma relação entre forças que tensionam valores e modos de organização social cristalizados na sociedade. Em ambos os casos, é a vida que está em jogo, é a biopolítica enquanto produção de modos de subjetivação. Essa é a perspectiva desta pesquisa que, analisando documentos, sob um referencial genealógico inspirado pelo trabalho filosófico de Michel Foucault, incursiona por uma área tensa que são as práticas direcionadas aos jovens, especialmente os discursos que prescrevem políticas públicas, nos quais eles são tratados como um grupo populacional. Analisando alguns documentos oficiais da Organização das Nações Unidas e outros produzidos no país (Governo Federal e ONGs), percebe-se que a juventude é tratada como um problema global, ligado a várias esferas da sua vida: educação, política, ética, cidadania, saúde, etc. É o poder jovem como objeto de intervenção política a ser cultivado, canalizado e potencializado; mas, também, como possibilidade de produção do novo, como força política fundamental. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, há uma remodulação dos discursos acerca da rebeldia da juventude. Nesse período, o poder jovem deixa de ser visto como uma força instituidora da crise social, para ser um objeto de intervenção política e um nicho de mercado a ser explorado. Por outro lado, na década de 1990, temos uma reatualização dos discursos sobre o voluntariado da juventude, por intermédio do protagonismo juvenil que, em sintonia com a noção de capital humano, prescreve aos jovens modos de ser e de conduzir-se social e politicamente. Por fim, a problemática do poder jovem é revista, repensada enquanto condição de possibilidade da liberdade política. É nessa trama que se desenrola a nossa pesquisa.

Palavras-chave: juventude, participação social, políticas públicas, genealogia, biopolítica.

ABSTRACT

This work aims to discuss the young power as an object of public policies in Brazil. The young power is not something somebody has or that, perhaps, could be made by someone. He is a production of the public arena, a name given to a strategic position of power that can produce both practical policies directed to the conduct of young people, as well as new modes of existence. In the first case, he goes through the documents, plans and media discourses that produce a pattern of practices to the young people, proposing ways to experience his own youth as well as ways to organize their political activities. In the second case, the young power is a relation between forces that cause tension values and modes of social organization crystallized in the society. In both cases it is life that is at stake, it is the biopolitics while production of modes of subjectification. This is the perspective of this research that, analyzing documents, under a genealogical reference inspired by the work of the philosophy Michel Foucault, moves into an area represented by the tense practices directed at young people, especially those that prescribe public policies speeches, in which they are treated as a population group. Analyzing some official documents of the United Nations and others produced in the country (the Federal Government and NGOs), one realizes that the youth is treated as a global problem, linked to various spheres of life: education, politics, ethics, citizenship, health, etc. It is the young power as the object of policy intervention that needs to be cultivated, channeled and strengthened, in the same way as a possibility of producing the new, as a fundamental political force. In the decades of 1960, 1970 and 1980 occurred a refurbishment of speeches about the rebelliousness of the youth. During this period, the young power can no longer be seen as a founding force of social crisis, and begins to be an object of political intervention and a market niche to be exploited. On the other hand, in the 1990s, we have a refresh of the speeches on youth volunteerism, thanks to the protagonism of the youth that, aligned with the notion of human capital, prescribes to the young people modes to be and to behavior socially and politically. Finally, the issue of young power is reviewed and rethought as a possibility condition of the political freedom. It is in this plot that our research is unfolded

Key-words: youth, social participation, public policies, genealogy, biopolitics.

SUMÁRIO

PARA INÍCIO DE CONVERSA: IMPLICAÇÕES E PROBLEMÁTICA GERAL	7
1. DAS INCURSÕES BIOPOLÍTICAS: O PERCURSO E O OLHAR NA ESCRITA.	12
2. GENEALOGIA DE UMA JUVENTUDE: CRISES E TENSÕES QUE CONSTITUÍRAM UM OBJETO DE INTERVEÇÃO POLÍTICO-SOCIAL	18
2.1 CONFIGURAÇÕES DA REBELDIA: REESCREVENDO UMA HISTÓRIA	18
2.2 ALGUNS DITOS E INTERDITOS SOBRE A REBELDIA CONTESTADORA DO PODER JOVEM	22
2.3 UM DISCURSO GLOBAL SOBRE A JUVENTUDE: NAÇÕES UNIDAS E BRASIL	30
2.4 O PODER JOVEM NAS TRILHAS DA CIDADANIA: UM MODELO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E POLÍTICO DO PAÍS	42
3. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: INVESTINDO NO PODER JOVEM.....	46
3.1 O ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS.....	46
3.2 UMA NOVA FORMA DE ATUAÇÃO DOS JOVENS: O PROTAGONISMO JUVENIL.....	51
3.3 PROTAGONISMO JUVENIL, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	56
3.4 PROTAGONISMO JUVENIL, EMPREENDEDORISMO E CAPITAL HUMANO	60
3.5 O PROTAGONISMO JUVENIL ENQUANTO RECONFIGURAÇÃO DO PODER JOVEM	64
4. O PODER JOVEM: TENSÕES E EXPERIMENTOS	69
4.1 REPENSANDO O PODER JOVEM: TRAÇANDO UMA NOÇÃO	69
4.2 PARA REPENSAR A LIBERDADE: QUAL É O ESPAÇO DA POLÍTICA?	71
4.3 O PODER JOVEM NA TRAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	76
4.4 O PODER JOVEM E OS JOGOS DE PODER	84
4.5 O PODER JOVEM E O <i>ETHOS</i> CRÍTICO: DA CRISE AO POSSÍVEL	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
PÓS-ESCRITO: DAS INQUIETUDES DO CURIOSO	108

PARA INÍCIO DE CONVERSA: IMPLICAÇÕES E PROBLEMÁTICA GERAL¹

Esse trabalho é um duplo desafio pessoal. Primeiramente, é voltar a trilhar um caminho do qual nunca me afastei, mas que mudava cada vez que me achava certo do lugar a chegar. Essa história é longa, mas vou resumir. No ano de 1997, aos 17 anos, ingressei em um coletivo de músicos do bairro Restinga, Porto Alegre/RS, que tinha como reivindicação principal a constituição de ações culturais mais consistentes nessa localidade. Mais tarde, fiz parte de um coletivo de comunicação popular chamado “Ação Periférica na Comunicação”, que tinha como intuito pesquisar e elaborar atividades relacionadas à comunicação comunitária no bairro, nos tornando um grupo atuante junto a outros movimentos sociais, pesquisadores e ativistas culturais. Essa belíssima experiência gerou, em 2001, o “Fórum das Escolas da Restinga” que, posteriormente, virou o “Fórum de Educação da Restinga e Extremo sul”, carinhosamente chamado de FERES. Aprendi, a partir disso, a mobilizar-me por ideias que transgrediam os poderes instituídos, a educação formal, os grandes meios de comunicação e a indústria cultural. Posteriormente, em 2002, ingressei em um movimento de cunho libertário, em que as mobilizações, as ações diretas, as discussões, as assembleias, me constituíram como sou: alguém que pensa em como ser livre num mundo em que, aparentemente, as possibilidades de sermos aquilo que somos, passam cada vez mais pela relação que estabelecemos com dispositivos institucionais.

Essas experiências vivenciadas, enquanto uma profunda busca de mim mesmo, tornaram-se mais tensas quando ingressei no curso de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2004. Para mim, ter cursado filosofia foi uma experiência pedagógica quietista. Aprendi que o silêncio de Ludwig Wittgenstein² poderia não ser apenas o final de uma argumentação finalizada em uma aporia pelo fato do autor transbordar os seus próprios limites, mas sim, uma

1 O texto, nessa seção, transitará livremente entre a primeira pessoa do singular e a primeira pessoa do plural, visto dizer respeito a trajetória específica do autor.

2 O filósofo austríaco encerra a sua obra “Tractatus Lógico-Philosophicus”, que o tornou famoso, com a seguinte expressão: “Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar”. (WITTGENSTEIN, 2001, p. 281).

experiência fundamental de um profundo temor a toda tradição. Os filósofos, deste ponto de vista, silenciam a experiência criativa, leem mais do que escrevem, ouvem mais do que falam e, por fim, buscam nos textos as entrelinhas, o “não escrito” que só eles são capazes de perceber. Isso não significa que a filosofia pode ser vista apenas dessa maneira, tampouco que essa filosofia, na qual fui formado, é uma filosofia ruim. Ao contrário, é apenas uma questão de opção. A filosofia, não sendo uma ciência, propicia uma diversidade de concepções que não enunciam a Verdade, mas a ausência dela, sendo, portanto, possibilidades do pensamento, a própria dignidade humana. Esse breve desabafo seria uma traição a meus mestres? Claro que não.

A traição sempre esteve presente na filosofia. A infidelidade é uma condição para a sabedoria e, ao mesmo tempo, um agradecimento àqueles que nos formaram. A afirmação de Zaratustra “retribui-se mal um mestre, quando se permanece sempre e somente discípulo” (NIETZSCHE, 2003, p.105), sendo um convite à traição, constitui-se como um *leitmotiv* de minha trajetória filosófica acadêmica. Com Friedrich Nietzsche aprendi a “trair” sem culpa. O filósofo é um convite a *Aufklärung*³, isto é, pensar com Nietzsche, para mim, foi sempre pensar nas possibilidades de um uso livre da razão adaptado à circunstância da busca por uma formação superior. Estou “esclarecido”? Creio que não – se isso é possível! – pois talvez não tenha ido a fundo naquilo tudo que tinha como mais certo até então. Precisei rever as minhas práticas, repensar meus temas, os meus *a priori*s, me percebi jovem de origem popular, pesquisei-me, angustiei-me, dei uma volta sobre mim mesmo, me dobrei.

Em 2005 ingressei no Programa Conexões de Saberes (programa ligado ao Ministério da Educação, que visa auxiliar alunos de origem popular na permanência na Universidade) e me vinculei ao GT de Pesquisa voltado à reflexão acerca da juventude e das políticas públicas. Nesse grupo tivemos a oportunidade de desenvolver uma primeira pesquisa sobre o tema, acompanhando o desenvolvimento de uma ação de oficinas direcionadas a jovens do bairro Restinga. As oficinas estavam ligadas a um Ponto de Cultura do bairro e visavam à formação de jovens multiplicadores. Dessa experiência resultou o artigo “Políticas públicas e

3 Expressão alemã que em português significa “esclarecimento” ou “iluminismo”, mas que é utilizada aqui como um processo histórico-social definido por Immanuel Kant (2009) como a saída do homem de sua menoridade da razão.

modos de (des)governar a juventude” (GOULART et al., 2006). Nele refletimos sobre a relação entre a nossa experiência no processo de oficinas na Restinga e a nossa inserção no Programa Conexões de Saberes. Em suma, que modos de governar a juventude estavam postos nessas duas experiências? Como é de se imaginar, o artigo acabou sem respostas, mas com muitas perguntas.

No ano seguinte, continuamos a pesquisa na mesma temática; porém, o nosso trabalho de campo, embora permanecesse no mesmo bairro, analisou experiências diferentes. De um lado, acompanhamos as discussões da comunidade com o poder público que visavam pensar na construção de uma escola técnica. De outro lado, participamos ativamente, junto a uma rádio comunitária do bairro, de um programa de rádio chamado “Juventude em Foco”. Na elaboração do programa, éramos jovens universitários de origem popular inquietos em função da experiência com os jovens da comunidade. Essa experiência resultou no artigo “Tensões Acerca do Protagonismo Juvenil” (GOULART et al., 2010), que pretendia refletir e vivenciar uma espécie de protagonismo juvenil radical. O texto só explicitou tensões, mostrando que é preciso pensar em uma ação política juvenil para além das políticas públicas.

Ao ingressar no mestrado, em 2009, tínhamos como objetivo revisitar essa experiência de reflexão sobre protagonismo juvenil; entretanto, após a qualificação do projeto, com o andamento da pesquisa, percebemos que ele poderia ser apenas um eixo da análise, que a problemática da participação política e social dos jovens extrapolava não apenas as políticas públicas de juventude, mas a própria noção de protagonismo juvenil. Desse modo, resolvemos analisar alguns textos mais antigos e matérias de jornais que falavam sobre a rebeldia da juventude, sobre um tipo de atuação do movimento estudantil da década de 1960 e 1970, nos deparando com um tipo de discurso que, na década de 1980, era questionado, ridicularizado e interditado: a rebeldia da juventude perdia todo o seu caráter político e contestador. Percebeu-se que havia uma continuidade entre esse tipo de discurso e os ditos que incentivavam a participação política e social da juventude no Brasil e no contexto da ONU (Organização das Nações Unidas). O protagonismo juvenil operava, portanto, como mais um elemento importante no processo de interdição do discurso sobre o poder jovem enquanto força política que atravessava os movimentos juvenis ligados ao movimento estudantil no contexto dos anos de chumbo da ditadura militar brasileira.

No Brasil, as políticas públicas de juventude ganham força no início da década de 2000, mais especificamente no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2005, para se ter uma ideia, são criados o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e a Secretaria Nacional de Juventude, marcando o esforço do Estado brasileiro para lidar com a problemática dos jovens. Há, nesse período, uma maior institucionalização das ações voltadas à juventude brasileira, os jovens passam a ser, em certo sentido, escutados, compreendidos, estudados, atores principais e interlocutores do poder público municipal, estadual e federal. As políticas públicas de juventude, assim, têm a sua eficiência medida não apenas pelo número de jovens e problemas que elas abarcam, mas pelo grau de participação deles na sua formulação.

Pensar nas políticas públicas de juventude, é pensar na sua emergência, no “interior” dos textos, nas práticas, nos contextos em que surgem; enfim, nos ditos e interditos, nos feitos e nos monumentos. Assim, é preciso pensar mais um pouco, formular outras questões, dobrar-me de novo, voltar a mim sem ser o mesmo... De novo a juventude, uma dissertação de mestrado, um problema de pesquisa? Sim, preciso de uma questão! Para isso, a receita, por ora, é deixar a temeridade de lado e limitar o devaneio. Perguntar-se: **Como o poder jovem se constituiu um objeto de política pública no Brasil?** A questão é simples, mas o problema é complexo. Todavia, é preciso fazer alguns esclarecimentos.

Realizamos uma análise discursiva, com inspiração no princípio genealógico proposto por Michel Foucault, considerando o poder jovem como um plano de análise no campo das ações políticas e sociais voltadas à juventude. Procuramos responder a questão proposta a partir de três outras questões, que corresponderão aos três capítulos analíticos dessa dissertação:

- Como e em função de quais razões os jovens foram vistos como objeto estratégico de intervenção política global?
- De que maneira e sob quais circunstâncias a participação social dos jovens se transformou em um ponto comum dos discursos globais sobre as políticas voltadas à juventude, de forma a ser rotulada como protagonismo juvenil ou voluntariado, em conexão com o desenvolvimento econômico, político e social?
- Como a juventude, do ponto de vista político, pode configurar-se em

um poder jovem instituidor da liberdade no espaço público?

Essas questões orientadoras dizem respeito ao conjunto da análise que tentamos produzir, sendo que, é possível perceber em cada capítulo outras questões mais específicas que emergiram no contexto do processo de escrita, das quais não seria possível citar uma a uma, mas que serão explicitadas no decorrer da pesquisa.

No primeiro capítulo indicamos a nossa orientação metodológica, os caminhos que trilhamos e com “quem” andamos.

No segundo capítulo analisamos como os jovens foram sendo vistos como objeto de intervenção política. O poder jovem que, nas décadas de 1960 e 1970, era visto como uma força contestadora importante, na década de 1980, começa a ser posto em xeque a partir de uma série de ditos e interditos que reconfiguravam a rebeldia dos jovens. Há um declínio do movimento estudantil e um ascenso da noção de juventude como um padrão de consumo e força a ser utilizada, canalizada. O jovem objeto de política pública específica, no Brasil, é traçado nesse contexto. É isso que a nossa análise, de alguma forma, quer mostrar.

No terceiro capítulo analisamos como a participação social e política dos jovens foi sendo objeto de estudos e interesses de organizações de cooperação internacional e ONGs. O protagonismo juvenil e o voluntariado serviram como analisador desse processo, em que pretendemos demonstrar que ambos relacionam-se diretamente, prescrevendo aos jovens modos de ser e de agir. A noção de capital humano foi importante nesse processo, pois indicou que a ação política e social dos jovens pode ser vista como uma espécie de auto investimento em si mesmo e um modo de subjetivação.

No quarto capítulo, buscamos repensar o poder jovem, traçando um conceito sintonizado com a liberdade e a política. Nesse sentido, foi preciso esboçar o que poderíamos conceber como política, considerada, na nossa análise, o espaço das práticas de liberdade, um campo do infinitamente possível. Para isso, compreendemos que uma crise não é sinal de algo ruim, mas de escolhas, de crítica, uma condição para que o novo possa emergir. Esse capítulo é o mais experimental, a nosso ver, um bom encontro entre filosofia e psicologia social.

Ao leitor dessa dissertação, apresento as minhas inquietações – que essa escrita seja uma flecha lançada ao horizonte, sem *um* alvo, sem *uma* meta...

1. DAS INCURSÕES BIOPOLÍTICAS: O PERCURSO E O OLHAR NA ESCRITA

O que são incursões biopolíticas? São passeios audaciosos por uma região complexa que é a Vida. Do ponto de vista da nossa análise, o poder jovem, nas tramas biopolíticas, será tanto um conjunto de estratégias de poder que tem a juventude como alvo, fim e instrumento (FOUCAULT, 2008a), quanto uma produção de subjetividade (NEGRI, 2001). No entanto, é preciso compreender essas incursões como a produção biopolítica do próprio pesquisador, na medida em que, ao escrevê-las, produz a si mesmo, revisitando uma temática que o acompanha há algum tempo, recriando a sua “juventude” ao pôr em questão elementos que dizem – ou diziam – respeito a sua própria vida.

O poder jovem – como a nossa análise quer mostrar – é um campo de forças relacionado à conduta dos jovens, que pode ser canalizado visando um objetivo, mas, também, ser uma força de produção do novo na sociedade por intermédio da crise. Assim, na nossa concepção, o poder jovem não é algo que alguém possui, tampouco aquilo que pode ser dado a alguém por outrem. Ele é uma produção das práticas sociais, do espaço *entre-homens* em que as relações de poder produzem modos de ser e de organização política. Esse espaço é concebido, aqui, como uma arena pública, um campo *agonístico* no qual a organização social não se dá por via de um mero consenso, e sim, pelo conflito produtivo de forças com estratégias distintas, contraditórias e, por vezes, convergentes. É nessa arena pública que estão colocadas não somente as políticas públicas para a juventude, mas os diversos discursos que dizem algo sobre os jovens e, ao assim fazê-lo, elaboram práticas sociais e modos de se vivenciar a experiência juvenil. Nesse sentido, embora os ditos sobre essas políticas constituírem o espaço privilegiado da nossa análise, não reduzimos os discursos sobre a juventude a essas políticas. O nosso intuito é ir além, relacionando esses discursos a uma rede complexa tramada no tenso plano social.

Do ponto de vista metodológico, para sermos mais específicos, não queremos meramente entregar nas mãos do leitor uma chave para a compreensão

de tudo o que analisamos, porém, indicar pistas, questionamentos, orientações e estratégias que nos fizeram chegar até onde chegamos. Analisamos uma série de documentos que diziam algo acerca da juventude em relação a propostas de intervenção política e social sobre esse grupo. Alguns documentos serviram como base da nossa análise, entre eles, citamos os ligados à Organização das Nações Unidas: “Servicios prestados por la juventud: un estudio de la experiencia de ocho países” (ONU, 1975); “Políticas Nacionales para la juventud en los países en desarrollo” (ONU, 1985); “Situación de la juventud en el decenio de 1980 y perspectivas y problemas para el año 2000” (ONU, 1987b) e “Programa de Acción Mundial para los Jóvenes hasta el año 2000 y años subsiguientes” (ONU, 1996). Também utilizamos documentos oficiais ligados ao Estado brasileiro: “Plano Nacional de Juventude” (BRASIL, 2004); “ ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária” (BRASIL, 2005) e “Projovem Urbano: Manual do Educador, Orientações Gerais” (BRASIL, 2009). Por fim, foram utilizados documentos não oficiais, entre eles, o “ Projeto Juventude: Documento de conclusão” (INSTITUTO CIDADANIA, 2004), “Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática” (COSTA, 2000), “A juventude na sociedade moderna” (FORACCHI, 1972) e “O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros” (POERNER, 1979).

Além disso, foram utilizados alguns textos dispersos em jornais e revistas que produziam um discurso comum, os mais importantes são “A voz da maioria” (REVISTA VEJA, 1984a), “Caminhada reivindica direito dos jovens” (TORMA, 1985) e “Movimento Estudantil Hoje” (DESVIOS, 1985). Produziu-se, portanto, uma espécie de rede documental em que documentos referenciavam uns aos outros e matérias de jornais e revistas constituíam-se como o lugar privilegiado dos ditos acerca do que estava acontecendo nos contextos históricos analisados.

Utilizamos outros documentos, além dos já citados, que serviram como subsídios à nossa análise, por relacionarem-se diretamente com o tema em questão. Entre esses documentos – que aparecerão no decorrer da escrita – estavam pesquisas já desenvolvidas e outros textos oficiais, que eram citados ou diziam respeito àquilo que era tematizado na base documental da nossa pesquisa. Assim, uma rede foi se construindo na medida em que a pesquisa avançava e uma trama discursiva fazia emergir modos de subjetivação, relações de poder, práticas sociais e modos de governar.

Esta análise de documentos que propomos, a partir de um referencial foucaultiano, visa tratá-los como monumentos, isto é, relacionados a discursos considerados “[...] enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2007, p. 157). Ora, essas regras são o conjunto de ditos e interditos que se relacionam diretamente em uma prática social, produzindo sujeitos, estratégias, objetos ou conceitos. Tratar os documentos dessa forma é perceber neles relações que extrapolam a própria letra do texto, não havendo, por conseguinte, nada a ser interpretado por trás dos discursos. É preciso tratar os documentos como elementos de uma trama em que, ao dizer-se algo sobre alguma coisa, explicita-se, em parte, uma relação de forças que é extremamente produtiva: os ditos e interditos expressos nos discursos dizem respeito àquilo que foi feito ou fazemos cotidianamente.

Falar em ditos ou interditos, é levar em consideração que a nossa pesquisa vai se dar a partir de um eixo da análise do discurso chamado por Michel Foucault de *genealógico*, isto é, como uma reflexão crítica que procura apreender o discurso “[...] em seu poder de afirmação, [...] não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar proposições verdadeiras ou falsas” (FOUCAULT, 1996, p. 69). Isso significa que é necessário conceber aquilo que se diz sobre algo como um dito que materializa relações complexas de poder em que objetos e sujeitos são elaborados e proposições acerca deles são produzidas. Deste ponto de vista, os ditos que fazem parte de determinado discurso, seriam enunciações que produziram a trama social, numa correlação com os interditos, isto é, com aquilo que não deve ser enunciado, pois corresponde, no jogo do falso e do verdadeiro, a falsidade – corresponde a coisas que devem ser execradas de um domínio discursivo.

No caso específico da noção de juventude, é contraproducente estabelecermos um conceito correspondente a ela anterior a nossa análise, pois ele deve emergir dela, ou seja, é preciso dar vida a esse conceito a partir do solo tenso dos documentos, na relação que esses estabelecem com discursos concebidos como positividade, como materialidade, compreendendo que o que chamamos de ditos e interditos são elementos que compõem uma trama social, que ao dizer algo os discursos “formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2007, p. 55). Assim, não há um conceito de juventude que orienta a nossa pesquisa, mas uma análise que, em função do que é dito e do que não deve ser dito,

estabelece a emergência de conceitos, sujeitos e objetos.

Essa análise inspirada por Michel Foucault – com ele e para além dele – é essencialmente histórica, ela põe em suspenso dados *a priori* não se deixando levar por um sujeito transcendental ou um sujeito fundante (FOUCAULT, 2007). Ela “historiciza”, não no sentido de colocar os acontecimentos dentro de uma linha evolutiva, cuja teleologia direciona-se sempre a um progresso da razão. Ao contrário, trata-se de “negar” a existência de qualquer coisa anterior as relações de saber/poder e reconstruir uma história diferente, uma história cinza (NIETZSCHE, 2009), das lutas, rapinagens, conflitos, ditos e interditos. É dar uma reviravolta na história, desconectando-a do rolo compressor dialético da busca por universalidade.

Ora, se esse “método” deduz das práticas sociais as conexões históricas acerca de como pensamos sobre algo ou como produzimos a nossa vida em sociedade, então, ele diz respeito àquilo que somos em função do que éramos. Pensar assim é fazer uma história de como os indivíduos constituem-se sujeitos para si, ao mesmo tempo, como os indivíduos em relação aos saberes e poderes, constituem-se objetos para outrem. Esse jogo duplo é chamado de “modos de subjetivação” por Michel Foucault (CASTRO, 2009). No primeiro caso temos uma “prática divisora” (FOUCAULT, 1995, p. 231), em que o sujeito, em relação a si e aos outros, recebe um rótulo que o coloca em oposição a outro, ou outros sujeitos, por exemplo, a emergência do jovem vulnerável se dá a partir da oposição ao jovem protegido. No segundo caso, Michel Foucault está preocupado em como um indivíduo constitui-se como um sujeito moral, por intermédio de “[...] exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer, e às práticas que permitem transformar o seu próprio modo de ser” (FOUCAULT, 1984, p.39). Não apenas uma objetivação do sujeito por via de um jogo estabelecido externamente ao indivíduo, o que temos agora é uma relação que um sujeito estabelece consigo mesmo na correlação com as práticas sociais.

O nosso olhar sobre a problemática que propomos analisar é uma composição. É um modo de seguir um compasso nos passos de Foucault, naquilo que ele tem de mais potente, qual seja, a possibilidade de subversão, de mudança, de pensar diferente, de fazer de outro modo. O filósofo talvez nunca tenha pensado acerca de intervenções políticas sobre a juventude no contexto em que estamos pensando – ainda mais no Brasil – é por isso que propomos utilizá-lo para trilhar os nossos próprios passos, pensando nos jogos que entramos ao incursionar em um

terreno que atravessa as nossas vivências. Se problematizar é a análise de como objetos e sujeitos entram no jogo do falso e do verdadeiro, isto é, como tornam-se um problema para o pensamento (FOUCAULT, 2006c), então, nós, a partir das experiências que vivenciamos, no jogo de pensamento que nos fez pensar a nós mesmos, fizemos da problematização uma atitude ética e estética.

O método que Michel Foucault propõe não é fixo, não é uma bússola ou uma lanterna no escuro dos ditos e interditos que analisamos. Ao contrário, ele tem como princípio “[...] realizar análises fragmentárias e transformáveis” (MACHADO, 1979, p. XI). A filosofia dele é *agonística*, ele luta com os objetos que analisa, muda de estratégias na medida em que os seus objetos de pensamento mudam também: a loucura, a ciência, a vigilância ou a sexualidade não podem ser analisadas da mesma maneira. O método é transformável, pois os objetos não são os mesmos. É preciso compor outras relações, estabelecer outras maneiras de problematizar ou modos de “guerrilhar”. É esse o tom que damos à nossa pesquisa, pensando naquilo que há de maldito na tarefa intelectual, a saber, “[...] intensificar as lutas que desenrolam em torno do poder, as táticas utilizadas, os focos de resistência [...]” (FOUCAULT, 2006b, p. 43). É preciso rebelar-se, deixando o pensamento livre e aberto à criatividade: o método enquanto alegria, enquanto revolução e possibilidade. Que o nosso pecado seja o excesso e a temeridade, não a carência e o embotamento.



2. GENEALOGIA DE UMA JUVENTUDE: CRISES E TENSÕES QUE CONSTITUÍRAM UM OBJETO DE INTERVEÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

2.1 Configurações da rebeldia: reescrevendo uma história

Muitas coisas distanciam o ano de 1985 do de 2006⁴, mas, também, muitas coisas aproximam. Não são apenas 21 anos, tampouco uma transição de século que era vista, na década de 1980, como algo apocalíptico. No que concerne à juventude, entretanto, foi um período significativo de mudanças políticas e culturais. De início, temos o período chamado de redemocratização do Estado brasileiro, em que a ditadura militar, que dominou o país desde 1964, era sepultada pela eleição indireta à presidência da república de Tancredo Neves em janeiro de 1985. Além disso, no mesmo período dessa efervescência democrática, temos no Rio de Janeiro um evento cultural que não só vai marcar uma geração, como vai ressignificar uma noção de juventude: o Rock In Rio. Há também outro ponto importante nesse mesmo período, e que parece tangenciar ambos os fatos, que é um suposto declínio do movimento estudantil brasileiro, do qual a rebeldia característica desse poder jovem parecia não estar em sintonia com os novos ares democráticos, ou seja, a noção de juventude e de estudante definitivamente não mais possuiria uma relação quase sinonímica, abrindo espaço para uma noção mais múltipla e, ao mesmo tempo, menos rebelde de juventude.

Em relação ao Rock In Rio, é preciso ressaltar que Roberto Medina, o idealizador desse grande empreendimento cultural, criou não somente um megaevento, mas uma marca que, em certo sentido, formulou uma maneira de repensar o jovem brasileiro. Este evento era uma utopia, um símbolo de uma juventude que se “libertava” e de um Brasil que se modificava. Entretanto, essa utopia, esse lugar ideal, foi materializado em um grande centro comercial, de modo

4 O ano de 1985 foi considerado pela ONU o Ano Internacional da Juventude. Em 2006 o Estado brasileiro, a partir da lei nº 11.332, instituiu o Ano da Juventude no Brasil.

que os jovens do “rockódromo”⁵ eram vistos como consumidores de música, de cigarro, de fast-food, de cerveja, etc. Em função disso, o que poderia haver de rebelde naquela juventude era apenas o excesso e a extravagância: enunciados que irão se repetir tanto no discurso do declínio do movimento estudantil, quanto em uma pesquisa de publicidade que iremos analisar no decorrer do texto.

O idealizador do Rock In Rio, com seu tino publicitário, foi considerado um exemplo de empreendedor, que ousou, em um momento de grande crise econômica, convencer grandes empresas a investirem seu capital nesse megashow, que contava com o maior palco do mundo montado até então, uma aparente contradição, um exagero intempestivo diante de uma cruel recessão econômica. Apesar disso, em uma entrevista a Revista Veja, que o denominou de “o anfitrião da juventude”, Roberto Medina reconheceu que o clima político no Brasil foi determinante para a viabilização do seu “negócio utópico” de 11 milhões de dólares, justificando que “a eleição de Tancredo Neves devolve a esperança para todo mundo” (VEJA, 1984b, p. 8), trazendo boas expectativas políticas que soltaram os freios do mercado.

Esse bom ar dos novos tempos, explicitado pelo Rock In Rio em sintonia com redemocratização do Brasil, situa também a juventude como uma espécie de força revigorante, algo que se deve ter e levar em consideração, uma espécie de bom senso, potência e renovação. É o que podemos constatar ao relacionar o Rock In Rio com a fala de um carnavalesco do Rio de Janeiro:

A festa nacional que foi a vitória de Tancredo Neves e as multidões adolescentes que se reuniram no Rock In Rio trouxeram uma poderosa carga de eletricidade ao país, fazendo com que os sambistas e as escolas aceitem um desafio inédito – incorporar a energia da juventude e dos novos tempos a seus desfiles (PINTO, 1985, p. 114).

Podemos constatar, com isso, que a “energia da juventude” é algo que precisa ser canalizada estrategicamente, no que diz respeito ao carnaval, seria usar essa potência da juventude para ser a escola campeã. O título do texto do qual foi extraído o trecho citado acima é “Do rockódromo ao sambródromo”, que tem um significado prático interessante, pois ambos se referenciam. Segundo o dicionário Houaiss (2009), a palavra “sambódromo” foi criada em 1984 por Darcy Ribeiro, vice-

5 Expressão utilizada na época que fazia referência ao local onde aconteceria o Rock In Rio.

governador do Rio de Janeiro, para designar o espaço projetado por Oscar Niemeyer onde aconteceriam os desfiles das escolas de samba e, eventualmente, outros espetáculos. Se pensarmos no que foi dito pelo carnavalesco, a partir da composição das palavras, perceberemos que o sambódromo deveria transformar-se em “rockódromo” e, retornando a si mesmo, se tornaria jovem, revigorado, mais eletrizante.

A reivindicação do carnavalesco, incitando as escolas de samba a se “modernizarem”, incorporando a energia da juventude presente no Rock In Rio é, por conseguinte, uma conciliação entre dois movimentos culturais e musicais aparentemente antagônicos, o rock e o samba. Mas isso não é o mais importante, o fundamental disso tudo é que a reivindicação do carnavalesco traz em si um pedido de reatualização, sintonia com os novos tempos e, ao mesmo tempo, no caso do carnaval, uma conjunção entre modernidade e tradição, conseqüentemente, podemos dizer que juventude também é conciliação, também é comunhão.

Para se ter uma noção do impacto do Rock In Rio no Brasil, basta pensarmos na entrevista de Roberto Medina citada anteriormente, em que ele diz que convidou Tancredo Neves para comemorar a sua eleição no “rockódromo”, mas o presidente apenas sorriu, desdenhando, aparentemente, o convite (VEJA, 1984b). Porém, menos de um mês depois, parece que, indiretamente, o presidente lhe respondeu. Quando perguntado em uma entrevista sobre o que achava daquela juventude esperada para megashow carioca, Tancredo disse: “A minha juventude, por quem eu tenho apreço, respeito e admiração, não é a do Rock in Rio. [...] É a do estudo, do trabalho, do sofrimento, da luta”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1985, p.29). Esse fato foi noticiado e classificado como um “Passo em falso” (VEJA, 1985), revelando uma discrepância entre o novo tempo político, representado pela figura do futuro presidente, e parte das transformações culturais daquele tempo. Não fosse isso, a cantora Paula Toller, do grupo Kid Abelha, não chamaria o presidente de “velhinho”, embora admitisse que ele era a melhor opção naquele momento, ou seja, mesmo assim, continuaria “tancredista” (VEJA, 1985).

É possível constatar que a fala de Tancredo Neves representava um discurso que via na juventude uma força positiva para a nação, desde que inserida no mercado de trabalho, ligada à escola, à busca por emprego, em sintonia com um país que voltava a ser democrático e precisava desenvolver-se social e economicamente. Entretanto, essa redemocratização brasileira possibilitou também

a emergência de um tipo de jovem que negava aquela visão ideal de juventude do presidente, mas que, em certo sentido, era produzida por um discurso publicitário comercial. Dessa maneira, temos um novo presidente com um “velho” discurso, contestado pelos jovens roqueiros do Rock In Rio e pela mídia que, dentro de um ponto de vista, endossava esse discurso juvenil – é o poder jovial da juventude que novamente entra em cena, o retorno de um discurso sobre a potência da juventude, que, nas décadas de 1960 e 1970, também gerava discussões acaloradas sobre o potencial “libertador” dos jovens. Mas, é claro, com diferenças significativas.

Na década de 1960 e 1970 a rebelião da juventude era concebida como a manifestação de uma força histórica e social materializada no movimento estudantil. A problematização do objeto juventude se dava no sentido de entender essa revolta como uma resposta à crise de um sistema opressor e injusto. Essa perspectiva é tanto trabalhada por Poerner (1979) quanto por Foracchi (1972/1982), embora, pelo menos para a segunda, essa força da juventude seja de certa forma latente na sociedade, sendo transformadora em vista do rumo incerto para qual ela leva. Logo, não é algo do qual se pode usar, pois não pertence ao jovem em si, mas o atravessa: “É o poder real que expressa uma tendência concreta, que traduz uma resposta 'espontânea' à crise, mas cujos rumos continuam indefinidos, não podendo prever onde nos conduzirão [...]” (FORACCHI, 1972, p. 105).

Em 1985, de outra forma, esse poder jovem reconfigurava-se. Não estava estritamente ligado a uma força política contestadora do sistema, mas sim, a um ideal cultural: um poder que podia ser produzido, ouvido no rádio, comprado nas lojas e visto em programas de televisão. A emissora de televisão Rede Globo, para se ter uma ideia, tendo os direitos de transmissão do Rock In Rio, usava como slogan, em 1985, a sugestiva frase: “Rede Globo 20 anos, a alegria de ser jovem com você” (CORDEIRO, 2006). Assim, o poder de contestação “característico” da juventude não seria mais um problema, pois não explicitaria uma crise social, uma denúncia contra o sistema. Diferentemente, a juventude precisava ir para o Rock In Rio para celebrar uma nova situação política, sem crises. Temos, por conseguinte, uma nova juventude para um país redemocratizado: era o fim da ditadura militar e o acirramento de um discurso que interditaria a relação entre juventude e contestação ao sistema social e político. Contudo, se pensarmos nos ditos e interditos daquele período, veremos que houve uma mudança importante nos discursos sobre a juventude e os jovens. O debate sobre o Rock In Rio, que expomos, não de maneira

exaustiva, pois não é esse o nosso foco, serviu para ilustrar e contextualizar uma espécie de jogo de poder acerca da temática da juventude, a partir de uma tensão política e cultural no Brasil em 1985, que foi considerado o Ano Internacional da Juventude por determinação da ONU.

Seguindo o nosso caminho de pesquisa, vamos analisar os discursos produzidos a partir de alguns documentos, entre eles, um dossiê da Revista Desvios de 1985 que criticava e ironizava o movimento estudantil; alguns textos da ONU, nos quais os jovens eram vistos como vulneráveis e marginalizados; e em uma pesquisa sobre o perfil da juventude brasileira publicada na Revista Veja em 1984, em que a publicidade (utilizando-se do saber sociológico e estatístico) via esse grupo como um nicho de mercado. O que podemos perceber nesses documentos, em um primeiro momento, é que a rebeldia, que outrora tinha um papel político de desmascarar o sistema opressor, passa a ser um estilo a ser adornado pelo mercado, uma caricatura, uma imaturidade, uma ausência de projeto de vida ou um possível vínculo com a delinquência. Ou seja, nesse jogo, temos um discurso interdito e outro que é produzido – o poder da juventude precisa ser canalizado positivamente e os jovens precisariam ser cada vez mais produtivos.

2.2 Alguns ditos e interditos sobre a rebeldia contestadora do poder jovem

Em 1984 uma agência de publicidade chamada McCann-Erickson elaborou uma pesquisa para conhecer melhor o perfil da juventude brasileira, adotando, por definição, como jovem, aquela pessoa que pertence à faixa etária de 15 a 24 anos. A pesquisa foi publicada pela Revista Veja em 1984, sendo celebrada como um dos maiores estudos sobre a juventude brasileira até então, mostrando um resultado surpreendente: os jovens do país, em sua maioria, não são tão rebeldes assim, pelo contrário, eles são muito mais conservadores do que se imagina. Segundo a pesquisa, a juventude, em sua maioria,

[...] condena a infidelidade conjugal. Condena o homossexualismo. Tem dúvidas sobre se o aborto deve ou não ser liberado. E, quanto à educação que vem recebendo, embora ache que às vezes os pais se metem demais na vida dos filhos, afirma que não tem outro modelo a oferecer; dará a seus próprios filhos exatamente a mesma educação que vem conhecendo em

casa (VEJA, 1984a, p. 52).

Ora, essa descrição é uma espécie de conclusão da pesquisa, mostrando que os jovens brasileiros, preferem os valores estabelecidos e não a contestação deles. Nessa pesquisa, cinco perfis de jovens foram analisados, a saber, o jovem integrado, o jovem contestador, o jovem conservador, o jovem moderno e o jovem independente. Não cabe aqui explicar cada um dos perfis ou a maneira como eles foram delimitados, tampouco os fundamentos epistemológicos da pesquisa. Não é essa a questão, no nosso caso, estamos tomando-a como um documento material, atravessado por um discurso acerca da juventude e constituído por enunciados que se repetem em outros documentos, ou seja, em meio a uma diversidade de textos, essa pesquisa tem um papel importante na medida em que estabelece um perfil de juventude “mais” variado a partir do saber científico. A precisão desse saber, segundo os pesquisadores (VEJA, 1984a), é o que diferencia essa pesquisa das demais, demonstrando que os perfis analisados encontram correspondência efetiva na realidade.

Em relação aos perfis de jovens apresentados, um deles nos chama a atenção, visto representar os jovens “[...] portadores daquela rebeldia a que se acostumou associar a juventude” (VEJA, 1984a, p. 53), o “jovem contestador”, que em relação ao total dos jovens pesquisados, correspondia a 5%. Para se ter uma ideia, o perfil “jovem conservador”, correspondia a 23% do total da amostra da pesquisa, demonstrando, “cientificamente”, que ligar jovem a rebeldia representava um desconhecimento acerca da juventude. Os dados são categóricos, o perfil “jovem contestador”, diz respeito a uma minoria quando relacionado à totalidade da amostra da pesquisa.

Um perfil interessante de se analisar é o “jovem integrado”, que diz respeito ao jovem trabalhador, que é pobre e que só quer melhorar a sua condição social e econômica. Assim como o “jovem conservador”, o “jovem integrado” é completamente adaptado ao sistema, porém, ele “[...] é competitivo e individualista, sua grande aspiração é subir na vida” (VEJA, 1984a, p. 52). Se, por um lado, o “jovem conservador” é aquele que está em sintonia com a moralidade e educação que recebeu dos seus pais, sendo, também, tímido e retraído; por outro lado, o “jovem integrado” é empreendedor, deseja ter uma vida melhor sem depender de ninguém, pensando somente em si mesmo, como afirma a pesquisa. Desse modo,

tanto o “jovem conservador”, quanto o “jovem integrado”, representam a total afinidade com as condições morais, sociais e econômicas do país, sendo uma parcela significativa da amostra da população jovem pesquisada, que, somados aos três outros perfis, permite a Revista Veja anunciar: “Uma pesquisa com jovens de 15 a 24 anos mostra que eles formam um grupo mais variado e bem menos rebelde do que se imagina” (VEJA, 1984a, p. 52). Esse anúncio tem a sua importância, na medida em que desconsidera um elemento importante da análise sociológica sobre juventude no Brasil na década de 1960 e 1970, em que a rebeldia da juventude era um elemento fundamental das análises, nas quais a correlação de forças entre sistema opressor e juventude era um objeto de problematização, ou seja, o *ethos* rebelde da juventude servia como um analisador.

Em 1968, por exemplo, Artur José Poerner escreveu um livro chamado “O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros”, em que, entre outras coisas, pretendia demonstrar que “o movimento estudantil brasileiro é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil” (POERNER, 1979, p. 47). Isso significa que o autor via a rebeldia do jovem como algo político ligado a uma maneira de se organizar; entretanto, o par juventude/rebeldia, se materializava na figura do estudante universitário, isto é, estudante e poder jovem eram as duas faces de uma mesma moeda. Em suma, segundo o autor, era na constituição de si enquanto estudante, que o jovem vivenciaria na prática, a potência contestadora da juventude, tendo em vista que o papel do estudante não era apenas estudar, mas se rebelar contra um sistema “velho” e reacionário.

Por outro lado, Foracchi (1972), indo um pouco além de Arthur Poerner, fala o seguinte sobre o movimento estudantil:

Ele próprio define-se como oposição incontrolável ao sistema de poder, reconhecendo, outrossim, que a peculiaridade da condição estudantil lhe outorga perspectivas de luta não compartilhadas por outros movimentos de oposição. Admite, contudo, que isolado é uma força importante, que sua tarefa principal, por conseguinte, é estimular as forças de oposição, associar-se a elas, aceitando-lhes a liderança. (FORACCHI, 1972, p. 109).

Podemos perceber que o movimento estudantil tem um papel importante nas análises apresentadas. Esse poder jovem materializado na figura do estudante é tido como uma potência de se opor, mas não por mera rebeldia ou

contestação. Pelo contrário, essa energia juvenil é uma força que desvela o sistema em crise, não sendo meramente uma luta do novo contra o velho, e sim, uma “[...] força social, possuidora de um poder potencial [...]” (FORACCHI, 1972, p. 99). É por essa razão que o jovem, na figura do estudante, tinha um papel social relevante para os autores citados. É claro que, no caso deles, havia uma diferença entre jovem e estudante, porém, era na correlação de ambos que o poder contestador juvenil tinha a sua relevância.

Não podemos negar, contudo, que o tema da luta de classes estava muito presente na análise dos dois autores, como se o jovem universitário fosse o oprimido numa luta entre senhores e escravos e, ao mesmo tempo, nas devidas proporções, a juventude seria uma vanguarda revolucionária. Não podemos perder isso de vista, podemos, inclusive, questionarmos: quando falamos em jovem contestador da década de 1960, 1970 e 1980, estamos nos referindo ao mesmo objeto? Se o tema clássico do marxismo, a luta de classes, aqui na figura do jovem oprimido pelo sistema arcaico, servia como um analisador para a reflexão dos autores que citamos, será que na década de 1980 esse mesmo tema poderia servir para estabelecermos uma unidade do discurso sobre o jovem e a sua contestação? Nesse sentido, caberia perguntar: que estratégias estão animando os discursos sobre a juventude na década de 1980 e, além disso, como elas, de alguma forma, “silenciaram” a rebeldia contestadora da juventude em prol de uma noção de jovem mais conservador e produtivo?

A leitura de Foracchi, como vimos, “[...] é evidentemente inspirada nas discussões sobre o problema da organização do proletariado, nas divisões possíveis de um movimento, na articulação entre sua base e seus militantes” (MORTADA, 2009, p. 380). Conseqüentemente, no movimento estudantil o jovem adquiriria a sua consciência de classe, aprenderia a se organizar e se articular com outras frentes de luta contra o sistema. A autora, além disso, fala de uma consciência jovem, que seria a “[...] expressão dos conflitos e tensões que se desenvolvem no sistema e que são extravasados nos movimentos de juventude” (FORACCHI, 1972, p. 12). Portanto, essa consciência jovem, essa figura, até certo ponto, “transcendente” às práticas, mas que se atualiza nelas, é uma força de explicitação da crise que, sendo uma reconfiguração da noção de consciência de classe, tem um papel fundamental no processo de entendimento da rebelião da juventude dos anos 1960 e 1970.

Entretanto, e isso é preciso ter em mente, essa força instituidora da crise não é algo a ser utilizado por alguém. É, ao mesmo tempo, uma força que tensiona o sistema e uma forma de compreender a juventude no interior de um campo prático. A própria Marialice Foracchi nos dá uma pista para entendermos a problematização da juventude em seu tempo: “Afinal, não tem cabimento indagar o que está acontecendo com essa juventude, e sim investigar o que está acontecendo com essa sociedade, que produz jovens que a rejeitam tão fortemente” (FORACCHI, 1982, p. 28). Ou seja, o poder jovem é uma resposta social que atravessa os movimentos estudantis, materializando-se na contestação política dos jovens.

Se pensarmos na leitura de Artur Poerner, que não é nenhum pouco imparcial, percebe-se uma crítica social em que a contestação dos jovens, do ponto de vista do movimento estudantil, é um prelúdio de uma revolução, uma tomada de posição, deixando de “[...] ser um simples conflito para se transformar em rebelião social da juventude [...]” (POERNER, 1979, p. 38). O sentido dessa revolta dos jovens era o seu papel histórico, era uma classe que emergia no movimento estudantil, uma energia que incorporava a luta do povo oprimido brasileiro: eram os estudantes que sabiam o que estava acontecendo no contexto político nacional e internacional, cabia a eles tomar a frente dessa luta. A rebeldia contestadora dos jovens, na visão de Arthur Poerner, tinha um papel político importante no desenvolvimento social brasileiro daquele período.

Esse olhar que via na rebeldia da juventude um papel político importante, pelo fato de explicitar a crise social do país, perdia o terreno em meados da década de 1980. É isso que vemos quando voltamos àquela pesquisa do perfil da juventude que estávamos analisando. O interessante é que esse jovem, universitário, participante do movimento estudantil ou não, mas que tem um *ethos* contestador se transforma numa piada, numa caricatura. A juventude a qual ele pertence não diz respeito a uma força, um poder de resposta, a explicitação de uma crise social. Pelo contrário, esse tipo de jovem é:

[...] de família de posses, mas vota preferencialmente no Partido dos Trabalhadores e, para seu meio de transporte, gostaria mais, por exemplo, de um jipe do que do automóvel caro que o pai tem na garagem. Consumidor que não entra nos modismos, é tão radical que evita o uso de relógio digital. Avesso à propaganda, desconfia até dos cigarros de baixo teor. Critica o regime, a família, a moral – tudo (VEJA, 1984a, p. 52).

A pesquisa cria um perfil caricato, o “jovem contestador”, que, além de ser um sujeito contraditório, pois está ligado politicamente a um partido que, historicamente, lutou pelos trabalhadores e menos favorecidos, ao mesmo tempo faz parte de uma classe de família abastadas – os próprios opressores dos pobres. Isso quer dizer que esse “jovem contestador” não deve ser levado em conta enquanto força política e, tampouco, como consumidor. Essa rebeldia é esvaziada do conteúdo militante, se transformando em uma “fachada”, uma imagem que não se sustenta, não explicitando uma crise social, mas sendo ela própria um contrassenso.

Em 1985 a revista “Desvios” publicou um interessante dossiê sobre o movimento estudantil, analisando o seu declínio enquanto força política relevante, demonstrando que a reivindicação das entidades representativas dos estudantes não correspondia à realidade brasileira. Além disso, não poderíamos mais falar daquele poder jovem ligado ao movimento estudantil como uma força espontânea, pois ele era “controlado” por estratégias políticas bem delimitadas. Os “jovens contestadores” tinham uma cara – isso pode ser visto nas gravuras tanto da pesquisa publicada na *Veja*, quanto no dossiê que estamos citando –, eles eram barbudos, amantes de maconha, Chê Guevara e outros elementos que se “costumou” ligar aos jovens de esquerda. É claro que o declínio do movimento estudantil e do poder jovem das décadas anteriores não está ligado apenas a isso, mas sim, a vários fatores, entre eles, e esse parece ser o mais importante, a politização partidária do movimento.

O fato é que ao estar ligado ao movimento estudantil, o jovem estaria assinando o seu atestado de “incompetente político”, sendo, de uma forma ou de outra, utilizado por forças político-partidárias maiores, pois “ser estudante tornou-se isto: ser o corpo, a carne bruta para que uma aristocracia aja e pense em seu nome, para que busque em seu nome os objetivos dela”. (RIBEIRO NETO, 1985, p. 66). Ora, é possível perceber, aqui, que há uma descontinuidade relevante para a nossa análise, qual seja, a ruptura radical em relação ao discurso que considerava a força dos estudantes uma energia jovem de transformação política e social. Os estudantes, no interior do movimento estudantil, não são mais os agentes transformadores da história, mas, uma espécie de massa com pouco peso político e social.

Essa visão um pouco pessimista do movimento estudantil contrasta com uma visão um pouco mais crítica. Segundo Paoli (1985), o que emerge nesse “declínio” do movimento estudantil não é o fim daquela força contestadora dos estudantes. Ao contrário, é uma negação do modelo representativo e uma abertura para outras práticas políticas. O ME, como era chamado o movimento estudantil, em sua formalidade, enquanto entidade representativa, distanciou-se da realidade dos jovens estudantes. Mas, o que é importante nisso tudo, não é que eles são vítimas indefesas da burocracia partidária, e sim, que a minoria que representa a “juventude contestadora” no interior dos movimentos estudantis, deixou de pensar-se apenas como jovem e estudante, relacionando a sua problemática a outras lutas sociais dispersas pela sociedade. Assim, é preciso analisar esse suposto declínio do movimento estudantil como uma crise importante, valorizando a “[...] coragem de perder os pontos de apoio míticos, a obrigação de sair do isolamento, a anuência em deixar emergir a experiência cotidiana como reflexão política coletiva” (PAOLI, 1985, p. 60). O que há, portanto, é uma nova articulação do poder jovem que, desvinculando-se dos estudantes, passa a ser uma força social mais dispersa, ligada a uma complexidade de relações de poder que emergem naquele contexto.

Podemos dizer que, segundo a autora, o ME teria que deixar de se ver apenas como ME, repensar as suas práticas não somente como luta dos estudantes, mas ir além, abrir-se para um novo universo político que estava aflorando: outras práticas coletivas, abertura política, diretas já, movimento sindical, lutas específicas por moradia estudantil, etc., anunciando outra maneira de encarar a rebeldia ou força contestadora da juventude. No que diz respeito ao movimento dos estudantes, enquanto entidade representativa, via-se uma enorme discrepância entre o mundo real e as suas plataformas políticas. Isto quer dizer que o que os jovens estudantes queriam talvez não fosse a mesma coisa que os outros jovens queriam. Portanto, o ME não tem mais o monopólio da juventude. Desse modo, por exemplo, o título dado por Artur Poerner (1979) ao seu livro, que de alguma forma exaltava a União Nacional dos Estudantes (UNE), seria questionável pelo fato de tratar estudantes e jovens como correlatos diretos. A vida estudantil seria apenas uma forma muito particular, entre outras tantas, de se vivenciar a experiência juvenil.

A pesquisa sobre o perfil da juventude brasileira, que já citamos, indica justamente esse movimento em que os jovens ligados ao ME, com a sua força contestadora, são tomados como um perfil específico e minoritário. Os 5% de jovens

que pertencem ao perfil “jovem contestador” nos indicam que não é mais possível falar em movimento estudantil e juventude como se fossem quase a mesma coisa, ou seja, temos uma espécie de liberação da juventude em relação à noção de estudante. Por outro lado, os ditos que questionaram tanto o que se entendia por jovem rebelde, dizendo que, ao contrário, os jovens eram conservadores, operam como uma espécie de interdição do discurso sobre o poder jovem enquanto força política relevante para a mudança da sociedade. É como se, em linhas gerais, fosse dito: os jovens não são mais rebeldes, eles querem trabalhar, acham que a educação que receberam dos seus pais é correta e são muito individualistas (VEJA, 1984a). A interdição se dá no contraponto entre conservadorismo e rebeldia, tangenciados por valores como modernidade e tradição.

O declínio do movimento estudantil enquanto força política e contestadora representa, também, um declínio de uma noção de juventude. A rebeldia característica dessa noção ganha outras roupagens e, em certo sentido, desloca-se para outras concepções mais variadas, conforme a abordagem dada. Ou seja, quando se falar em ação política que tem os jovens como objeto, a rebeldia “[...] não deve ser vista como algo a ser combatido, mas sim, sob o ângulo positivo, como força mobilizadora e construtiva” (ADAMO et al., 1985, p. 17). De outro modo, em outra concepção, a rebeldia também vai ser vista como uma espécie de porta para a delinquência juvenil, uma violência contra a ordem em função de uma “[...] dolorosa búsqueda de identidad” (ONU, 1987b, p. 75). Temos aqui, por ora, mais duas concepções de rebeldia que se ligariam a uma maneira de compreender a juventude na década de 1980.

Juventude, como vimos, não é mais um correlato direto do Movimento Estudantil. Ela se libera dessa concepção e passa a ter uma dimensão mais diversa, esvaziando o caráter político que a ligava a uma força de explicitação da crise do sistema, uma força política de transformação efetiva, portanto. Ao contrário, a rebeldia, agora, quando pensada em relação aos jovens, vai ser também um perfil de consumo, uma maneira de a publicidade lidar com essa parcela da população, um objeto estatístico pertencente à determinada faixa etária. Entretanto, se pensarmos na forma dispersa em que esse discurso da rebeldia foi se reformulando, surgem outras configurações, outras problematizações.

A energia rebelde da juventude pode ser pensada como uma força positiva a ser canalizada estrategicamente – como vimos anteriormente no caso das

discussões sobre o Rock In Rio – mas, apesar disso, essa mesma energia rebelde pode ser vista como um passo para a delinquência juvenil, como veremos a seguir. Nesses dois casos, há uma relação direta, na medida em que sem o controle “positivo” da rebeldia, a delinquência se faria presente. Não obstante, a interdição da rebeldia da juventude dos anos de 1960 e 1970, bem como a sua dispersão em outras práticas sociais para além do movimento estudantil, é uma das condições de possibilidade desses discursos sobre a força da juventude da década de 1980: o poder jovem se torna palatável, controlável e bom, isto é, se torna utilitário.

Cabe agora adentrarmos em outro campo para pensarmos em como um conceito de juventude foi formulado a partir de estratégias de intervenção sobre a população jovem mundial. Isso servirá para compreendermos melhor o que se pensou enquanto jovem em um contexto de crise global, bem como refletir sobre outra visão de jovem que vemos aparecer. Enfim, é somente no interior das políticas públicas voltadas à população jovem, a partir de um esvaziamento político do objeto juventude (em seu “divórcio” com o movimento estudantil dos anos de 1960 e 1970), que vemos surgir um tipo específico de jovem no interior de um contingente populacional.

2.3 Um discurso global sobre a juventude: Nações Unidas e Brasil

No dia 17 de dezembro de 1979, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, designou, através da resolução 34/151, que o ano de 1985 seria o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento, Paz” (ONU, 1987a). Os seis anos que transcorreram entre a proclamação em assembleia e o ano propriamente dito eram o indício de que aconteceriam uma série de encontros e preparações para o ano de celebração da juventude mundial. Nesse contexto, a situação da população jovem, nos países “menos desenvolvidos”, era objeto de constantes análises a fim de entender melhor os processos em que esse grupo populacional estava inserido. Ora, foi preciso delimitar um objeto, estabelecer um conceito e direcionar as análises a uma juventude que precisava ser traçada diante um cenário de crise global, em que o desemprego crescente, o endividamento externo, a redução do crescimento econômico e o aumento do número de pessoas

em estado de pobreza absoluta afetavam um grande número de países (ONU, 1984).

No que concerne à população jovem, citando um documento intitulado “Situación de la juventud en el decenio de 1980 y perspectivas y problemas para el año 2000”:

En los últimos años se há convertido en un lugar común señalar que los jóvenes son especialmente vulnerables a los efectos de la crisis social e económica mundial. Otro lugar común es sostener que debe integrarse eficazmente a los jóvenes en el proceso de desarrollo para superar la crisis mundial y sus manifestaciones regionales, nacionales y locales (ONU, 1987b, p. 12).

A partir disso, podemos perceber dois aspectos para a análise da situação da população jovem mundial na década de 1980. Primeiramente, os jovens eram considerados, a partir de dados demográficos, os que mais sofriam com a crise econômica e social mundial. O interessante, ao analisar o documento citado, é que, do ponto de vista da vulnerabilidade social, o recorte populacional era muito preciso: ser jovem era pertencer à faixa etária de 15 a 24 anos e, ser vulnerável à crise mundial, a partir desse recorte etário, era pertencer ao conjunto populacional dos países mais pobres. Em 1984, segundo dados da ONU (1987b), por exemplo, a partir da faixa etária em questão, de cada cinco jovens no mundo, quatro pertenciam aos países “menos desenvolvidos”. O que demonstrava que o contingente populacional juvenil, em alta densidade, representava um problema para esses países.

Por outro lado, ao analisar as maneiras de enfrentar essa crise juvenil mundial, foi preciso pensar em uma noção de juventude um pouco mais flexível, a fim de superar a arbitrariedade do recorte por faixa etária e a sua relação direta com a vulnerabilidade social a partir das estatísticas demográficas. Ou seja, ser jovem não era apenas pertencer à faixa etária de 15 a 24 anos, mas, também, afirmar sua própria identidade e seus interesses. Contudo, como já vimos, para chegar a essa conclusão, foi preciso pôr em dúvida qualquer noção de juventude que se amparasse nos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970. Sendo assim, o movimento estudantil e os estudantes – palavras que tinham um significado de protesto e luta – não serviam mais para dar conta dessa nova noção “positiva” de juventude, pois os movimentos estudantis, além de dizerem respeito apenas a

jovens urbanos e de classe média, não propuseram alternativas viáveis e coerentes às instituições que eles questionavam (ONU, 1987b). Segundo esse ponto de vista, aquela força do jovem de afirmar a sua identidade e seus interesses, era justamente a que deveria ser capitalizada para o desenvolvimento dos países pobres. Esse poder que os jovens têm de saber o que querem deveria ser “potencializado”; portanto, os jovens “[...] cuyas energías habían de canalizarse positivamente” (ONU, 1987b, p. 9), deveriam ser integrados ao processo de desenvolvimento econômico e social mundial, abrindo mão daquela “rebeldia” de outrora, sinal de imaturidade dos jovens universitários que se voltavam contra sistemas de ensino e políticos de forma inconsistente.

Outro ponto fundamental da análise elaborada pelas Nações Unidas é a diferenciação entre uma abordagem psicobiológica e sociológica acerca da juventude, de modo que ser jovem seria “un sistema de actitudes y una pauta de conducta relacionados con una determinada posición en la sociedad” (ONU, 1987b, p. 11). Sem desconsiderar uma noção psicobiológica de juventude (ligada à puberdade e transformações comportamentais), as propostas da ONU priorizam uma noção social ligada ao papel do jovem na sociedade. Porém, essa definição carregaria um problema, qual seja, para cada tipo de configuração social haveria um tipo de juventude. Essa diversidade de processos de socialização juvenil, isto é, de experiências da juventude em sociedade, representaria um problema, pois eliminaria a possibilidade precisa de delimitar uma juventude objeto do estudo e de ações a serem prescritas pela ONU.

Entretanto, embora se reconheça em um primeiro momento uma diversidade de experiências juvenis,

la definición de juventud como la edad comprendida entre los 15 y los 24 años ofrece, pese a algunas limitaciones, cierta utilidad estadística, así como la conveniencia práctica de contar con una herramienta analítica definida para examinar la compleja red de diferencias regionales y nacionales (ONU, 1987b, p. 12).

Assim, se pensarmos a partir dessa simplificação analítica, tal qual explicitada na definição da ONU, perceberemos uma redução dos diversos modos de socialização a um recorte preciso e bem definido em relação à população mundial. Significa dizer que toda a análise da situação da juventude, tendo como saber privilegiado os dados estatísticos, constituiria uma parcela da população a ser

objeto de avaliações, estudos e ações políticas com a finalidade de “resolver” o problema dos jovens no mundo. Todavia, uma questão de extrema importância deve ser feita: quando falamos em população jovem e juventude, estamos falando a mesma coisa? A nosso ver não, pois fazer essa simplificação seria desconsiderar um campo tenso de saberes em que o objeto juventude é sistematicamente reformulado conforme a finalidade e o campo de estudo que se propõe a analisá-lo.

Consideramos população jovem uma determinada juventude, que é objeto de políticas públicas, analisando não um suposto conceito de juventude, mas as condições de possibilidade de um grupo da população que se constituiu como um problema de ordem global, a partir de alguns ditos e interditos. Sendo assim, a juventude que nos interessa é aquela formada nas práticas sociais as quais os documentos analisados se referem. Não há, por conseguinte, um conceito anterior às nossas análises, mas, um objeto que é sistematicamente formulado na medida em que sobre ele se diz algo (FOUCAULT, 2007). Ou seja, se houver realmente um conceito de juventude, que é objeto de uma série de problematizações, ele será esboçado nas tramas e relações entre os documentos em análise. Queremos dizer, com isso, que não é um suposto conceito de juventude o determinante para a constituição de um discurso de intervenção sobre um contingente populacional. Nesse sentido, por exemplo, a população jovem nos países “menos desenvolvidos” - como a ONU se referia - não é um problema pelo fato de esse grupo pertencer a um suposto conceito de juventude ou constituir-se como segmento jovem; mas sim à relação que pode ser expressa em uma série enunciativa jovem, pobreza, vulnerabilidades e subdesenvolvimento.

Apesar disso, é importante salientar que reelaborar um conceito de juventude, superando toda uma fragmentação teórica e metodológica, era uma das finalidades do Ano Internacional da Juventude, sendo uma noção estratégica que serviria para “[...] facilitar la dinámica de la participación de los jóvenes, particularmente en el desarrollo, y en la sociedad en geral” (ONU, 1987b, p. 12). Estamos diante de um campo tenso. Temos aqui, estatísticas demográficas relacionando uma população jovem a problemas sociais que devem ser enfrentados. Para isso, elaboram-se pesquisas que visam pensar características específicas de determinado grupo à população em geral. Isso significa que há, nesse contexto, um esforço político de controle global e, conseqüentemente, algo que pode ser visto a partir da noção de biopolítica.

Na análise de Foucault (2008a), o advento da noção de população está associado à emergência da biopolítica, um conjunto de estratégias de poder que compõem estratos populacionais como alvo, fim e instrumento. É assim que podemos caracterizar uma mudança de orientação nas práticas de governo na modernidade, em que a vida do homem enquanto vida natural (biológica) passa a ser o objetivo do Poder. Algumas coisas são importantes para entender esse momento, um deles é o surgimento da estatística, também conhecida como “aritmética política” (FOUCAULT, 2006d, p. 307), que no encontro com a Economia Política, se torna Ciência Política. Podemos dizer, assim, que a ação, do ponto de vista do Estado, não vai ser apenas sobre os indivíduos em si mesmos, mas sobre os indivíduos subsumidos em uma população.

Seguir nesse caminho ajuda-nos a entender a gestão da população que emerge com essa biopolítica. Segundo Popkewitz, “o raciocínio populacional como pensamento social produziu novas formas de individualidade, uma individualidade na qual a pessoa é definida normativamente em relação a agregados estatísticos [...]” (1994, p.189). Ora, podemos dizer que dentro da perspectiva das prescrições da ONU, ao fundamentar-se a partir de estatísticas demográficas, se estabelece um sujeito jovem que emerge a partir da sua relação com a totalidade da população. Mesmo assim, embora haja um recorte etário (15 a 24 anos), aparentemente arbitrário, ele tem uma importância, pois situa, em relação à sociedade, uma periodização entre o final da infância e o acesso ao mundo do trabalho (ONU, 1987b), justamente um período em que, de alguma forma, um sujeito pode ser considerado economicamente ativo, isto é, produtivo do ponto de vista do desenvolvimento econômico.

Se pensarmos a partir desse ponto de vista, uma noção importante a ser pontuada, e que já apareceu no nosso texto, é a de vulnerabilidade social. Ela está diretamente ligada a ideia de risco, isto é, nesse caso, vulnerável é aquela pessoa que está sujeita a alguma situação desfavorável do ponto de vista social e, conseqüentemente, econômico. Ora, se levamos em conta a população jovem que é objeto de políticas públicas, o que está em jogo é a ação sobre um grupo em que é “[...] maior a possibilidade da ocorrência de algum dano, fazendo-se necessária a intervenção sobre o perigo, deslocando-o de uma ordem do imponderável e tornando-o passível de previsão e controle” (HILLESHEIM; CRUZ, 2008, p. 196). Desse modo, pensar em uma juventude vulnerável é projetar o seu futuro, intervindo

nos riscos do presente com a finalidade de se evitar problemas posteriores. Quando se fala em vulnerabilidade, do ponto de vista das políticas públicas, portanto, estamos falando de uma previsão e de uma prescrição de ações efetivas sobre a vida atual de determinado grupo juvenil.

No entanto, é preciso lembrar que não estamos estritamente discutindo o conceito de juventude, mas, sim, pensando nas razões que fizeram com que certo grupo populacional fosse considerado um problema global a ser enfrentado pelos países “menos desenvolvidos”. Não se questiona, por exemplo, se as Nações Unidas estão corretas em adotar certa perspectiva epistemológica ou não, o que queremos salientar é que esse recorte etário pautou pesquisas, estabeleceu condutas de Estados e formou um objeto. Ou seja, é um recorte com certa positividade, tendo em vista a sua repetição em muitos documentos posteriores – inclusive no Brasil. Em suma, a noção de população jovem em questão possui uma materialidade e é isso que nos interessa.

Esse discurso global sobre a juventude ecoa no Brasil, ele reaparece no documento de conclusão do “Projeto Juventude”, organizado pelo Instituto Cidadania em 2004 após uma série de seminários, encontros e oficinas. Primeiramente, o instituto adotou a mesma noção de juventude das Nações Unidas, identificando o grupo populacional pelo recorte de faixa etária. O documento destaca como referência importante aquela ideia de que os jovens vivenciam uma diversidade de problemas, mas, ao mesmo tempo, são parte da esperança da nação, como podemos ver nesse trecho do documento:

O tema juventude adquire visibilidade crescente nos últimos anos no Brasil. Aumentou o peso relativo dessa categoria etária na população. Os brasileiros entre 15 e 24 anos somam hoje 34 milhões, representando cerca de 20% da população brasileira.

Os jovens ocupam o centro de questões que comovem o país, tanto no que diz respeito aos problemas gerados pelo agravamento das desigualdades, como no que se refere à esperança de novos caminhos para nossa evolução social, com valores e padrões éticos superiores aos que predominam hoje.

É possível afirmar que os jovens estão entre as principais vítimas do tipo de desenvolvimento econômico e social observado nas últimas décadas, que aprofundou os problemas da exclusão. Aumentou o desemprego e a precariedade da ocupação profissional nesse segmento. (INSTITUTO CIDADANIA, 2010, p. 10).

Ora, quem lesse esse trecho na década de 1980 não estranharia o que é pautado aqui: a relevância dos jovens em função de ser uma parcela da

população com certa importância estratégica, na qual a sociedade deposita as suas maiores esperanças, apesar de vivenciar as maiores crises sociais e econômicas. Não há nada por trás dessa sintonia entre o discurso das Nações Unidas e o documento final do Instituto Cidadania, o que há é a adoção propositada de certa maneira global de encarar a problemática da juventude, isto é, em grande parte, o discurso das Nações Unidas é aderido pela pesquisa brasileira, como é explicitado no documento:

Um pequeno grupo executivo do Projeto Juventude foi a campo para complementar esse circuito de interlocuções e para solicitar oficialmente a colaboração de instituições importantes como a Unesco, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Unicef, a Organização Internacional do Trabalho, o Fundo das Nações Unidas para a População e diversas ONGs reconhecidas por seu trabalho na área (INSTITUTO CIDADANIA, 2010, p. 106).

Essa relação que fizemos entre o documento do Instituto Cidadania e o discurso prescritivo da ONU desde a década de 1980 serve para ilustrar uma maneira comum de encarar a problemática da população jovem. Isso também significa que há uma forma comum de problematizar o tema, de estabelecer proposições verdadeiras acerca dele, de constituir um sujeito que pode falar sobre ele, apontando soluções e estratégias. O mais interessante é que esse documento é uma das bases das discussões sobre políticas públicas de juventude que temos atualmente, representando um texto chave para a compreensão das estratégias de ação sobre a população jovem no Brasil.

Indo mais longe, Souza (2009) diz que:

No caso específico do Projeto Juventude, há que se lembrar que o processo de participação dos jovens (e não jovens) foi orientado por uma ONG especialmente criada para a proposição de políticas públicas (e cuja principal liderança foi eleito Presidente da República em 2002), e que havia definido o tema juventude como prioridade de trabalho para os anos 2003 e 2004. Ou seja, o Projeto Juventude já nasceu no interior de um determinado discurso sobre juventude e políticas públicas. E já nas suas primeiras reuniões, nos dias 13 e 30 de junho de 2003, a juventude foi imediatamente identificada como segmento excluído, objeto de políticas e elemento que traz em si a “solução” de seus problemas e dos da sociedade, de maneira muito semelhante àquela dos documentos internacionais (SOUZA, 2009, p. 14).

A autora estabelece uma conexão entre o Projeto Juventude e a orientação das Nações Unidas acerca da temática da população jovem mundial.

Além disso, situa esse projeto como fundamental na constituição das políticas públicas de juventude atualmente, aprofundadas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que iniciou no ano de 2003. Nesse sentido, a autora tem razão, visto muitas proposições internacionais terem sido acatadas pelo Governo Federal, bem como aquele discurso em que a juventude é vítima dos problemas econômicos e sociais e, ao mesmo tempo, solução e esperança de futuro. Assim sendo, os jovens têm uma força a ser cultivada em seu próprio benefício, colaborando também para o desenvolvimento de toda a população. Mas o que nos interessa aqui é perceber que o documento do Instituto Cidadania em questão, estabelece a conexão entre os discursos da ONU sobre juventude e um programa de Governo no Brasil. Podemos constatar essa afirmação ao analisarmos o Manual do Educador do Programa Projovem⁶ Urbano (BRASIL, 2009), em que o documento é citado na bibliografia pelo menos duas vezes, significando que, em termos pedagógicos, o documento do instituto tem enorme importância, sendo um elemento fundamental do saber governamental sobre a juventude atualmente.

É preciso levar em consideração que esse saber é constituído a partir de uma crítica às ações governamentais voltadas à juventude no Brasil desde a década de 1990, introduzindo uma noção mais proativa de jovem, defendendo, além disso, a sua autonomia e participação na constituição de políticas públicas para seu segmento. Um texto importante que aborda esse tema se chama “As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90” de Maria das Graças Rua (1998), em que a autora fala que grande parte das ações políticas estatais voltadas aos jovens, analisadas durante os anos de 1990, eram ações pontuais, voltadas para insatisfações sociais, sem compor uma agenda governamental. As políticas direcionadas aos jovens eram ações de emergência que, atingindo diversas camadas da população, atingiam a juventude também. Além disso,

a maior parte das ações reflete a concepção típica do primado da economia: são propostas de correção de desvios e sequelas. Não chegam sequer a expressar concepções de prevenção de problemas [...] (RUA, 1998, p. 742).

6 Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, criado em 2005 pelo Estado brasileiro e que, em 2007, incorporou o “Consórcio Social da Juventude”, o “Juventude Cidadã” e o “Escola de Fábrica”, constituindo-se, assim, como PROJOVEM Integrado. Ele compreende quatro modalidades, a saber, o “Projovem Urbano”, o “Projovem adolescente”, o “Projovem Trabalhador” e o “Projovem Campo”.

Ora, o que está em jogo é a defesa de políticas públicas específicas para os jovens brasileiros. Na perspectiva da autora, a população jovem não pode ser tratada como uma parte qualquer da população. Ela é um público especial com problemas singulares, que devem ser prevenidos a partir de ações governamentais específicas. Desse modo, é preciso reorganizar essas ações, repensá-las a partir de uma noção estratégica de juventude a fim de torná-las mais eficiente.

[...] Na ausência de instituições novas e adequadas, capazes de mobilizar a ação solidária dos jovens, é bastante possível que eles continuem, na melhor das hipóteses, a serem objetos de políticas, sem capacidade de influir sobre as mesmas. Ou seja, dificilmente serão agentes na construção do seu próprio destino (RUA, 1998, p.748).

Podemos dizer que a ausência de instituições reclamada pela autora é, em certo sentido, suprida no decorrer dos anos 2000, em que os jovens são objeto de constantes estudos e planejamentos políticos, estabelecendo-se uma escuta sistemática a fim de entender melhor os seus pontos de vistas, as suas maneiras de agir, os seus tipos de ações, etc. Entram em cena diversas conferências e seminários, que resultam em documentos governamentais, elaborados ou assessorados por uma série de órgãos não governamentais em articulação com agências de cooperação internacional, tais como a UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas), tendo como intuito melhorar e tornar mais democrático a ação do Governo em relação aos jovens. Em suma, há uma espécie de reorganização da problemática da juventude e, ao mesmo tempo, um processo de institucionalização dessa abordagem. Como afirma Marília Sposito:

Os novos organismos assumem, predominantemente, o caráter de assessorias, embora em algumas situações sejam criadas secretarias de estado ou coordenadorias, e são definidos pela sua vocação maior: articular e assegurar uma certa transversalidade nas suas ações sob o ponto de vista do aparato público e, ao mesmo tempo, assegurar uma interlocução com os segmentos juvenis (SPOSITO, 2003, p. 69).

Esse trecho nos leva a crer que nesse debate sobre a juventude no contexto das ações políticas, delinea-se uma concepção que vê nos jovens atores sociais, com vontades próprias, reivindicações, lutas e propostas. Eles deixam de ser apenas meros objetos de políticas públicas, mas sim, interlocutores para ações em que eles próprios são os alvos. Dessa forma, será adotado um discurso da diversidade dos modos de se vivenciar a juventude e, ao mesmo tempo, a defesa de

um tratamento do jovem como um sujeito de direito que, por assim ser, terá a sua independência em relação ao conjunto total da população: ele será um cidadão com certas especificidades. Ele não deve, ademais, ser um simples receptor de ações políticas, que veem na juventude, em certas circunstâncias, um problema a ser resolvido. Nada disso! Os jovens devem, a partir desse ponto de vista, ser concebidos como pessoas com o direito de dispor de bens e serviços assegurados pelo Estado.

Em uma lista de propostas que visam instaurar um novo paradigma de políticas para os jovens, Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay, reinserem os jovens no cenário público como “[...] destinatários de serviços e atores estratégicos” (CASTRO; ABRAMOVAY, 2003, p. 40). Renovando, de alguma forma, o discurso acerca da juventude como um poder a ser levado em consideração. É importante ressaltarmos que as autoras possuem uma relação estreita com a UNESCO, relação essa que atravessa o Projeto Juventude do Instituto Cidadania. Temos, aqui, uma concatenação de noções de juventude e de ações sociais que vão implicar no que foi chamado de Política Nacional de Juventude⁷. Sendo assim, podemos dizer que a concepção de políticas voltadas para os jovens brasileiros, a partir do Governo Federal, é atravessada por uma série de discursos que têm no Instituto Cidadania e na UNESCO os seus pilares enunciativos.

Em 2004, vinte anos depois da publicação do perfil da juventude brasileira que analisamos anteriormente, a revista *Veja* publicou mais um perfil dos jovens brasileiros. O diferencial é que os dados apresentados na pesquisa não foram de uma agência de publicidade que visava refletir sobre o perfil de consumo dos jovens em 1984, mas sim, da pesquisa elaborada pelo Instituto Cidadania, a mesma pesquisa que serviu como referência para o “Projeto Juventude”. Nessa edição especial da Revista *Veja* de 2004 podemos perceber uma concepção de juventude que se diferencia daquela de vinte anos antes. O primeiro ponto é que a juventude ganha uma multiplicidade ainda maior, uma descontinuidade em relação àqueles cinco perfis de vinte anos atrás; contudo, mesmo assim, aparecem jovens

7 Para enfrentar esses desafios, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005, já aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Pela primeira vez na história, o País passa a contar com uma política de Estado voltada para os jovens”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm>. Acesso em: 23 set. 2010.

“conservadores”, sonhando com um bom trabalho, morando com os pais, acreditando em Deus e, ao mesmo tempo, querendo mudar o país. Além disso, eles

[...] não são mais arrebatados por grandes questões de ordem, na linha capitalismo versus comunismo ou rebeldia versus caretice. De olho no futuro, estão mais interessados naquilo que pode afetar sua felicidade de forma concreta. Não é à toa, acham que a educação é muito importante (VEJA, 2004, p. 13).

No contexto de formulação da Política Nacional de Juventude, em 2004 é também elaborada uma proposta de Plano Nacional de Juventude⁸, um documento propositivo que visa dar conta de uma concepção de política pública para os jovens brasileiros. Ora, essa concepção de política carrega consigo uma concepção de juventude, que vivencia uma problemática singular que é a sua própria condição. Ao fazer uma alusão à edição especial da Revista Veja de 2004, ele afirma que “[...] a dificuldade de inserção no mercado de trabalho é percebida pelos jovens como principal componente negativo de sua condição juvenil junto ao tema da violência” (BRASIL, 2004, p. 20). Assim, é nessa vontade de “escutar” os jovens que vai se introduzir uma série de estratégias para lidar com a sua problemática.

Em relação à violência, em 2004, a UNESCO lançou o “Mapa da Violência IV”, que era um estudo do impacto da violência na vida dos jovens, uma pesquisa demográfica que visava entender essa condição juvenil a partir da população jovem do país, tendo como finalidade

[...] promover uma discussão mais ampla ao reconhecimento das causas da violência, a criação de mecanismos institucionais de expressão e diálogo, e sobretudo, contribuir para a formulação de políticas públicas que possam dar respostas concretas a um tema que afeta a nossa juventude (WERTHEIN; SENNA; MIRANDA, 2004, p. 8).

Temos aqui outro documento que se propõe a elaborar uma pauta de ações políticas voltadas aos jovens no Brasil. Porém, esse documento parte de dados demográficos que utilizam como indicadores estatísticos a mortalidade juvenil. O número de homicídios de jovens, em relação ao conjunto total da população, era preocupante, tendo em vista que, “no ano de 2002, para o país como

⁸ Projeto de Lei nº 4.530 aprovado pela Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude do Congresso Nacional em 2004, ainda em tramitação em outras instâncias.

um todo, 39,9% das mortes de jovens devem-se a homicídios. E essa proporção vem crescendo de forma acelerada nos últimos anos. Na população não jovem essa proporção é só de 3,3%” (WAISELFISZ, 2004, p. 161). É importante dizermos que a pesquisa desenvolvida considera jovens aqueles que pertencem à faixa etária de 15 a 24 anos, e não jovens aqueles que pertencem à faixa etária abaixo de 14 anos e acima de 25 anos. Há aqui, portanto, um recorte preciso, uma população jovem vulnerável à violência que aumenta e tende a aumentar ainda mais.

Essa pesquisa, como vimos, tem um propósito, que é estabelecer um saber que colabore na implementação de políticas públicas para os jovens brasileiros, porém, não é de qualquer jovem que se está a falar. Fala-se de um jovem estabelecido a partir de dados estatísticos, que em relação à mortalidade juvenil, em função do conjunto total da população brasileira, representa um problema grave ao corpo populacional. A conclusão do documento, não obstante, é um pouco mais otimista, investindo na possibilidade de se pensar ações governamentais mais consistentes:

E os caminhos dessa discussão não são difíceis de delinear: dever-se-á procurar promover políticas e estratégias que estimulem a plena inserção e um papel protagônico para os jovens, que se articulem esforços e iniciativas do setor público, seja federal, estadual ou municipal, da esfera privada, das organizações não governamentais e das dos próprios jovens. Estratégias que promovam o conhecimento, a revalorização e o fortalecimento de identidade juvenil e sua participação, como setor ativo e consciente, a construção da cidadania e no desenvolvimento do país (WAISELFISZ, 2004, p. 166).

O autor parece estar em consenso com os documentos que visualizam nas Políticas Públicas para a Juventude uma solução para o problema dos jovens. Se por um lado os jovens representam, quando a partir de um recorte populacional, um problema, por outro, eles são a própria solução, deve-se investir nos jovens, deve-se fazer junto com eles e, ao mesmo tempo, estudá-los sistematicamente: entender os seus códigos, as suas maneiras de agir, as suas atuações políticas específicas. Isso tudo nos leva a crer que a noção de jovem estabelecida como alvo de políticas públicas é extremamente específica, embora se defenda uma diversidade de modos de se vivenciar a juventude. Entretanto, o tipo de jovem que emerge no contexto do “Mapa da Violência” é o mesmo que aparece nas pesquisas publicadas na Veja e no Projeto Juventude do Instituto Cidadania? Em suma, quem são e onde estão os jovens considerados objeto de políticas públicas?

2.4 O poder jovem nas trilhas da cidadania: um modelo para o desenvolvimento social e político do país

Quando decidimos pensar na juventude que é alvo de políticas públicas no Brasil, sabíamos que estávamos adentrando em um terreno em disputa, em que órgãos governamentais e não governamentais incentivam reflexões sobre o tema, destinando recursos financeiros para diversas pesquisas que tenham como princípio aquela “escuta sistemática” que havíamos falado, ou seja, o jovem entra em cena sendo um objeto problemático para o pensamento. Além disso, é importante levarmos em consideração o grande interesse de organismos ligados ao sistema das Nações Unidas, que desde a década de 1980, pelo menos, elaboram planos, programas e financiam propostas de ações políticas voltadas aos jovens de todo o mundo.

De um lado, pudemos perceber algumas estratégias que começavam a pensar a juventude como um poder a ser conduzido e utilizado para o desenvolvimento social, mas, também, como um poder comercial, isto é, os jovens também eram consumidores com suas especificidades, havendo, não obstante, certa diversidade de se vivenciar esse tipo de juventude. Por outro lado, o papel político dos jovens também era posto em questão, tendo em vista que eles representavam uma força importante para o desenvolvimento político e social do país. A rebeldia, nesse caso, não pode ser pensada como o modelo de uma época, havendo uma rebeldia contestadora das décadas de 1960 e 1970 e outra das décadas de 1980, 1990 e 2000. Ao contrário, há uma descontinuidade em relação ao papel político dos jovens, os ditos que interditavam certo discurso acerca da rebeldia, nada mais faziam do que dizer que o poder jovem não deveria ser algo espontâneo que aponta para incertezas e outras possibilidades imponderáveis, mas sim, algo importante a ser desenvolvido, canalizado, cultivado, utilizado.

No caso do poder jovem enquanto explicitação da crise social, temos uma potência que desvela o sistema e demonstra a sua verdade enquanto contradição. Ele é uma participação política que atravessa o movimento estudantil, tendo a sua especificidade no correlato jovem/estudante. Ora, na década de 1980

esse tipo de participação política é posta em xeque, o declínio do movimento estudantil anuncia que há outras maneiras de atuação política, outros tipos de práticas e modos de vivenciar a juventude, não havendo um sistema em crise a ser desvelado, mas uma “abertura”. A crise, de alguma forma, deu lugar a outras formas de ação: os jovens estão para além do movimento estudantil, a força da juventude pode ser vendida, comprada, vista na televisão. Logo, a “alegria de ser jovem” se divorcia dos estudantes.

Essa discussão acerca da juventude não pode deixar de levar em consideração que a constituição dos jovens como objeto de políticas públicas deve extrapolar o tema da participação social destes. Igualmente, se levarmos em consideração os documentos que traçam o perfil dos jovens – aqui devemos dizer, população jovem –, podemos perceber que a defesa de sua participação e de sua autonomia não é o fator mais relevante. O que importa nisso é o quanto esses jovens podem contribuir ao desenvolvimento social do país, a sua liberdade deve ser vista como consequência de uma problematização sobre os problemas sociais, ou seja, a possibilidade da autonomia está na conquista ou no resgate da cidadania: autonomia e inclusão social seriam correlatas, portanto.

Desde o início do Governo Lula, em 2003, é possível perceber que a problemática da população jovem brasileira ganhou certo destaque. A constituição da Secretaria Nacional de Juventude em 2005, a partir de um Grupo de Trabalho Interministerial, bem como a proclamação do ano de 2006 como o Ano da Juventude no Brasil, simboliza não apenas o interesse pelo problema dos jovens por parte do Estado, mas, a adoção de proposições de agências de cooperação internacional.

O interesse pela participação dos jovens na constituição de políticas públicas é um ponto comum atualmente, não é possível falar em políticas para os jovens sem exercer aquele processo de “escuta” em que o jovem ensaia o seu papel de ator político, falando, pautando, propondo políticas das quais ele próprio é objeto. Essa espécie de autoconsciência juvenil, um saber sobre si mesmo em relação ao seu papel social enquanto jovem, é o objeto fundamental das políticas públicas que pretendem uma liberação dos jovens em “vulnerabilidade social”. Não há saída, ou o jovem se transforma em cidadão, ou o jovem ingressa em um mundo incerto onde a possibilidade de ele se “dar mal” é a mais certa.

No entanto, o jovem que é objeto de políticas públicas atualmente não é qualquer jovem, não podemos dizer que há uma continuidade entre aquela juventude do Rock In Rio ou do poder jovem da década de 1960 e 1970. Ao contrário, o que há é um deslocamento do objeto. No fundo o que interessa nas intervenções políticas por parte de órgãos oficiais ou não oficiais não é o poder jovem enquanto força política de contestação, e sim, a população jovem que representa um problema para todo o resto da população. Os jovens se transformam em um recorte populacional e são subsumidos em números, dados, amostras, probabilidades e previsões.

As discussões exaustivas sobre como deveria ser uma política “para/de/com” juventude “s”, nos indicam que não se está falando dos mesmos objetos: uma coisa é fundar um conceito de juventude a partir de estudos sociais, em que a escuta dos jovens reelabora certo tipo de possibilidade de atuação. Outra coisa é uma política pública funcionando, em que a estratégia maior é a eficiência para resolver um problema populacional. A primeira leva mais em consideração os próprios jovens e, a segunda, leva mais em consideração a vida de toda a população. Consequentemente, temos duas juventudes: de um lado, a que é objeto de intervenção política governamental e, de outro, aquela que um saber sociológico insiste em contrapor a primeira, insiste em ver possibilidades de autonomia em um campo que não permite isso: no interior de um saber sobre a população, os jovens só são o que são, apenas como parte da população.



3. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE: INVESTINDO NO PODER JOVEM

3.1 O Ano Internacional da Juventude e a participação social dos jovens

No dia 07 de janeiro de 1985, na cidade de Esteio, era dado o início às comemorações do Ano Internacional da Juventude no Rio Grande do Sul. Cerca de 1000 pessoas caminharam aproximadamente quatro quilômetros com a finalidade de reivindicar melhores condições de vida para a juventude brasileira. A maioria deles eram jovens ligados a igrejas, mas também havia representantes de partidos políticos ajudando nesse movimento que era justificado por uma série de dados estatísticos alarmantes:

são 12 milhões de desempregados [no Brasil] e 80% são jovens; a maioria é obrigada a trabalhar com 10 ou 14 anos, por causa das condições de vida das suas famílias; existem 10 milhões de boias frias, na maioria entre 15 e 25 anos; 35 milhões de analfabetos; 22 milhões de crianças sem escola primária; 25 milhões de menores carentes (TORMA, 1985, p. 29).

Ora, a participação evidente dos jovens era celebrada como uma nova postura da juventude gaúcha diante dos problemas sociais dos quais ela era uma vítima em potencial. A manifestação queria chamar a atenção da juventude para o seu importante papel político, conclamando-a a participar ativamente desse movimento mundial em prol dela própria. Além do mais, é ressaltado pelos organizadores da caminhada “[...] que os jovens estão reivindicando o seu espaço na igreja, como sangue novo, querendo participar dela com sua força e ideias [...]” (TORMA, 1985, p. 29). Essa força estava ligada a uma nova maneira de encarar a juventude, que não poderia ser mais vista como irresponsável, inconsequente ou rebelde. Ao contrário, o que a caminhada quer demonstrar, e que está dito na reportagem que estamos analisando, é que os jovens estavam conscientes de seu papel, apresentando-se como atores importantes para o desenvolvimento país.

Para pensarmos melhor nas reivindicações da caminhada em prol da

juventude brasileira no Rio Grande do Sul, é interessante levarmos em consideração alguns ditos nos cartazes que os caminhantes portavam: “Pelo direito de estudar e participar”, “Trabalho e educação, mais arroz e mais feijão”, “Queremos decidir o nosso futuro – voz e vez aos jovens”, “Chega de manipulação. Queremos uma real educação”, “Prometeram pão e trabalho, mas o povo não os têm”, “Pai Nosso, o povo passa fome”. Como o autor da reportagem expõe, esses ditos diziam respeito à

[...] maioria dos problemas que angustiam a juventude: desemprego, baixos salários, êxodo rural, falta de oportunidades de estudo e capacitação profissional, saúde, transporte, moradia, desnutrição, não participação efetiva na sociedade. (TORMA, 1985, p. 29).

Entretanto, não estamos diante de problemas que apenas assolavam a juventude. Os ditos escritos nos cartazes, que davam o tom da caminhada da juventude, diziam respeito a reivindicações muito mais amplas, que levavam em consideração grandes problemas sociais que atingiam toda a população, tais como, a fome, o desemprego e a exclusão política. Ademais, não podemos deixar de levar em consideração duas forças que estão operando nessa ação em prol da juventude em 1985, a saber, os partidos políticos e a Igreja.

Se, por um lado, como vimos no capítulo anterior, há certo declínio do movimento estudantil, agora, há uma espécie de reconfiguração dos movimentos sociais no Brasil que remonta a meados da década de 1970. Segundo Sousa (1999) esses movimentos sociais são ancorados em instituições como a igreja católica, o ecumenismo secular e entidades de cooperação internacional, bem como em forças ligadas à esquerda, tendo como princípio ações com o caráter mais reivindicativo. Ora, isso evidencia que a participação de jovens ligados a setores da Igreja e a partidos políticos na caminhada em prol da juventude não é por acaso, visto, como lembra a autora,

as CEBs [Comunidades Eclesiais de Base], em trabalhos que influenciavam a intervenção política dos seus fiéis através das questões cotidianas, interagem com o sindicalismo em várias ocasiões, numa conjunção política em que os objetivos apontavam para a mesma direção, embora as origens e os interesses reivindicativos fossem diferenciados (SOUSA, 1999, p. 83).

A Igreja em sintonia com o novo sindicalismo – origem histórica do Partido dos Trabalhadores –, introduzia uma noção de luta social que incorporava

reivindicações que diziam respeito à vida das pessoas naquilo que elas tinham de mais comum: o trabalho, a moradia, a alimentação e o lazer. Era esse o caminho que os movimentos sociais do período trilhavam. A participação política e social dos jovens, nesse sentido, em 1985, era consequência dessa junção de forças que convergiam em alguns pontos que eram importantes para a sociedade como um todo.

O fato é que o incentivo à participação política e social dos jovens, entretanto, já estava na pauta da ONU (1975) há algum tempo. Os “serviços prestados” pela juventude eram vistos com bons olhos para o desenvolvimento nacional dos diversos países do mundo. Isso significa que as ações por parte dos Estados, quando tivessem o jovem como objeto, deveriam levar em consideração o seu papel estratégico, pois eles eram atores sociais importantes para a vida de toda a população. Mas, ao mesmo tempo, a sua atuação social era importante para eles próprios, pois, a partir da sua intervenção, aprenderiam a tomar as rédeas de suas próprias vidas, isto é, através da participação social o jovem exercitaria a sua “liberdade”.

O tema da participação política e social dos jovens é um lugar comum nas políticas públicas de juventude atualmente, constituindo-se como uma espécie de pilar metodológico para estas, de forma que, sem ele, a legitimidade de uma política pública é posta em dúvida. Esse tema, como foi evidenciado até aqui, não surgiu em 1985 com o ano Internacional da juventude, não era uma novidade, mas sim uma orientação que já vinha sendo discutida pela ONU há algum tempo. Como podemos ver a seguir:

En resoluciones de la Asamblea General, el Consejo Económico y Social y otros órganos de las Naciones Unidas, repetidas veces se destaca el hecho de que, para que el desarrollo tenga sentido para la población en general, y para los jóvenes en especial, que son quienes han de beneficiarse con él, tanto unos como otros no han de ser considerados meramente como objetos de las políticas de desarrollo sino también como participantes activos (ONU, 1975, p. iii).

Esse tipo de argumento enuncia que a juventude deve se tornar responsável pelo seu próprio futuro, tendo em vista que o desenvolvimento social tem como beneficiários principais os próprios jovens. Dessa maneira, o seu compromisso com a população em geral e com as futuras gerações seria também um compromisso consigo, isto é, sendo os jovens o futuro, nada mais justo do que

eles se tornarem atores efetivos de mudanças no presente. Se aceitarmos esse argumento, toda a ação política dos jovens seria um investimento no futuro que a eles pertence. Outro ponto fundamental, muito presente nesse tipo de argumentação, é a noção de que os jovens sabem o que querem, eles têm toda a capacidade de cuidar dos seus próprios destinos. Teríamos, portanto, a defesa de uma espécie de maioria política da juventude, autoconsciente do seu papel social e capital importante para o desenvolvimento das nações mundiais.

Em 1975, por exemplo, o discurso das Nações Unidas sobre o papel da juventude diante do desenvolvimento social tinha como elemento fundamental a noção de “serviço voluntário”, uma espécie de antídoto para os problemas sociais dos jovens. Naquele contexto, os jovens, ao atuarem voluntariamente ajudariam

[...] a luchar contra el subdesarrollo y a establecer las bases de una nueva sociedad. Es éste el principal objetivo del servicio voluntario y, por ello, las actividades de servicio voluntario deben realizarse en el contexto del plan nacional de desarrollo (ONU, 1975, p. 35).

O serviço voluntário, isto é, a ação social dos jovens, tinha como princípio fundamental a resolução de problemas relacionados ao “subdesenvolvimento”, que pode ser caracterizado como pobreza, desemprego, falta de saneamento básico, falta de serviços de saúde, falta de moradia, etc. Isso não significa que o serviço voluntário é pensado como um tipo de atuação produzida apenas nas nações subdesenvolvidas. De fato, ele é direcionado a tudo aquilo que impediria o desenvolvimento social e econômico de um país, é por essa razão que deveria ser realizado no contexto de um plano nacional de desenvolvimento: em sintonia com estratégias governamentais diretamente ligadas à vida da população.

O incentivo ao voluntariado perdura há bastante tempo nos discursos das Nações Unidas sobre juventude. Na “Declaração de Lisboa e Braga sobre Juventude” o voluntariado também aparece como uma importante forma de participação dos jovens, fazendo parte de um conjunto de recomendações que, inclusive, sugere a abertura de canais de comunicação entre os jovens e os poderes públicos (ONU, 1998). Esse tipo de recomendação também aparece no “Programa de Ação Mundial para os jovens até o ano 2000 e anos subsequentes”⁹, um documento de extrema importância das Nações Unidas que sugere uma série de

9 Resolução 50/81 aprovada em Assembleia Geral da ONU em 1996.

ações mundiais para a juventude. Sobre o voluntariado, ele diz o seguinte:

[...] los gobiernos deberían considerar la posibilidad de establecer programas de servicios voluntarios para los jóvenes. Esos programas podrían servir de alternativa al servicio militar o constituir un elemento obligatorio de los programas educativos, dependiendo de las políticas y prioridades nacionales. Entre las posibilidades ofrecidas deberían incluirse los campamentos de trabajo para jóvenes, los proyectos de servicios para la comunidad y los programas de protección ambiental y cooperación intergeneracional. (ONU, 1996, p. 14).

É possível perceber, com tudo isso, que uma série de recomendações das Nações Unidas prescrevia o trabalho voluntário como uma importante forma de participação política e social para os jovens, sendo que o incentivo a esse tipo de ação deveria ser dado por órgãos governamentais ou não governamentais que trabalhassem com a juventude. Podemos dizer que esse incentivo está em consonância com a atuação dos jovens na igreja e nos partidos políticos, nos quais a caridade ou a ação “pela causa” aparece como um imperativo fundamental.

O serviço voluntário, segundo os discursos que analisamos, também pode ser considerado um modo de subjetivação, visto se concentrar “[...] en la autoformación de los jóvenes o en las necesidades de la comunidad en la que viven” (ONU, 1975, p. 84). Ou seja, no processo de participação juvenil que estamos falando, o jovem estaria desenvolvendo-se ao atuar no seu contexto social. A sua intervenção no espaço público seria a maneira de se tornar aquilo que ele “deve” ser: um cidadão preocupado com a causa do seu país.

A caminhada de Esteio em 1985, em prol da juventude, pretendia marcar uma nova postura dos jovens diante da realidade. Ora, para um Brasil que se abria para a democracia, nada mais justo do que uma nova juventude com novas maneiras de agir. O que temos é a inserção não apenas dos jovens nas causas sociais, mas uma nova maneira de atuar tanto da Igreja, quanto dos sindicatos e dos partidos políticos ligados à esquerda, transfigurando-se em um movimento social de cunho mais global. Naquele lugar, todavia, os jovens presentes queriam protagonizar, queriam ter “voz e vez”, queriam participar do ano de celebração da juventude mundial, mostrando que poderiam ser agentes políticos com demandas próprias e, ao mesmo tempo, atores estratégicos para o desenvolvimento do país.

3.2 Uma nova forma de atuação dos jovens: o protagonismo juvenil

Quando falamos em protagonista, não podemos deixar de levar em consideração que estamos falando de um termo relacionado ao teatro. O termo origina-se da composição de duas palavras gregas: *prôtos*, o primeiro, e *agonizesthai*, combater, ou seja, o protagonista é o lutador principal. Na Grécia antiga, em relação ao protagonista, nas tragédias, surgem dois outros termos, a saber, *deuteronomista* e *trigonista*. O primeiro sendo o segundo ator principal e o segundo sendo o terceiro ator principal. Atualmente “[...] costuma-se referir aos protagonistas como personagens principais de uma peça, os que estão no centro da ação e dos conflitos” (PAVIS, 1999, p. 310). Porém, se pensarmos no contexto político e social, *mutatis mutandis*, o protagonista é aquele que intervém em um espaço social onde outros atores também atuam. Desse modo, as relações de poder se dariam nas correlações de forças entre diversos atores inseridos em um cenário social.

A ideia de um espaço de atuação dos atores juvenis, concebido como um cenário social, aparece em um dos livros canônicos dos estudos sobre juventude no Brasil. Em “Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano”, Helena Abramo (1994) introduz o termo “estilos espetaculares” para indicar um tipo de atuação dos jovens no espaço público, pensado como “[...] a dimensão da aparência, no sentido daquilo que aparece para os outros, que pode ser visto e ouvido por todos [...]” (ABRAMO, 1994, p. 150). Muito mais que impor um estilo de vida, segundo a autora, os jovens querem, a partir de sua atuação, problematizar o espaço público e provocar as pessoas.

Esses jovens não mudam de vida no sentido de romper com um sistema, eles continuam “[...] trabalhando, procurando emprego, vivendo e estudando como antes [...]” (ABRAMO, 1994, p. 147), não há uma ruptura completa. O jovem encenaria em um cenário social, intervindo, provocando e, por outro lado, não deixaria de fazer aquilo que normalmente todas as pessoas fazem. A sua atuação não se reduz a um modo de vida, ele não rompe com um sistema, ele o vive e, ao mesmo tempo, o questiona.

Ao falarmos em jovem protagonista estaríamos também falando daquele que encena em um cenário social? Segundo Regina de Souza, a

emergência do termo “protagonismo juvenil” tem como ponto crucial a concepção de que o espaço público é um “[...] *cenário* em que indivíduos – os *atores sociais*, cujo aglomerado constitui a *sociedade civil* – encontram-se para negociar interesses e *fazer coisas*, isto é, *atuam*” (SOUZA, 2008, p. 43, grifos da autora). Ela nos indica, portanto, que ser protagonista é atuar em meio à sociedade civil concebida como um conjunto de atores que negociam seus interesses e, “fazem coisas” com o intuito estratégico de resolver seus próprios problemas. Atuar teria não somente o sentido de aparecer no espaço público, mas também, estabelecer relações fundadas na troca de interesses.

É importante levarmos em consideração o que a autora em questão estabelece como “fazer coisas”, visto, para ela, essa ideia servir como certa desvalorização da ação política (SOUZA, 2008). O jovem a partir disso teria como princípio da sua atuação um sentimento de se sentir útil para a sociedade, uma espécie de consolo existencial em que a mudança social estaria relacionada diretamente a mudanças específicas na vida do próprio jovem, através de pequenas intervenções que mais serviriam para a sua auto formação enquanto indivíduo, enquanto cidadão. O cenário social é o espaço do aparecer e do fazer, e é na correlação dos dois que o jovem se constitui enquanto sujeito. Entretanto,

o fazer coisas ocupa o lugar da cidadania, com ela se confunde e oferece uma alternativa “saudável” de participação juvenil. Participação, cidadania e trabalho voluntário equivalem-se e são definidos, todos, pela atividade (SOUZA, 2008, p. 15).

O interessante é que essa modalidade de atuação dos jovens é apresentada como uma nova forma de se fazer política para a juventude, de modo que a sua participação social se daria pela integração à sociedade e não pela via da rebelião. Ou seja, essa nova forma negará aquele *ethos* de ruptura dos jovens ligados ao movimento estudantil das décadas de 1960 e 1970. De fato, o protagonismo juvenil aparece como um elemento fundamental na constituição dessa nova visão do poder jovem, baseada no consenso de que os jovens precisam ajudar a sociedade a funcionar melhor, integrando-se ao seu desenvolvimento, investindo no seu futuro. Em suma, os jovens atuam negociando com outros atores, pois é o seu futuro que está em jogo. Aprendem a ser cidadãos, tendo em vista que no tipo de atuação proposta eles aprenderiam um tipo de habilidade social e política e, por

fim, canalizariam o seu potencial na integração social e não na rebeldia.

Antonio da Costa, um pedagogo e teórico do protagonismo juvenil no Brasil, define essa modalidade de ação como um elemento didático na formação do jovem para o exercício da cidadania plena, ou seja, ao atuar como protagonista o jovem estaria trabalhando certas habilidades que o credenciam para vida em sociedade. O autor vê no trabalho voluntário um tipo de protagonismo, visto ele ser uma alternativa para canalizar positivamente a força da juventude (COSTA, 1994). Nesse sentido, o protagonismo juvenil é um tipo de voluntariado em que:

[...] a unidade básica de pensamento e de ação deve ser a pessoa. A pessoa tomada em toda sua inteireza e irredutibilidade, ou seja, um ente capaz de superar, ao mesmo tempo, o individualismo, que fragmenta e reduz, e o coletivismo, que dilui as diferenças e massifica os sujeitos (COSTA, 1994, p. 68).

O protagonismo juvenil, que o autor se refere, tem a pretensão de fugir de um culto ao indivíduo, mostrando para o jovem a importância de ele integrar-se à sociedade. Ele também não é um “coletivismo”, em que o jovem, ao integrar-se, apenas se tornaria parte de uma massa amorfa – uma clara crítica ao movimento estudantil e partidário. Por outro lado, é possível perceber que esse tipo de voluntariado é orientado por uma crença de que os jovens se mobilizam por coisas que dizem respeito a si mesmos, se auto realizando no simples ato de agir de forma cidadã. Ele não pretende se utilizar dos jovens, mas ensiná-los a como utilizarem o seu potencial em benefício próprio e da sociedade. Assim, ele seria uma atuação no espaço público e uma auto formação de si, o que demonstra uma continuidade com a noção de voluntariado que vimos a partir de um texto das Nações Unidas de 1975, que reflete sobre os serviços prestados pela juventude.

Em outro livro de Antonio da Costa, uma espécie de manual pedagógico do protagonismo juvenil, percebe-se uma remodulação dos ditos acerca da participação social da juventude. Falando sobre os jovens que vivem em situação de vulnerabilidade, o autor diz o seguinte:

o estímulo ao protagonismo juvenil no país deve, portanto, ser colocado a serviço de ações que contribuam para o desenvolvimento e a inclusão desses jovens, diminuindo as desigualdades e a distância que separam a juventude privilegiada daquela excluída do processo de desenvolvimento (COSTA, 2000, p. 7).

Aqui o protagonismo juvenil aparece como um antídoto à exclusão social de alguns jovens, uma metodologia de trabalho para com uma parcela da população brasileira que vivencia graves problemas sociais. A questão de fundo seria transformar em cidadãos indivíduos “marginalizados”, de forma que eles possam gerir a sua própria vida. Esse ensaio para a cidadania, que ser protagonista representa, é, também, uma maneira de tirar esses jovens de situações de risco como, por exemplo, a criminalidade. Não obstante, o trabalho com jovens, a partir dessa ótica, é uma “[...] postura pedagógica visceralmente contrária a qualquer tipo de paternalismo, assistencialismo ou manipulação” (COSTA, 2000, p. 23), ela é baseada em dois eixos fundamentais: aprender a ser e aprender a fazer.

Esses eixos fundamentais indicam um exercício dos jovens sobre as suas próprias condutas, pois “aprendendo a ser”, os jovens estariam se vinculando a sua própria identidade enquanto ser humano, e, “aprendendo a fazer”, os jovens estariam formando-se para o mundo do trabalho, desenvolvendo habilidades como:

[...] autogestão, heterogestão e co-gestão, ou seja, ele aprende a lidar melhor com suas potencialidades e limitações (gerir a si mesmo), a coordenar o trabalho de outras pessoas (atuar sobre a atuação dos outros) e a agir conjuntamente com outros adolescentes e adultos na consecução de objetivos comuns (trabalho em equipe) (COSTA, 2000, p. 22).

Sem sombra de dúvidas, aqui, o protagonismo juvenil tem como objetivo um tipo de emancipação do jovem em que não somente a autonomia política está em questão, mas também a inserção no mercado de trabalho. Gerir a si mesmo não significa apenas ter uma consciência crítica diante de situações reais que afligem a sua própria realidade, criando estratégias efetivas para solucionar os seus problemas para além de soluções imediatas e emergentes. Ao contrário, esse tipo de modalidade de ação política dos jovens é baseada em uma formação para a cidadania vinculada a um humanismo, isto é, a valores sociais e humanos preconcebidos, em que a solidariedade, o ser útil para os outros, aparecem como axiomas para a constituição de uma nova identidade juvenil. O protagonismo juvenil, com isso, formaria um tipo de juventude a partir de uma noção de sociedade. De outro modo, as habilidades para lidar com o mundo do trabalho criam um ideal de jovem trabalhador a partir da formação de um capital humano, fundamentado na capacidade do jovem de empresariar-se a si mesmo – questão que veremos mais adiante.

Voltando ao primeiro texto citado de Antônio da Costa, vemos uma importante distinção entre paradigma de mobilização e paradigma de revolução. O primeiro indicando uma prática política mais ligada ao protagonismo juvenil, na qual a

[...] pessoa que se mobiliza é aquela que pensa, sente e atua em favor de uma causa, sem romper com a sua vida familiar, escolar, profissional e comunitária. Trata-se, pois, de uma opção de natureza pessoal, uma opção que é fonte de prazer, de gratificação, de sentido de auto realização para quem se mobiliza em favor de alguma causa com a qual se está comprometido em níveis profundos e, não apenas, num plano superficial (COSTA, 1994, p. 69).

Já o segundo, indica um tipo de prática que tem nos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970 e nos movimentos de contra cultura do mesmo período o seu exemplo. O paradigma de revolução é aquele em que os jovens rompem com o seu cotidiano. Nesse sentido,

as rupturas foram de dois tipos: a adesão aos movimentos políticos armados de enfrentamento da ordem autoritária ou a adesão aos padrões de contracultura, do underground, da busca de formas alternativas de vida, negadoras dos valores sobre os quais se assenta a ordem estabelecida (COSTA, 1994, p. 69).

Desse modo, não podemos deixar de levar em consideração que o projeto central do protagonismo juvenil, nessa perspectiva, está longe de ser algo ligado a uma transformação radical da sociedade. Ao contrário, ele está muito mais ligado a um plano pedagógico em que o jovem ao fazer algo aprende a ser cidadão, trabalhador e humano. Ele se apresenta como um projeto de inclusão social e de formação do jovem para a vida em sociedade tal qual ela é. Não há uma crítica à sociedade, de modo a repensá-la e propor novas formas de atuação política, mas uma atuação em um cenário já montado em que o que se deve fazer é resolver pequenos problemas emergentes. Para o protagonista, conforme esse discurso do protagonismo juvenil, é necessário fazer algo e não romper com a sociedade, é por isso que aquele movimento estudantil que se voltou contra a ditadura militar não é um bom exemplo para esse tipo de atuação, ele figura apenas como um elemento mítico de um tipo de poder da juventude que, de uma forma ou de outra, deve ser posto de lado.

3.3 Protagonismo Juvenil, Inclusão e Desenvolvimento Social

Um documento oficial importante para o nosso estudo é o Projeto do Plano Nacional de Juventude de 2004, que é fruto de um conjunto de seminários, audiências públicas e discussões em âmbito nacional. Foi uma produção a partir de uma grande mobilização que contava com a presença de especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil, muito deles jovens. A ideia era a elaboração de um plano nacional que orientasse as ações políticas relacionadas à juventude, que surgiu juntamente com a criação, através de ato da Presidência da Câmara dos Deputados em 2003, da Comissão Especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude (CEJUVENT). A importância desse documento não repousa no seu caráter oficial, e sim na sua produção, na mobilização que ele gerou e na sintonia com o discurso da ONU sobre políticas públicas de juventude.

Para se ter uma ideia, o documento final do “Projeto Juventude”, elaborado pelo Instituto Cidadania, fala sobre a importância da elaboração desse documento:

A importância central de um Plano Nacional de Juventude reside na possibilidade de se fixar um horizonte decenal para desenvolvimento da política nacional, convertendo-se em instrumento que aumenta as chances de ela não sofrer interrupção quando ocorre mudança das forças políticas no poder, natural no processo democrático. (INSTITUTO CIDADANIA, 2010, p. 100).

A proposta do plano, formalizada como projeto de lei, aparece em um momento de grande esforço coletivo, em que vários atores sociais, na tentativa de consolidar ações políticas governamentais relacionadas aos jovens brasileiros, reúnem-se e discutem os rumos efetivos das políticas governamentais ligadas à juventude. Ele também se insere num conjunto de recomendações da ONU que, como vimos, dizem que as políticas públicas para a juventude devem estar em consonância com um plano nacional de desenvolvimento, não sendo ações isoladas, que apenas agem sobre problemas emergentes. Elas devem ter uma relação com o desenvolvimento, devem ter em vista que os jovens são o “futuro no presente” e, por isso, devem ser considerados atores estratégicos para o

desenvolvimento social desde já.

É preciso levar em consideração que um dos objetivos do Plano Nacional de Juventude é incorporar “integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos, e familiares” (BRASIL, 2004, p. 4). Isso indica um investimento sobre uma população jovem em sua diversidade; porém, não significa dizer que há uma juventude do esporte, da religião ou da educação; mas sim, um sujeito que deve ser conduzido nos diversos aspectos de sua vida, inclusive na relação consigo mesmo, pois o protagonismo juvenil, a participação da juventude, como mostramos, é uma prescrição pedagógica estratégica que atravessa a própria concepção de política pública de juventude.

Esse tipo de afirmação se repete em um documento da ONU intitulado “Políticas Nacionales para la juventud en los países en desarrollo”, definindo claramente o que pode ser considerada uma política de juventude:

la política para la juventude consiste en el conjunto de una serie de políticas destinadas a ella que entran en la educación, capacitación, salud, asuntos sociales, empleo, desarrollo rural, juventud y deporte, justicia e defensa. (ONU, 1985, p. 2).

Essa modalidade de política pública teria como objetivo uma ação sobre várias esferas da vida dos jovens, não sendo uma temeridade dizer que ela tem como estratégia a gestão de suas vidas em relação à sociedade, fazendo com que esses jovens sejam atores estratégicos no desenvolvimento social, incluindo-os e fazendo-os participarem da sociedade enquanto tal, sem rupturas ou conflitos que ponham em risco as estratégias que visam à melhoria da vida de toda a população.

A prática do protagonismo juvenil, em termos oficiais, desse modo, se torna um eixo fundamental das ações políticas que têm os jovens como público alvo, isto é, na concepção do protagonismo juvenil “[...] o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor” (BRASIL, 2004, p. 22). É claro que não podemos nos prender apenas ao termo “protagonismo juvenil”, mas levar em consideração que ele está relacionado a um tipo de prática política que não prescinde de todo um trabalho de formação e auto formação do jovem, elementos comuns em ações políticas que tentam incentivar um

ideal de cidadania para a juventude. Ou seja, temos aqui uma continuidade em relação à noção de protagonismo juvenil de Antonio Costa (2000), que vimos anteriormente.

Por outro lado, em outro documento importante, já citado, temos a elaboração da ideia de que os jovens, em relação à sociedade, “constituyen un recurso humano importante para el desarrollo y son agentes fundamentales del cambio social, el desarrollo económico y la innovación tecnológica” (ONU, 1996, p.1). Ora, isso significa não apenas a ideia de que os jovens devem se tornar atores principais das ações políticas governamentais ou não governamentais, porém, que a sua força deve ser capitalizada, deve ser transformada numa espécie de moeda de troca, um trunfo para desenvolvimento e progresso mundial. Em suma, os jovens seriam um investimento para o futuro, o poder jovem deveria ser desenvolvido estrategicamente.

É preciso levar em consideração que, com esse dito acerca da juventude enquanto “futuro no presente”, temos uma espécie de estreitamento do discurso da responsabilidade para com as futuras gerações. Isso é um ponto importante, pois não se está apenas falando de uma preocupação com as gerações futuras, aquelas que nem existem ainda, e sim de uma preocupação de quem vive agora consigo mesmo. Diríamos que a sociedade quer ações no presente por parte dos jovens, porém, para eles, essas ações são vendidas como investimentos no seu próprio futuro. Entretanto, precisamos voltar um pouco mais no tempo para compreendermos esse problema e o porquê de os jovens serem uma preocupação em relação à problemática da população.

Se analisarmos mais perto a década de 1980, veremos que uma juventude emergiu no terceiro mundo como fruto de uma crise de proporções mundiais. O fenômeno da superpopulação e o inchaço dos centros urbanos, visualizados na década de 1960, fizeram com que o futuro do mundo fosse repensado e, com isso, a vida das pessoas também. Desse modo, uma das soluções para o futuro colapso social, que estaria por vir, segundo estimativas das Nações Unidas (ONU, 1987b), era a discussão acerca da natalidade nos países pobres. O raciocínio parecia simples: menos pessoas nascendo, melhores perspectivas sociais e econômicas para o futuro – menos jovens desempregados ou ingressando na criminalidade mais além.

Esse tipo de preocupação era constantemente explicitada tanto em

documentos oficiais, quanto em matérias de jornais e revistas. Em uma delas, numa entrevista, o professor de medicina da Universidade Federal da Bahia, Elsimar Coutinho, ligado a OMS (Organização Mundial de Saúde), foi mais longe, afirmando que: “[...] se não houver controle populacional, o país não terá condições de ser democrático” (VEJA, 1980). A impossibilidade do Brasil ser democrático, por conseguinte, estava ligada ao aumento da pobreza, o que poderia fazer com os pobres se revoltassem contra aquela situação. O temor do pesquisador da OMS era com um caos eminente caso não fosse tomada alguma providência governamental. Era por isso que o ano 2000 era visto como algo apocalíptico, pois, nas previsões dos anos de 1980, esses frutos que não deveriam nascer, que se tornariam crianças pobres, não teriam condições favoráveis em termos de educação, trabalho, saúde, lazer quando se tornassem jovens, condição que alguns atingiriam duas décadas depois. Portanto, a geração para qual se pensa política pública no Brasil, desde a década de 2000, é, em parte, a geração do “boom populacional”, aqueles que, conforme a fala de Coutinho, não deveriam ter nascido.

Os jovens, diante desse temor malthusiano¹⁰, conforme o documento da ONU (1987b), eram os que mais sofriam com os problemas sociais desencadeados pelas crises sociais e econômicas dos anos de 1970 e 1980, a saber, desemprego, pobreza, criminalidade, drogadição. Referir-se a esses problemas, ao contexto em que eles emergiram, é imprescindível para entendermos as razões que levaram organismos de cooperação internacional a investirem no poder jovem e, ao mesmo tempo, reformularem um conceito de juventude que serviria como fundamento para isso: o objetivo desse discurso era tornar os jovens responsáveis, senhores dos seus próprios destinos, fazendo acreditar nos seus potenciais para, assim, mudarem a realidade do país e, conseqüentemente, mudarem a sua própria realidade.

A partir disso, as ações sobre a população jovem serão pensadas, também, em termos de custos e benefícios, tanto sociais, quanto econômicos. Assim, uma questão fundamental, que se torna um eixo transversal das discussões sobre juventude e políticas públicas é: vale a pena investir nos jovens? É claro que quando falamos em investir, não estamos levando em conta apenas aspectos

10 O pensador, Thomas Malthus (1766-1834), “considerava ser a pobreza o fim inevitável do homem, visto que a população crescerá à taxa superior à da produção de meios de subsistência” (GALVÊAS, 1996, p. 7).

financeiros, mas sim, a ideia de dar voz, deixar com que eles façam por si mesmos e que participem do desenvolvimento e progresso social dos países. Assim, a resposta à pergunta supracitada é simples: vale a pena investir no poder jovem.

3.4 Protagonismo Juvenil, Empreendedorismo e Capital Humano

É interessante trazer à tona uma discussão muito presente no Brasil em relação ao investimento nos jovens. Segundo essa discussão (CASTRO; ABRAMOVAY; LEON, 2007), o Banco Mundial (órgão de cooperação internacional ligado ao Sistema das Nações Unidas), em contraposição ao Conjuve (Conselho Nacional de Juventude), está mais preocupado com os jovens no sentido de vê-los como um capital, algo a ser investido em termos de benefícios econômicos. A própria noção de juventude do Banco Mundial não leva em consideração a juventude como uma “condição social”, mas como uma “geração futura”, algo a ser investido, portanto. *Grosso modo*, para o Conjuve a juventude é algo do agora, uma condição com demandas particulares e imediatas. Já, para o Banco Mundial, a juventude é uma janela de oportunidades, uma espécie de fundo de aplicação em que certo capital investido gerará rendimentos.

Esse tipo de leitura, que estabelece uma dicotomia entre ações políticas com viés econômico, e ações políticas com viés libertador e social, reduz, de alguma forma, a discussão ao tema do domínio do Banco Mundial na América Latina. É claro, que esse domínio foi e é evidente, contudo, o sentido que estamos dando a palavra investimento não é apenas econômico, como já havíamos falado. Quando se fala em investir nos jovens, estamos levando em consideração que tanto o Banco Mundial, quanto o Conjuve, veem neles algo positivo, que precisa ser cultivado. Diríamos que, em ambos os casos, temos um incentivo ao investimento nos jovens, pois eles são atores sociais estratégicos.

Por ora, cabe ressaltar, que o Banco Mundial, há algum tempo, vem participando e financiando projetos e pesquisas que têm a juventude como objeto. O alto índice de desemprego entre jovens, a criminalidade e a baixa escolarização, são situações e comportamentos considerados de risco, que causam prejuízos econômicos e sociais para os países em desenvolvimento, segundo essa

organização, indicando que:

A prevenção desses comportamentos aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde, maiores ganhos potenciais, e um maior potencial para desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos para serem gastos em outras iniciativas e aumentando o crescimento na medida em que as pessoas teriam maior capital humano e, assim, maior capacidade produtiva. Isso sugere que recursos públicos gastos no desenvolvimento dos jovens são uma parte necessária da estratégia de investimento de um país para o desenvolvimento econômico e social (BANCO MUNDIAL, 2010, p.104).

Dessa forma, os comportamentos de risco dos jovens são prejudiciais, tanto para eles quanto para a sociedade, isto é, o prejuízo de um é o prejuízo do outro. Investir no jovem é investir no país. Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração uma noção citada, a noção capital humano, pois ela diz respeito à relação que um sujeito estabelece consigo mesmo. Ela tem um significado importante, pois, a partir dessa noção, o sujeito, com aquilo que ele é e sabe fazer, passa a ser a sua própria moeda de troca. As suas habilidades, portanto, serão vistas como um capital, algo que pode lhe gerar renda. Falar em investimento no capital humano significa falar em investimento nas capacidades das pessoas e, por conseguinte, nas suas maneiras de gerir suas próprias vidas.

A noção de capital humano está ligada ao neoliberalismo americano que, influenciado pela Escola de Chicago, concebe as relações sociais fundadas ontologicamente por relações de mercado. É importante termos em vista que

[...] o termo Escola de Chicago surgiu na década de 1950, aludindo às ideias de alguns professores que, sob a influência do paradigma econômico neoclássico e sob a liderança de Theodore Schultz, atuavam junto ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago. (COSTA, 2009, p. 174).

A partir da perspectiva do capital humano, as pessoas passam a ser concebidas como empresárias de si, e, portanto, investidoras de si mesmas e empreendedoras. Mas o que significa investir em si mesmo? Significa que, ao fazerem isso, as pessoas aumentam e melhoram as suas habilidades, possibilitando uma geração de renda a partir daquilo que elas são capazes de fazer. Podemos entender como capital humano, então, tudo aquilo que pode proporcionar a uma pessoa um ganho futuro: uma formação cultural, um aprendizado de uma profissão, algum tipo de conhecimento, um intercâmbio e, até mesmo, o cuidado que o pai tem

para com o seu filho (SCHULTZ, 1973). Levando em consideração o trecho do documento do Banco Mundial supracitado, as políticas públicas de juventude deveriam elevar o capital humano e, por conseguinte, a capacidade de produção dos jovens. Mas, produção de quê? De tudo aquilo que pode se converter em elemento de troca e competição nesse contexto social permeado por uma economia de mercado.

Essas afirmações explicitam a concepção de que os sujeitos “não são, apenas e tão somente, constituídos por uma normatividade médico-psi, mas cada vez mais produzidos por uma normatividade econômico-empresarial” (COSTA, 2009, p. 180). O modelo empresarial, nesse contexto, constitui o fundo ontológico do plano social, operando diretamente nos modos de subjetivação da população como um todo. No caso da juventude que é objeto de políticas públicas, o incentivo ao protagonismo juvenil teria a finalidade de constituir um sujeito que aprende a fazer por si mesmo, tanto na esfera política, quanto na esfera econômica. Ele aprende a auto investir-se adquirindo mais capital humano. Ora, se protagonismo juvenil, do ponto de vista do seu incentivo, é um exercício de “autonomia” política, poderíamos estabelecer uma relação dele com a ideia de empreendedorismo?

O incentivo ao empreendedorismo juvenil é um ponto comum em alguns documentos que pautam as políticas públicas de juventude. No entanto, é preciso levar em consideração que empreender não é apenas constituir uma empresa ou investir dinheiro, porém, executar uma tarefa, fazer algo que exija certa força e coragem: algo como uma capacidade própria que só depende de si mesmo. Por outro lado, tendo em vista a concepção de capital humano, empreender é formar-se, é também investir em si, acumulando saberes para que esses sejam contabilizados como capital, numa espécie de economia de conhecimento. Dessa maneira, podemos estabelecer uma conexão entre protagonismo e empreendedorismo, tendo em vista que ambos dizem respeito a um auto investimento que tem por finalidade um tipo de autonomia.

O Projovem Integrado¹¹, que passou a ser a grande política de inclusão social da juventude no Brasil, tem o protagonismo e o empreendedorismo juvenil como pilares metodológicos, demonstrando que a educação da juventude tem um

11 Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, criado em 2005 pelo Estado brasileiro e que, atualmente, incorporou o Consórcio Social da Juventude, o Juventude Cidadã e o Escola de Fábrica, constituindo-se assim o PROJOVEM Integrado.

importante papel estratégico para o Estado. No manual do educador do Projovem é dito o seguinte:

O que está em jogo é uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação condizentes com o Século XXI. Assim como, frente à globalização dos mercados, redesenha-se o mundo do trabalho, constrói-se uma nova cultura de formação que deve permitir ao jovem tanto se adequar às demandas do mercado de trabalho quanto buscar formas de empreendedorismo individual, cooperativo e associativo (BRASIL, 2009, p. 33).

A proposta pedagógica do Projovem Urbano, que é uma modalidade do Projovem Integrado, é formar os jovens para um mercado de trabalho globalizado, vislumbrando nessa formação a constituição de um sujeito empreendedor que, em articulação com formas de cooperativismo e associativismo, institua novos valores que não apenas os da competição, mas do compromisso social, contrapondo-se a uma noção de mercado que, em certo sentido, é dada como ultrapassada, ou seja, são novos valores que devem se voltar contra a crueldade do tipo de economia e sociedade atual. Assim, o jovem, através desse tipo de conhecimento, estaria elevando não somente o seu capital humano, mas, também, o seu capital social, entendido aqui num sentido muito estrito, como a capacidade de estabelecer redes, conexões e trabalhos coletivos.

No Plano Nacional de Juventude, de forma mais incisiva, o empreendedorismo aparece como um elemento fundamental da emancipação da juventude. Ele aparece aqui a partir da ideia de que é preciso incentivar os jovens a constituírem pequenos negócios, estabelecer relações cooperativas de mercado e desburocratizar o acesso dos jovens a microcréditos. O empreendedorismo também aparece como algo importante do ponto de vista pedagógico. No item “incentivo permanente à educação”, temos a seguinte preceito: “inserir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, como o associativismo, o cooperativismo e o conhecimento da organização da produção” (BRASIL, 2004, p. 8). E, além disso, no próprio documento, vemos a preocupação em formar os jovens profissionalmente sem deixar de levar em consideração “a formação socioeducativa com ênfase em: formação específica, conceito de cidadania, reconhecimento de potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil” (BRASIL, 2004, p. 11). Podemos dizer, com isso,

que ambos, o empreendedorismo e o protagonismo, são correlatos de uma mesma prática pedagógica que vislumbra tornar os jovens emancipados e partícipes do desenvolvimento social do país. É preciso formar a juventude, é preciso torná-la um ator social importante, pois, por si só, ela não é.

Enfim, é possível perceber, ao chamarmos a atenção para a relação direta entre protagonismo juvenil e empreendedorismo, que ambos estimulam certo investimento nos jovens e, ao mesmo tempo, a prescrição de um auto investimento do jovem nele mesmo. Ora, pensar a partir desse ponto de vista é perceber que a emancipação da juventude, no interior das políticas públicas, só se daria a partir de um cultivo de si mesmo, no qual o jovem vai se percebendo enquanto um sujeito que possui certo valor ao adotar condutas que aumentam o seu capital humano. Com isso, uma formação visando uma ação social, uma formação para o trabalho, uma formação política, e outras coisas afins, devem servir como movimento de aquisição de certos bens pessoais. Devem, também, fazer com que eles aprendam a capitalizar a sua vida investindo naquilo que eles têm de mais seu: as suas aptidões e a sua conduta política e moral.

3.5 O protagonismo Juvenil enquanto reconfiguração do poder jovem

O protagonismo juvenil, como foi possível vermos, carrega em si uma série de consequências importantes para os estudos sobre juventude. É claro que resolvemos não seguir a linha interpretativa que vê nele um engodo político, uma liberdade tutelada. Ao contrário, ele introduz uma prática política e social em que há uma espécie de defesa de uma auto consciência da juventude, em que o jovem é chamado para a arena pública para atuar a partir daquilo que ele sabe, isto é, a partir da sua própria vida. O jovem é chamado para ser ator, ele participa intervindo no espaço público e, ao mesmo tempo, aprende a ser cidadão. O protagonismo juvenil, deste ponto de vista, também pode ser considerado um ensaio para a cidadania: temos um ator ensaiando e aprendendo. Diferentemente do poder jovem enquanto explicitação da crise social cujos rumos eram incertos, abordado por Foracchi (1972/1982) e Poerner (1979). O protagonismo introduz um poder que pode ser cultivado em cada jovem e utilizado estrategicamente nas ações governamentais direcionadas à juventude: não há rebeldia contra o sistema, mas

consciência do seu papel dentro do sistema. Não se faz uma crítica radical à sociedade, contrariamente, tenta-se consertá-la, incluindo-se a ela.

Por outro lado, quando falamos em ensaiar, não estamos dizendo que há um imenso teatro em que o jovem é dirigido pelo Estado ou por forças ocultas maiores. Não é isso. Estamos dizendo que essa prática política é educativa, o jovem vai aprendendo na medida em que vai agindo, isto é, em si mesmo o jovem não é protagonista, ele pode e aprende a ser. Isso também não significa que ao aprender a ser, o jovem estaria sendo usado ou meramente conduzido pelo “poder”, porém, que ele estaria vivenciando uma prática ou modo de ação atravessado por uma série de prescrições e imperativos que vão desde como ele deve ser a o que ele deve fazer. É a ação política e social dos jovens atravessada por discursos sobre políticas públicas de juventude, e não meramente domínio, tutela ou alienação.

Quando os jovens decidem participar da caminhada em prol da juventude em 1985, na cidade de Esteio, não significa que eles resolveram seguir a risca as prescrições da ONU. Fazer esse tipo de leitura é reduzir a importância desse fato. Podemos dizer que os jovens estão fazendo parte de um acontecimento que é transpassado por uma interdição do poder jovem enquanto rebelião social. Eles não estão rompendo com o sistema ou sociedade, mas se inserindo em lutas particulares juntamente com outros movimentos sociais, entrando em cena e vivenciando uma experiência política que tem a sua importância naquele contexto. No entanto, entrar em cena, participar desse “espetáculo”, significava participar da democracia brasileira, reivindicando o seu espaço. Não queremos questionar a legitimidade desse momento que julgamos importante. O fato é que os jovens estavam lá, questionando e se solidarizando com problemas sociais maiores do que os seus próprios problemas – queiramos ou não.

Traçar uma conexão entre a caminhada de Esteio e o discurso do protagonismo juvenil, não nos parece algo tão simples, embora a ideia de “dar voz” aos jovens e incentivar a sua participação seja um ponto central daquela ação. Podemos dizer que essa caminhada representava um modo de o jovem participar de questões políticas ligadas a problemas enfrentados pela sociedade como um todo. Nesse sentido, ele estaria reformulando a sua maneira de atuar politicamente, não sendo mais um poder de explicitar uma crise social em que os rumos são incertos, mas sim, um poder que sabe o que quer, tendo noção dos rumos que a sociedade deve seguir, sempre atento a “mudanças”. Não mais revolução, mas

transformação. Não mais rebeldia, mas consciência política do seu papel. A juventude ocupa um lugar importante enquanto ator político, com uma missão específica: reformular a sociedade para que o futuro seja melhor.

De outro modo, em termos sociais, como vimos, o protagonismo juvenil tem como pressuposto a ideia de que a sociedade é uma espécie de cenário social em que vários atores sociais atuam, isto é, negociam interesses. Não obstante isso, ele, algumas vezes, aparece como algo intrínseco à juventude, uma espécie de naturalização de uma inclinação real do jovem a ser protagonista (SOUZA, 2009). Todavia, o importante, para a nossa pesquisa, é que o protagonismo juvenil representa não somente um modo de subjetivação conduzido por práticas pedagógicas ou imperativos que incitam o jovem a participar ativamente da sociedade; porém, um investimento, tanto da ação governamental voltada aos jovens, quanto da ação dos jovens sobre si mesmos.

A participação política e social da juventude, além do mais, tem implicações econômicas, conforme analisamos quando relacionamos protagonismo juvenil, empreendedorismo juvenil e capital humano, chegando a conclusão que esses discursos incitam um investimento dos jovens em si mesmos. Estabelecer aqui uma relação direta entre essas três noções, significa dizer que o poder jovem é visto como um investimento. Os jovens investiriam, a partir do protagonismo juvenil, no seu próprio poder enquanto participante da sociedade que deve ser transformada. Ser protagonista, com todas as suas implicações, também quer dizer investir em si mesmo, melhorar a sua própria situação e, conseqüentemente, ter o poder de se transformar, adquirindo habilidades que o ajudarão a lidar com as adversidades da vida social. Ser protagonista e empreendedor é fazer por si só, se auto produzindo na relação consigo mesmo e com o seu contexto social.

A única certeza que temos, por ora, é que precisamos ainda reinventar o poder jovem, ressignificando a noção de liberdade, que, em um mundo “pós-modernizante”, parece ter saído de moda. A questão não é dizer o que é ou não é uma ação protagonista, estabelecendo dicotomias que partem de noções preconcebidas de liberdade ou cidadania. Devemos tentar seguir outro caminho, pensando que com essa lógica do protagonismo juvenil, com esse tipo de modalidade de ação política dos jovens, reformulam-se práticas, reformulam-se juventudes, reconfigura-se um poder jovem. É preciso, portanto, pensar no escuro, lá onde as políticas públicas de juventude nada iluminaram, lá onde os protagonistas

não têm palcos para atuar, lá onde o espetáculo espera o seu começo – na tensão entre crise e possibilidade.



4. O PODER JOVEM: TENSÕES E EXPERIMENTOS

4.1 Repensando o poder jovem: traçando uma noção

O poder jovem não possui uma natureza imóvel. Ele é uma produção da arena pública, isto é, das relações de poder que se produzem nas práticas sociais, dirigindo-se às condutas dos jovens ou produzindo formas singulares de vivenciar uma experiência enquanto sujeito. O fato é que quando falamos nele, estamos levando em consideração, por um lado, que pelo menos nas últimas três décadas, a força da juventude vem sendo exaltada com vistas a inseri-la no desenvolvimento político e social dos países que fazem parte do Sistema das Nações Unidas. Falando mais especificamente do Brasil, ao mesmo tempo em que se produziu um discurso sobre os modos de atuação dos jovens no cenário social, a partir da década de 1980, “tirou-se de cena” outros atores e, conseqüentemente, alguns discursos foram interditados. Um exemplo disso é aquela rebeldia dos jovens que foi abordada tanto por Foracchi (1972/1982) quanto por Poerner (1979), que é posta de lado em detrimento de uma noção de juventude mais participativa, organizada e cidadã.

Temos que ter claro que ao produzir-se esse tipo de discurso, na correlação de forças na prática social, produzem-se modos de subjetivação, ou seja, produzem-se sujeitos, modos de ser jovem e tipos de juventude. Nesse sentido, quando falamos em poder jovem, estamos em sintonia com o que Michel Foucault chamou de poder, porém, de forma mais específica. Ora, se poder para o filósofo “[...] é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 103), então podemos dizer que o poder jovem é um nome dado a uma situação em que há relações de forças, estabelecidas ou cristalizadas em instituições que trabalham com jovens e nos discursos relacionados à juventude.

Sabemos que Artur Poerner (1979) não cunhou o termo “poder jovem”

por influência da noção de poder de Michel Foucault. Também não é nosso objetivo forçar essa aproximação. A explicação para o uso desse termo neste trabalho é simples: em primeiro lugar, o poder jovem é apenas um nome que estamos dando a um tipo de relação em que modos de subjetivação são produzidos a partir de práticas e discursos específicos. Em segundo lugar, ao utilizarmos esse termo, levamos em consideração que o autor de “O poder jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros” elaborou uma noção de extrema valia que, embora situado em um contexto diferente da nossa pesquisa, pode ser potencializado, revisitado e recriado.

Entretanto, precisamos dizer que, até aqui, quando falávamos de poder jovem, estávamos nos referindo a um tipo de discurso que vê nele uma espécie de força que os jovens ou a juventude têm por si mesmos. O protagonismo juvenil, por exemplo, tem por princípio algumas ideias que corroboram com essa afirmação, tais como a autoconsciência dos jovens de seu próprio papel na sociedade e a capacidade de agir politicamente sem precisar da tutela de alguém ou de alguma instituição. O poder jovem, neste caso, seria uma habilidade que poderia ser canalizada com vistas à melhoria da vida da população brasileira. Em suma, o fato é que quando falávamos em poder jovem, estávamos nos referindo a um discurso que o situava como uma força específica, uma espécie de atributo, uma capacidade dos jovens de exercer a cidadania em benefício próprio e da sociedade.

O poder jovem ao deslocar-se dos sujeitos para as práticas sociais, de outra maneira, pode caracterizar-se como um conjunto de prescrições que operam normativamente sobre a conduta dos jovens no interior de uma política pública para eles voltada, o conjunto de modos de ser jovem presente nos discursos da mídia em geral, na pedagogia com vistas à cidadania, proposta aos jovens tanto na escola, quanto nos movimentos sociais, etc. No entanto, esse poder não pode ser visto apenas como algo prescritor e performativo. Ele também pode ser produção de singularidades que constituem outros modos de subjetivação, operando como uma espécie de resistência, ao dispor de outras formas as relações de forças, estabelecendo-se enquanto crise e produzindo outras possibilidades de práticas sociais.

Essa intuição estava na definição de Marialice Foracchi ao dizer que os jovens “constituem o ponto de inflexão da transição para o desconhecido, vale dizer, o não passível de previsão pelos recursos sociais e intelectuais elaborados pela

ciência, pela política, pela administração” (FORACCHI, 1972, p. 39). O poder jovem, a partir desse ponto de vista, escaparia das políticas públicas, que são estabelecidas a partir de estudos populacionais que pretendem resolver um problema dado e prever a possibilidade de que ele não aconteça novamente. Como essas pesquisas são feitas a partir daquilo que é dado – os efeitos em um corpo populacional – a imprevisibilidade desse poder acaba por torná-lo incontrolável. É preciso ressaltar, mais uma vez, que esse poder não é algo que os jovens possuem, mas que, na medida em que tensionam as práticas sociais, participam dele e o reelaboram.

O que está em jogo, agora, não é apenas os modos como a juventude veio a se formar enquanto objeto de políticas públicas cujo o princípio seria torná-la um agente social, prescrevendo maneiras como deveriam ser as ações dos jovens no cenário social. Mas sim, como esse poder jovem poderia se transformar em uma prática de liberdade: explicitando uma crise e instituindo outros modos de ser. Contudo, entendê-lo dessa forma, passa por uma reflexão sobre o que entendemos por política.

4.2 Para repensar a liberdade: qual é o espaço da política?

A liberdade não pode ser confundida com o livre-arbítrio, ela não é a expressão de uma vontade pessoal, ligada a um sujeito que pode escolher entre fazer ou não fazer algo. Segundo a filósofa alemã Hannah Arendt, relacionando antiguidade e modernidade,

antes que se tornasse um atributo do pensamento ou uma qualidade da vontade, a liberdade era entendida como o estado do homem livre, que o capacitava a se mover, a se afastar de casa, a sair para o mundo e a se encontrar com outras pessoas em palavras e ações (ARENDR, 1988, p. 194).

Nesse sentido, a liberdade não seria um estado de consciência, atributo de um homem que se isola do mundo e do espaço político, sendo livre na medida em que se livra dele. Ao contrário, a filósofa vai mostrar que a cisão entre liberdade e política, operada significativamente na modernidade, é fruto de teorias

que negavam o espaço político em favor do espaço privado. Um exemplo importante é a noção de liberdade cristã, que tem como origem a “[...] desconfiança e hostilidade que os cristãos primitivos tinham contra a esfera política enquanto tal, e de cujos encargos reclamavam isenção para serem livres” (ARENDR, 1988, p. 197). Assim, a liberdade, que era um fenômeno do espaço político, isto é, da ação e do discurso (entendido aqui como o ato de produzir o diálogo entre os homens), de pessoas que estavam liberados da vida privada, se tornou uma espécie de reforço da vida pessoal, de forma que quanto maior a esfera da política, menor a da liberdade. Na modernidade, portanto, ambas se tornam separadas e inversamente proporcionais.

Hannah Arendt quer nos mostrar que a liberdade só se dá no espaço público, no *entre-homens*, que agem como sujeitos livres. Ela não é mera escolha entre duas ou mais coisas dadas, mas sim “[...] chamar a existência o que antes não existia, o que não foi dado nem mesmo como objeto de cognição ou de imaginação e que não poderia portanto, estritamente falando, ser conhecido” (ARENDR, 1988, p. 198). Entretanto, para nós, filhos da modernidade, essa definição parece incompreensível, visto dizer literalmente que liberdade não é escolha, mas produção, capacidade de iniciar algo novo.

Ora, o conceito de liberdade da filósofa está diretamente ligado a noção de ação, que é um dos pontos mais originais da sua filosofia, ao articular a possibilidade de começar algo novo à questão da natalidade, ao fato que o nascimento de um ser humano significa a inserção no mundo de uma possibilidade efetiva de um novo começo.

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isto, por sua vez, só é possível porque cada homem é singular, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é singular pode-se dizer, com certeza, que antes dele não havia ninguém (ARENDR, 2007, p. 191).

Hannah Arendt está nos mostrando que o nascimento de uma criança é um exercício do imprevisível e, ao mesmo tempo, uma espécie de esperança no futuro, não enquanto mera crença de que as coisas vão melhorar, mas enquanto possibilidade das coisas no mundo deixarem de ser como são. A natalidade é a prova de que cada homem é singular e capaz de começar algo novo, intervir no

curso das coisas e produzir o espaço político enquanto espaço dos homens. Se há uma condição humana – não confundir com natureza humana –, essa é a capacidade de agir e, por conseguinte, de produzir, de criar. Cada nascimento é a introdução no mundo de algo que antes não estava aqui, mas que, agora, ao estar, se apresenta enquanto uma vida cujas possibilidades seriam infinitas.

Por outro lado, “[...] a ação e o discurso são circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e estão em permanente contato com ela” (ARENDDT, 2007, p. 201). É por isso que a ação não é algo vivenciável onde não haja outros homens. Ela só se dá no contexto das práticas sociais, o que mostra que a liberdade só é possível enquanto ação, não sendo potência ou algo latente no ser humano. Onde não haja ação ou discurso, não há liberdade. Como a capacidade de agir é um elemento essencial da condição humana, os homens só são o que são quando ligados a uma trama social. A liberdade só é possível no espaço público.

Precisamos, entretanto, compreender o que a filósofa quer dizer com espaço público para seguirmos pensando o que significa dizer que a liberdade é uma ação que só se dá na relação que estabelecemos com outros homens. A noção de espaço público de Hannah Arendt (2007) tem como fundamento a distinção grega clássica entre o espaço da *pólis* e a esfera privada (*oikia*). Segundo ela a esfera privada corresponde ao espaço familiar, onde o homem está ligado às suas necessidades naturais: alimentação, reprodução e trabalho. Nela homens e mulheres são diferentes, pois ambos exercem funções específicas: o homem garante o sustento, suprindo as necessidades básicas da família com o seu labor, sendo que, é ele quem comanda. E a mulher, através do parto, garante que a vida vai continuar se renovando. A esfera privada, portanto, tem como princípio as necessidades naturais e a desigualdade, na medida em que cada um, homem e mulher, possuem funções distintas.

O espaço da *pólis*, ou melhor, a esfera pública, é o lugar do exercício da liberdade que só se dá a partir da igualdade, ou seja, os homens que ingressam nesse lugar, superaram a *oikia*. Nesse sentido,

a igualdade, [...] longe de ser relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade, ser livre significava ser isento da desigualdade presente no ato de comandar, e mover-se numa esfera onde não existiam governo nem governados (ARENDDT, 2007, p 42).

A liberdade só se exerceria no espaço público onde os homens eram tidos como iguais, na medida em que transpusessem a esfera familiar, liberando-se das necessidades naturais: a política não era o espaço da vida natural, mas dos feitos humanos. A liberdade é algo que se produz na política através da ação, no espaço público, no estar *entre-homens*: “os homens *são* livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa” (ARENDDT, 1988, p. 199). A liberdade não é algo que alguém possui, porém, algo que operaria naquela teia de atos e palavras que falamos anteriormente, seria uma prática, um exercício, fruto das relações sociais e da capacidade de produzir algo novo. Ou seja, o simples fato de que é possível fazer existir algo que nunca existiu, não prova que temos um dom, mas que as ações humanas são potentes por serem imprevisíveis.

Ao trazermos um pouco da filosofia política de Hannah Arendt, mais especificamente a sua noção de liberdade para a nossa pesquisa, acreditamos que não devemos pensar em caracterizar a metodologia ou as estratégias de uma política pública de juventude como libertárias ou não, como se elas, propriamente, tornassem os jovens livres. A liberdade não pode ser dada, pois não pertence a ninguém enquanto uma coisa. As instituições não são garantias de que podemos ser livres, elas apenas instituem formas de ação que asseguram que, no interior da nossa vida privada, podemos fazer o que queremos – a liberdade se transformou em garantias de direitos.

A questão é buscar o espaço da política, o espaço em que os homens produzem ações que transformam a sua própria realidade. A liberdade, assim, seria um produto dos atos dos homens na esfera pública. O poder seria aquilo que atravessaria esses atos nas relações que os homens estabelecem entre si. No entanto, quem são essas pessoas que ingressam na vida política afim de produzir seus feitos e a sua própria realidade social? Será que poderíamos pensar na liberdade a partir dos próprios sujeitos, não como um dom que eles possuem, mas como uma relação que eles estabelecem com eles mesmos? Para produzir grandes feitos, não precisariam os homens produzirem-se enquanto artífices da liberdade? Dissemos que a liberdade é um fenômeno do espaço público, uma prática que se exerce na medida em que se faz age politicamente, porém, não falamos dos sujeitos que podem produzir a liberdade.

O espaço público grego, nas devidas proporções, é um ponto

fundamental para repensarmos a liberdade atualmente. A própria Hannah Arendt ao trazer essa discussão, queria refletir sobre o que os homens estão fazendo e produzindo a partir do mundo contemporâneo. Nesse sentido, é importante ressaltar que ela pensava o presente com os olhos nas práticas políticas do passado. Se a ação política dos homens é aquela que produz a liberdade, que tipo de exercícios éticos os homens deveriam fazer para se tornarem capazes de exercer essa ação de produzir o novo? Haveria uma relação direta entre liberdade e ética?

A noção de liberdade de Michel Foucault, assim como a de Hannah Arendt, é extremamente singular. O filósofo francês busca fugir da noção de liberdade que se funda em uma espécie de natureza humana que “[...] após um certo número de processos históricos, econômicos e sociais, foi mascarada, alienada ou aprisionada em mecanismos, e por mecanismos de repressão” (FOUCAULT, 2006a, p. 265). Isso significa que a liberdade não é uma potência humana que pode ter sido ocultada por forças dominantes que não permitiram ao homem ser aquilo que ele é, como se essas forças tivessem roubado a sua própria essência. Ao contrário, assim como o poder, a liberdade não é uma propriedade, ela é um exercício que se estabelece na trama das relações sociais. A liberdade, portanto, não é aquilo que pode ser recuperado a partir de um processo de conscientização dos sujeitos, como se ao saberem que são oprimidos tivessem a sua essência, antes alienada, devolvida; mas aquilo que pode ser produzido na relação que estabelecemos com as outras pessoas e naquilo que produzimos em nós mesmos.

O filósofo define “ética” como uma prática refletida da liberdade (FOUCAULT, 2006a), visto que é através dela que os sujeitos produzem-se a si mesmos. A liberdade é, também, a possibilidade de produção de modos de vida a partir das tramas das relações sociais. No entanto, é preciso levar em consideração que a liberdade é uma condição necessária das relações de poder: sem liberdade não há poder. Elas só se produzem pelo fato dos homens serem livres. Onde não haja liberdade, em situações em que sujeitos se tornam objeto – sem nenhuma possibilidade de reação – não há relações de poder. Ela se define pela constituição de um sujeito tornando-se aquilo que ele é, na relação que ele estabelece com a sua prática social. Logo, dizer que só há liberdade onde há relações de poder, é dizer que qualquer prática de governo, no sentido foucaultiano, como o esforço de conduzir a conduta dos outros e de si mesmo, é reversível e instável (FOUCAULT,

2006a), pois há sempre a possibilidade de virar o jogo, de resistir.

Ora, a liberdade não é algo que pode ser conquistado, tampouco dado como recompensa por uma pessoa ou instituição. Ela é, ao contrário, uma prática de auto produção dos sujeitos na relação que eles estabelecem consigo e com os outros. No contexto das políticas públicas, os planos, os documentos, as prescrições são sempre passíveis de reversão, de subversão, de alteração, de negação. A partir das relações de poder, da tensão entre forças que tentam conduzir umas as outras, há sempre a possibilidade dos sujeitos se constituírem, de criarem os seus próprios valores. Todo o jogo político, o jogo de forças que operam na tensão entre práticas de governo e a ética, é sempre uma possibilidade de produção de novos modos de organização e de subjetivação.

Nesse sentido, se pensarmos nos dois filósofos que vimos, o espaço da política está na esfera pública, enquanto espaço do comum, o lugar em que os sujeitos podem produzir o seu modo de vida enquanto sujeitos livres. Nesse espaço não há dominação, alienação, ou qualquer coisa que remeta a sujeitos sendo manipulados por outros. Eles são iguais no sentido em que podem reconfigurar as forças sociais, estabelecendo, através da ação, novos modos de ser e de se organizar. Nesse lugar em que a possibilidade de produção do que antes não existia, as relações de poder evidenciam que todos são livres e podem criar para si o seu espaço público, o seu espaço político. Pensar desta forma é requalificar esse espaço enquanto um lugar das possibilidades, do que está inacabado, em que as relações sociais, com suas forças e estratégias, podem continuar sendo o que são, ou não. Na Política, da maneira como pensamos aqui, o poder é positivo, ele cria práticas e produz sujeitos – e é nisso que reside a potente arte da esfera pública.

4.3 O poder jovem na trama das políticas públicas de juventude

Nenhuma política pública de juventude que não permita em si mesma a possibilidade de sua própria subversão é um espaço para a liberdade. No interior dessas políticas, o poder jovem, tal como estamos ensaiando aqui, deve desconfigurá-las, transformá-las naquilo que elas não queriam, isto é, instaurarem a possibilidade da incerteza. Ora, é preciso levar em consideração que

os jovens – sem dúvida nenhuma – são parte importante das forças latentes da sociedade. Sua importância advém do fato de que eles desenvolvem uma atitude crítica com relação aos desgastados (mas inabaláveis) “esteios” dessa sociedade que eles não aceitam como tal (FORACCHI, 1982, p. 29).

Nesse sentido, dizer que os jovens são uma espécie de força latente, é dizer que eles são atravessados por uma força crítica à sociedade enquanto tal, não é atribuir uma capacidade a cada um deles, mas inseri-los em um campo de forças em que a “negação” dos valores constituídos é uma constante. Isso significa que, se pensarmos nas políticas públicas de juventude, a atitude crítica seria a tentativa de estabelecer um campo problemático no interior das práticas sociais com todas as tensões que isso implica. Em si mesmas essas ações que têm os jovens como objetos, no sentido de incluí-los em determinado tipo de sociedade, são pautadas por discursos que operam como salvaguarda da população, isto é, não é a política, como abordamos anteriormente, que está em jogo. A vida da população é sempre cultivada e pautada pelas “certezas” estatísticas, de um saber que pretende tornar previsível até mesmo aquilo que é aleatório, o que se dá ao acaso. Entretanto, se pensarmos na liberdade, naquele poder de instituir aquilo que antes não existia, “o novo sempre acontece à revelia da esmagadora força das leis estatísticas e de sua probabilidade que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza [...]” (ARENDDT, 2007, p. 191). O poder jovem, enquanto aquilo que tensiona as certezas da sociedade, assim, seria em si mesmo a possibilidade do improvável. A questão, então, é saber se uma política pública de juventude é capaz de permitir essa possibilidade: ser Política com “P” maiúsculo.

Podemos dizer que a participação dos jovens na constituição de políticas para eles próprios é um fato importante, pois é sempre uma abertura ao possível. Não devemos ser reducionistas, pensando que toda e qualquer ação que parte do Estado é uma ação dominadora. Como vimos, sempre há espaço para se inverter um jogo de forças no interior de práticas em que, aparentemente, as relações de poder estão cristalizadas, por conseguinte, a reconfiguração dessas forças operantes nessas práticas instituem outras possibilidades. Dizer que “está tudo dominado” é não perceber que o campo social é sempre aberto a novas maneiras de organização.

Não podemos deixar de frisar, no entanto, que, a partir de meados da

última década, a constituição de canais de comunicação entre poder público e juventude vem se fortalecendo, o que indica não apenas, como diz o Plano Nacional de Juventude (BRASIL, 2004), que se está qualificando a ação autônoma dos jovens. A autonomia, nesse caso, é jogar um jogo cujas regras e possibilidades já estão dadas, além disso, é reforçar a crença de que os jovens podem ser responsabilizados pelo desenvolvimento social e político do país. Essa maneira de participar, que se diz autônoma, é uma espécie de jogo que se aceita jogar ao concordar que se é um sujeito de direito. Logo, a autonomia é garantida como um direito, não extrapolando os limites da Lei, do Estado.

Não queremos, de forma alguma, negar a importância dessas ações políticas, mas pensar naquilo que elas estão produzindo, no espaço que elas possibilitam à elaboração de outras formas de organização juvenil. O que nos deixa perplexo é que se fala tanto que a juventude não deve ser vista como um problema, porém, quando vemos as justificativas dessas ações, os problemas da população em relação aos jovens, aparecem de forma gritante, mostrando que políticas públicas de juventude, efetivamente, pretendem resolver grandes problemas sociais que não dizem respeito apenas aos jovens. São políticas públicas que se fundam em reparações, que pretendem reverter um jogo em prol de todo o corpo populacional. É isso que vemos, por exemplo, nesse documento da UNESCO sobre o tema:

O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, estão deixando a juventude latino-americana sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania. (ABRAMOVAY et al, 2002, p. 9).

É interessante perceber que a problemática da juventude é introduzida a partir daquilo que a nega, isto é, está posto que é preciso resgatar uma parcela da população que vem sofrendo com graves problemas. Queremos dizer, *grosso modo*, que, para alguns sujeitos, a sua juventude é solapada, juntamente com a sua cidadania. Será que é possível pensar em como elaborar ações públicas para a juventude sem se fundamentar em problemas sociais? Essa questão, a nosso ver, parece não ser feita pelos gestores de ações que têm a juventude como objeto, tendo em vista que as razões que levam a se elaborar políticas públicas são sempre

a preservação da vida da população com os seus problemas. Ora, quando é a vida natural, a sobrevivência da espécie que está em jogo, a liberdade só seria possível no escopo do que já é dado: a vida social e as suas previsibilidades e “certezas”, que fazem com que toda a possibilidade de um novo acontecimento seja “vigiada” sob o olhar do controle estatístico, saber essencial das políticas públicas.

Podemos dizer que grande parte da noção que temos de política pública está relacionada com um tipo de modo de governar que emerge na modernidade: um governo sobre a população, que surge a partir de uma série de transformações econômicas, políticas, científicas. O que está em jogo, a partir disso, como já havíamos visto, é a biopolítica, uma maneira de conduzir os indivíduos agrupados em população. Nesse sentido é importante ressaltar que:

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômenos em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. (FOUCAULT, 1999, p. 293).

Pensarmos nas políticas públicas de juventude a partir dessa ótica, é levarmos em consideração que elas agem sobre os jovens não no sentido de interferir na vida de cada indivíduo, mas enquanto ação que pretende agir sobre um grupo populacional a fim de resolver determinado problema para o conjunto total da população. Ou seja, essas ações agem naquilo que há de global no problema enfrentado pela população jovem, de modo que agir sobre ela, é agir estrategicamente tendo em vista toda a sociedade. O ingresso dos jovens na criminalidade, por exemplo, não é um problema apenas para eles, mas para toda a população, visto atingir diretamente a segurança desta: os assaltos, os assassinatos, o tráfico de drogas são problemas que desestabilizam a sociedade. Assim, o controle dessa desestabilização se dá a partir de ações efetivas sobre determinados grupos da população, que se fundamentam em pesquisas estatísticas e demográficas, tal como o Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2004).

No “Projeto do Programa ProJovem” há uma referência aos dados do Mapa da Violência, servindo como base para a seguinte conclusão:

Em resumo, os dados sobre violência e segurança corroboram o quadro das

desigualdades sociais entre os jovens brasileiros, indicando a urgência de programas específicos para essa população, no contexto de políticas públicas focadas no segmento juvenil. (BRASIL, 2005, p. 10).

Temos aqui, portanto, uma referência a um estudo que toma como recorte a população jovem em relação à violência, servindo como base a uma política pública para a juventude no Brasil. O mais interessante é que o “ProJovem” tem como elementos pedagógicos fundamentais a qualificação para o trabalho, para a educação e para o exercício da cidadania, o que nos leva a crer que a estratégia dessa política é a reversão desses dados em que os jovens aparecem como “vulneráveis”. Ser “vulnerável” a determinados problemas indica que o Estado brasileiro precisará agir no sentido de proteger esse grupo populacional, sendo que, fazendo isso, protegerá a população em geral. Em suma, é a vida de toda a população que está em jogo.

A partir disso, podemos introduzir uma noção muito importante para o pensamento foucaultiano, a saber, a governamentalidade, que, segundo ele, é:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2008a, p. 143)

Essa maneira de encarar o modo de operar da biopolítica, cunhada por Michel Foucault, está direcionada à objetivação de um conjunto de indivíduos como população, uma maneira de conduzir esse grupo. Por isso esse conjunto de coisas, ou de estado de coisas, que o filósofo chamou de governamentalidade, é complexo, visto articular uma série de mecanismos de saber e poder. Além disso, é com a economia política que se opera uma espécie de estatização do âmbito privado, da vida natural.

O termo “economia política”¹², segundo Hannah Arendt, é estranho ao mundo antigo “pois o que fosse 'econômico', relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas doméstico por definição”. (2007, p. 38). Assim, os termos “economia” e “política” diziam respeito a esferas que

¹² O termo “economia” vem do grego “oikonomia” que, por sua vez, é a composição de duas palavras, a saber, “oikos” e “nomos”. O primeiro significa “casa” e o segundo “administrar”. Portanto, “oikonomia” significa a administração da casa, do espaço privado.

eram incongruentes por definição. É como se com o advento da economia política, saber fundamental da biopolítica, a esfera da família fosse transposta à esfera política. Se pensarmos, a partir de Foucault, é como se o modelo familiar fosse, *mutatis mutandis*, a maneira ideal de conduzir a população. De outra forma, os dispositivos de segurança garantirão justamente com que o Estado aumente ainda mais a sua força agindo sobre a população, sobre os indivíduos agrupados. Podemos dizer, todavia, que “a segurança intervém sobre acontecimentos possíveis e não sobre fatos. Ela remete ao aleatório, ao temporal, àquilo que está começando acontecer” (LAZZARATO, 2008, p. 47). Os dispositivos de segurança terão, portanto, como finalidade agir sobre os sujeitos agindo sobre a população, fazendo com que as suas condutas se alinhem com as estratégias das políticas públicas.

Assim, essa maneira biopolítica de operar não é, como afirma Judith Revel, “[...] somente uma gestão da população, mas um controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação a eles mesmos e uns em relação aos outros” (2005, p. 55). O Estado, ao ser governamentalizado, como afirma Foucault (2008a), passa a ter como estratégia a gestão das liberdades. Mas, o que significa gerir as liberdades? Algo não muito complexo, a saber, o controle prévio da conduta “imprevisível”, impossibilitando a política tal qual vimos anteriormente. As políticas públicas, pensadas a partir deste ponto de vista, podem nos mostrar que a liberdade é justamente o ponto para o qual as relações de poder vão convergir, ela vai ser o objetivo estratégico fundamental dessas ações governamentais.

A noção de governamentalidade é importante para pensarmos justamente nesse encontro entre as estratégias de governo e a relação que os sujeitos estabelecem consigo mesmo, sendo fundamental para compreendermos a crítica que Michel Foucault faz da noção corrente de poder, enquanto algo repressivo, algo que alguém pode possuir. Ao contrário, ao analisar o poder, a partir da noção supracitada, ele o pensava

[...] como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos – relações que têm como questão central a conduta do outro ou dos outros, e que podem recorrer a técnicas e procedimentos diversos, dependendo dos casos, dos quadros institucionais em que ela se desenvolve, dos grupos sociais ou épocas [...] (FOUCAULT, 1997, p. 110).

Isso nos leva a concluir que as políticas públicas de juventude têm por objetivo a conduta dos jovens em relação à sociedade. Levando em consideração as políticas governamentais e as políticas de Estado, é possível vermos uma série de estratégias que visam canalizar a ação dos jovens em prol do desenvolvimento político e social do país. Para se ter a noção disso, desse esforço para gerir as ações dos jovens no plano ético e social, em um documento elaborado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), intitulado “Inovar para incluir: jovens e desenvolvimento humano” (ONU, 2009), uma noção importante aparece como aquilo que deve ser investido pelas políticas que têm os jovens como objeto, qual seja, o conceito de agência. Segundo essa ideia, extraída de um texto de Amartya Sen (1985), agência significa a capacidade de gerar mudanças e de ação de uma pessoa a partir dos seus próprios objetivos, da vida que essas pessoas escolhem para si. Além disso, a agência “[...] envolve ações reflexivas que afetam um ou vários elementos do desenvolvimento e, ao fazê-lo, altera as relações sociais; nesse caso, as relações de inclusão/exclusão e igualdade/desigualdade” (ONU, 2009, p. 49). Essa capacidade de agência é parte de um capital humano a ser valorizado nos jovens, uma capacidade de transformação “livre”, que deve ser utilizada com vistas ao desenvolvimento humano.

É importante ressaltar que a concepção de agência não diz respeito apenas a uma capacidade individual, mas à ação dos jovens ligada ao plano social. Ela estabelece uma correlação entre a vontade do agente e das outras pessoas, o que a torna uma ação em meio a uma multiplicidade. Ora, como é possível perceber, essa noção é uma tentativa de compatibilizar a vontade individual dos sujeitos e uma vontade coletiva, ligada às necessidades de um mundo comum. Como diz o documento: “Essas ideias ajudam a entender como se constrói uma opção coletiva, respeitando e harmonizando-se com a autodeterminação das pessoas”. (ONU, 2009, p. 52). O que podemos questionar, nesse contexto, são as razões que levam uma entidade, através de um grupo de pesquisadores, a querer saber como uma pessoa age em relação a si e aos outros, isto é, dominar um saber sobre os processos deliberativos de uma pessoa para aplicá-lo às políticas públicas de juventude.

A resposta é dada mais adiante, ao dizerem que:

No caso dos jovens, o estudo da relação entre ator e agência pode contribuir

para melhor compreensão de suas ações frente à exclusão. Essas ações revelam tanto o que se está fazendo quanto o que resta por fazer. Isso estabelece o fundamento de uma concepção na qual a agência dos jovens torna sustentável e possível o desenvolvimento humano (ONU, 2009, p. 52).

Esse trecho nos ajuda a pensar que até mesmo as reflexões supostamente libertárias são dubitáveis quando colocadas no sentido de reformularem ações políticas direcionadas a uma parcela da população. Refletir sobre as ações que os jovens desenvolvem frente aos problemas sociais, as suas deliberações, os seus pontos de vistas, etc., serviriam como exemplos de ações a serem aplicadas no contexto das políticas públicas. É um saber que pretende lidar com as liberdades juvenis em prol de um desenvolvimento humano, por conseguinte, desenvolvimento da população. Enfim, o PNUD com essa publicação propõe:

[...] várias recomendações de política orientadas ao favorecimento do protagonismo dos jovens como agentes do seu próprio desenvolvimento, ao mesmo tempo em que oferece um conjunto de propostas com o objetivo de melhorar as condições e oportunidades de bem-estar para esse grupo da população (ONU, 2009, p. 5).

Ora, se o protagonismo dos jovens, no interior das políticas públicas, é o objetivo das proposições desse documento, podemos chegar à conclusão que o saber sobre as maneiras de agir dos jovens diante de problemas sociais – as suas estratégias e suas formas de organização – devem ser capitalizados para a requalificação da ação do Estado sobre a população juvenil. A liberdade dos jovens é incentivada e, ao mesmo tempo, serve àquilo que vai tornar essas políticas mais eficientes. É por isso que a participação dos jovens é sempre um ponto comum, servindo para corrigir e melhorar as políticas públicas de juventude. Ademais, ela faz parte, como diz Regina de Souza, de “uma noção de juventude ampliada para segmentos diversos da população e a ideia de que todo jovem pode e deve *fazer* política, pode e deve ser *protagonista* [...]” (2009, p. 186, grifos da autora). Dessa maneira, podemos dizer que a liberdade seria um aspecto metodológico das políticas. Ela incluiria os jovens, utilizando o seu poder e os seus códigos e, por outro lado, se estenderia para outros, mostrando como devem agir.

Há um aspecto paradoxal no discurso das políticas públicas de juventude. Elas pretendem emancipar os jovens, libertando-os da tutela do “mundo

adulto”, ao mostrar para a sociedade – e para eles próprios – que a juventude é capaz de desenvolver grandes mudanças para o bem-estar da população, sendo responsabilizadas, política e eticamente, pelo progresso social. Mas, apesar disso, essas políticas públicas precisam “ensinar” os jovens a serem livres, orientando-os sobre as melhores maneiras de agir em sociedade, as melhores formas de serem protagonistas. A liberdade seria sempre relativa: às vezes ela se daria a partir de um processo pedagógico em que o jovem aprenderia a usá-la e, outras vezes, ela seria uma capacidade inerente à juventude.

No entanto, se a liberdade está “presa” nesse suposto paradoxo, de uma força quase natural da juventude que, ao mesmo tempo, pode ser ensinada para a própria juventude, há a possibilidade de pensarmos outras formas de ação política dos jovens na sociedade? Será que poderíamos tensionar as bases do discurso, aparentemente libertário, dessas ações que têm os jovens como alvo? Pensar em um poder jovem, enquanto aquilo que se produz nas práticas orientadas para os jovens e pelos jovens, nos ajudaria a pensar em outras possibilidades de ação política? Cremos que sim.

4.4 O poder jovem e os jogos de poder

Apesar de Arthur Poerner (1979), ao falar de um poder jovem, estar se referindo à juventude ligada ao movimento estudantil, mais especificamente à UNE (União Nacional dos Estudantes), pagando uma espécie de tributo às lutas históricas desse movimento, precisamos compreender que ele não deixa de se referir aos jogos de poder que estão implicados quando essa juventude se volta contra a universidade ou contra a maneira de se organizar da sociedade. Esse jogo que podemos perceber no seu trabalho se dá a partir de uma tensão do “mundo velho” contra o “mundo novo”. Os jovens não são o novo em função da sua faixa etária. O que está em jogo não é um mero conflito geracional, mas o “aniquilamento” de determinada concepção de prática social – Poerner não quer jogar o jogo do conflito de gerações, dos pais contra os filhos, dos novos contra os velhos, porém, perceber outro jogo, de um mundo a ser transformado, de práticas sociais a serem reformuladas.

O esforço do autor é justamente desvincular o poder jovem de algo natural à juventude, algo ligado à sua condição etária. Ele quer mostrar que, embora esse poder esteja relacionado aos jovens, ele os transcende, se transformando em uma força social, incorporando tudo aquilo que se volta contra o mundo repressivo capitaneado pelos militares. Estrategicamente falando, esse poder opera a partir de "[...] uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro" (POERNER, 1979, p. 32). Temos aqui, portanto, algo extremamente importante para a nossa análise. Se o poder jovem é constituído por uma decepção, uma revolta e uma esperança, podemos dizer que aquilo que ele objetiva nunca existiu, ou seja, a sua potência reside na negação do que houve e do que há, vislumbrando um horizonte possível, caracterizado por um mundo que se quer.

De outro modo, Marialice Foracchi, ao analisar a questão dos jovens ligados ao movimento estudantil, acaba por dar mais ênfase à juventude enquanto *categoria social* do que como uma faixa etária, o que faz com que ela perceba-os como atravessados por uma força que se produz na tensão das práticas sociais. A juventude seria, nesse caso, uma resposta a um sistema injusto. Ela seria a própria possibilidade de mudança social, de tal forma que “a contrapartida dessa transformação é o movimento estudantil, o poder jovem, potência nova que, desconhecendo sua força, recria, na imaginação e na utopia, a *práxis* de um mundo que apenas se esboça” (FORACCHI, 1972, p. 163). Embora esse poder jovem seja aquele que emerge com uma juventude ligada a noção de estudante, temos que levar em consideração que ele aparece, também, assim como vimos em Poerner (1979), como uma força que institui um campo de possibilidades. Enquanto negação, ele é a redistribuição das relações de poder na trama social, fazendo com que se pense de forma diferente os rumos da sociedade – mesmo sem saber quais são. Não há uma certeza de onde se quer chegar, essa força é apenas um esboço, uma tensão entre aquilo que quer permanecer como está, e aquilo que quer transformar isso que está.

O fato é que os dois autores percebem um outro jogo de poder que não aquele dos velhos contra os novos, dos adultos contra os jovens. Eles analisam a problemática do poder jovem a partir da reorganização do espaço público. O que atravessa os jovens é uma força de negação do mundo constituído enquanto tal,

todavia, essa negação deve ser entendida como uma resistência, que, ao assim ser, redefinem outras formas de organização da sociedade. O que os referidos pesquisadores fazem é aquilo que Michel Foucault (2006b) propõe como uma filosofia analítica do poder, que é perceber os jogos que estão postos nas relações de poder. Portanto, Marialice Foracchi e Arthur Poerner, ao falar de um poder jovem, não querem refletir sobre os jogos de poder de um suposto conflito de gerações, que veem na juventude um período de rebeldia e imaturidade que passa ao chegar à idade adulta. Ao contrário, eles percebem outro jogo, em que os jovens resistem a um mundo estruturado no controle das condutas, nas práticas coercitivas e na injustiça social. O poder jovem, assim, se transforma em força política, visto, em função de seu modo de operar, reorganizar as relações de poder da sociedade.

Os jovens, nesse contexto, não estavam jogando o jogo do conflito de gerações, que reduz as tensões sociais explicitadas pela juventude à dicotomia maturidade e imaturidade, reduzindo o poder jovem a uma fase da vida que passaria quando eles atingissem a idade adulta. Não é isso que ambos pesquisadores perceberam na dita rebelião da juventude das décadas de 1960 e 1970. Podemos notar que, Marialice Foracchi e Arthur Poerner, perceberam outro jogo de poder, em que os jovens se voltavam contra uma prática política, instituindo uma ação concreta no espaço público. A ação dos jovens, atravessada pelo poder jovem, era a emergência de uma crise social e a possibilidade de construção de um novo mundo. Ambos os pesquisadores negam-se a analisar a problemática da juventude, naquele período, apenas como um conflito restrito à vida privada, limitado às transformações pessoais de cada sujeito jovem – a questão não é “psicológica”. O que está em questão é o poder jovem enquanto produção social, como uma força que surge dos conflitos sociais, instituídos por valores morais e políticos que, para determinado grupo, nesse caso os jovens, são insustentáveis.

É claro que, atualmente, outros jogos de poder estão postos nas práticas sociais que dizem respeito aos jovens. Isso foi abordado nos capítulos anteriores. Os discursos sobre o poder jovem figurado nos movimentos estudantis foram sendo interditados na década de 1980, dando visibilidade para outras formas de atuação dos jovens na sociedade brasileira. Os enunciados acerca dele se dispersaram para além dos discursos de atuação política da juventude, estando presente nos discursos da publicidade; mas, também, sendo compreendido como uma força que poderia ser utilizada e canalizada conforme o objetivo desejado.

Portanto, o poder jovem, enquanto parte de um jogo político, implicado no plano social, é um conjunto de relações que extrapolam as relações de força que têm como atores principais os estudantes contra a ditadura militar.

Para seguirmos adiante no nosso experimento, precisamos compreender melhor o que queremos dizer quando nos referimos a jogos de poder. Segundo Michel Foucault (2006b), é preciso estudar as relações de poder em função de seu funcionamento enquanto um jogo movido por estratégias e táticas, isto é, movidos por regras e objetivos. Longe de ser apenas uma relação entre dominantes e dominados, oprimidos e opressores, trata-se de “[...] um conjunto de coisas que ao mesmo tempo constituem a trama de nossa vida cotidiana [...]” (FOUCAULT, 2006b, p. 45). Ora, é importante termos consciência de que essa noção de jogo, que o filósofo utiliza, leva em conta a noção de “jogos de linguagem”, um conceito presente na filosofia analítica de origem anglo-saxônica que surge na obra do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, mais especificamente na sua segunda fase. Essa noção nos diz que:

[...] o mais primário da linguagem não é a significação, mas o uso. Para entender uma linguagem cumpre entender como funciona. Pois bem, a linguagem pode ser comparada a um jogo; há tantas linguagens quantos jogos de linguagem. Portanto, compreender uma palavra numa linguagem não é essencialmente compreender a sua significação, mas saber como funciona, ou como se usa, dentro de um desses “jogos” (MORA, 1996, p. 42).

Transposto para o pensamento de Michel Foucault, da forma como ele propõe, pensar o poder em termos de jogo é perceber que ele opera, funciona a partir de relações de força que são estabelecidas no plano social. Se o poder também opera em jogos, podemos dizer que ele funciona com regras que se estabelecem no próprio jogar das relações de poder. Ou seja, para compreendermos o poder, precisamos analisá-lo em função das estratégias que estão postas nessas relações: a que lugar se quer chegar, que “mau” se quer enfrentar, quem será o “objeto” da ação, etc. O poder, sendo aquilo que está disperso na vida social, se estabelece a partir desses vários jogos, em que se “aceita” jogar, ou não. Dessa maneira, deveríamos analisar as relações de poder em termos estratégicos, como

[...] modo em que, em um jogo, um jogador se move de acordo com o que

pensa acerca de como atuarão os demais e do que pensa acerca do que os outros jogadores pensam acerca de como ele haverá de se mover (CASTRO, 2009, p. 151).

Se seguirmos nesse caminho, tendo em vista as políticas públicas de juventude, podemos dizer que pensá-las em termos de jogos de poder, implica em perceber quais são os saberes sobre os jovens que estão postos nessas ações, de forma que seja possível antecipar a sua “jogada” antes mesmo dela acontecer: saber quais são as suas aspirações, com o que eles sonham, o que eles querem efetivamente, como eles atuam socialmente, etc. E, por outro lado, do ponto de vista dos jovens, diz respeito a eles saberem como atuar no interior desse jogo das políticas públicas, saberem os seus direitos e como eles se relacionarão com essa esfera política – o jogo está posto, há regras estabelecidas e os jogadores têm funções específicas, cada qual tentando ser o vencedor.

Podemos a princípio concluir que as relações de poder, sendo analisadas em termos de jogos, e, conseqüentemente, do ponto de vista das estratégias, relacionam-se com os saberes mútuos dos sujeitos uns sobre os outros. Os jogos de poder são correlações estabelecidas tendo em vista aquilo que cada um quer e pensa sobre o outro e, do ponto de vista analítico, estabelecem dicotomias que objetivam e cristalizam as relações de poder, fazendo emergir sujeitos bem delimitados. Nesse sentido, caberia sabermos quais são os jogos de poder que podem ser percebidos nessas práticas voltadas aos jovens que objetivam governá-los. Marialice Foracchi (1972) e Arthur Poerner (1979), nos deram um exemplo de olhar sobre a juventude estudantil sem aprisioná-la no jogo do jovem *versus* adulto. Diferentemente, eles mostraram que analisar a problemática da juventude a partir desse olhar, é desconsiderar uma mudança importantíssima que estava acontecendo na sociedade. Falando em poder jovem, eles perceberam que uma força resistia naquele período, produzindo-se como uma crise social, restabelecendo outras relações de poder em conflito com a sociedade.

Precisamos refletir, no entanto, sobre que jogos de poder conseguimos perceber no contexto de produção das políticas públicas de juventude atualmente. Por ora, a certeza que temos é que o poder jovem, enquanto uma relação de força que estabelece o novo na sociedade, não está interdito pelo mero jogo jovem *versus* adulto. Isso já vem sendo problematizado há bastante tempo e, cremos, é algo que não dá mais conta da multiplicidade imbricada nos discursos sobre a

conduta da juventude em sociedade. Podemos dizer que há vários jogos de poder estabelecidos no contexto das práticas e saberes sobre os jovens no Brasil atual, a saber, os jogos incluído *versus* excluído, empregado *versus* desempregado, presente *versus* evadido, criminoso *versus* vítima, vulnerável *versus* protegido, etc. Esses diversos jogos podem reduzir a problemática de juventude a um mero *status* de certo e de errado, de solução e de problema, de forma a simplificar e despotencializar o poder jovem enquanto uma força efetivamente política.

Não podemos analisar aqui cada jogo citado acima, pois isso estenderia o nosso trabalho para além do pretendido. Não obstante, acreditamos que refletir sobre a temática da vulnerabilidade social, nos ajuda a captar um discurso mais global sobre a problemática da juventude no interior dessas práticas políticas direcionadas a ela. Podemos dizer que o jogo de poder da vulnerabilidade é aquele que se apresenta de forma mais explícita nos documentos que analisamos. Primeiramente, precisamos ressaltar que a noção de vulnerabilidade é um dado que aparece de forma pouco crítica nos textos que fundamentam as políticas públicas de juventude, embora seja um importante instrumento analítico para elas. No Plano Nacional de Juventude, por exemplo, é dito o seguinte:

Muitos dos jovens brasileiros vivem na periferia dos grandes centros urbanos, sem oportunidades de emprego e educação e de perspectivas quanto à melhoria da qualidade de vida. Essa falta de oportunidades tem levado a que vários jovens sejam presas fáceis do narcotráfico e da criminalidade. São jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social ou até mesmo em risco de morte dada à crescente onda de violência que acometeu nos últimos anos à nossa sociedade. (BRASIL, 2004, p. 24).

Ser um sujeito vulnerável implica estar em uma espécie de desvantagem, submetido a circunstâncias perigosas para o seu próprio desenvolvimento enquanto “ser humano”. Esse tipo de discurso estabelece um tipo de sujeito que, de antemão, já é considerado fragilizado. O sujeito que emerge nesse jogo de poder é instituído a partir da falta, isto é, esse jovem é alguém cujas oportunidades de ter uma “vida correta” estão distantes. Mas, esse não é o problema maior, o que importa nessas políticas, ao estabelecer esse sujeito vulnerável, é lidar com a probabilidade deste se constituir um problema para a população ao adotar “condutas de risco”: estar fora da escola, do trabalho, na criminalidade e outras coisas afins. Do ponto de vista estratégico, a ação se voltará para evitar essa possibilidade, não porque ela é um problema para aquele sujeito,

porém, porque ela é um problema social, que afetaria os indicadores de desenvolvimento humano, implicando diretamente na imagem política do país em relação ao mundo, bem como na imagem política do Estado em relação à população. O jogo da vulnerabilidade cria um sujeito fragilizado que é subsumido na problemática geral da população: o sujeito vulnerável precisa ser protegido de sua própria vulnerabilidade, precisa ser vigiado nas suas possibilidades, pois o que está em jogo é a sua própria vida e a dos outros, que correspondem aos seus pares no contexto populacional.

Ora, se o poder, nos dizeres de Michel Foucault, “[...] faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 235), podemos dizer que o discurso da vulnerabilidade, estabelecendo o jogo do vulnerável *versus* protegido, cria um sujeito fragilizado que, para ser aquilo que *deve* ser, necessita de um cultivo, de um cuidado das práticas governamentais. Isso indica que na elaboração das políticas públicas de juventude,

ao optarem por uma determinada linha de orientação — e, principalmente, ao definirem o contingente de jovens atendidos, os objetivos perseguidos, as estratégias a serem aplicadas, o papel reservado ao jovem e as soluções buscadas —, os programas de políticas públicas circunscrevem discursos sobre juventude, que definem, também, circunstâncias juvenis e modos de viver dos jovens. (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009, p.316).

Quando falamos em políticas públicas de juventude, com todas as suas estratégias e seus jogos de poder, estamos falando em modos de subjetivação, em constituição de sujeitos que, no interior dessas práticas, não só estabelecem relações de dependência. Longe disso, nelas os jovens se vinculam “[...] à sua própria identidade por uma consciência ou autoconsciência” (FOUCAULT, 1995, p. 235). É nesse sentido que Michel Foucault fala que o poder é positivo, pois ele cria sujeitos e modos de relação consigo, ou seja, o que está em questão é sempre uma relação estreita entre ética e política: uma relação entre governo de si e dos outros, que o filósofo francês chamou de governamentalidade (FOUCAULT, 1997). Ora, esse modo de governo, quando implicado nas ações políticas voltadas à juventude, é o poder jovem operando, enquanto uma relação de poder que subjetiva e objetiva sujeitos.

Entretanto, para além desse tipo de operação, podemos pensar esse poder jovem relacionado com uma prática de liberdade? Seria possível, no contexto

dos discursos e das práticas de governo da juventude, que são elaborados nos documentos orientados para ações que têm os jovens como alvo, vislumbrar uma ação que nega-se a jogar aquele jogo de poder da vulnerabilidade, tentando criar novas práticas sociais e um novo espaço da política? A nosso ver, isso é sempre possível, pois é próprio da liberdade possibilitar com que as relações sociais se renovem.

4.5 O poder jovem e o *ethos* crítico: da crise ao possível

No início deste capítulo falamos em um poder jovem referenciado por Arthur Poerner (1979) enquanto um horizonte possível nas práticas sociais. Ele atuaria como uma negação do instituído politicamente, colocando-se como uma força que explicitaria uma crise social. Esse poder, não obstante isso, carregava consigo uma espécie de senso de justiça, pois ele “desmascarava” o sistema e se apresentava como uma verdade política. Já Marialice Foracchi (1972/1982), ao falar de uma força da juventude, também, assim como Poerner, apresentou-a como um poder de explicitação de uma crise política que instituía uma incerteza e uma possibilidade sem saber qual seja: uma ruptura e uma possibilidade de instituir o novo no cenário político. A potência dessa força; portanto, está naquilo que ela pode criar.

A palavra “crise” tem um significado pejorativo está sempre ligado a algo ruim, decadente, sendo algo que deve ser descartado categoricamente. No entanto, temos que encará-la como “[...] uma das vivências mais originais do ser humano, senão a mais original” (SOUZA, 2003, p. 29). Ora, ela é original não por ser parte da “natureza humana”, mas porque os homens, ao viver em sociedade, lidam com situações em que romper com a tradição, com o passado, se faz necessário para a constituição do futuro. Assim, ela é um processo complexo que agrega tanto um conjunto de escolhas, quanto a análise da situação presente em vistas de instituir um novo tipo de prática social. Devemos fugir da tentação de analisarmos uma crise como algo negativo e pensarmos no seu aspecto positivo, enquanto possibilidade de mudanças dos rumos e estratégias de uma sociedade. Ela é um processo extremamente potente, é algo sempre em vias de ser.

Por outro lado, a crise é uma relação de poder que emerge a partir de questões existenciais e sociais. É uma tensão entre aquilo que é, aquilo que não é, o que não deve ser e o que deve ser, sendo um jogo de poder em que estratégias e objetivos conflituam, criando outros – esse é o seu aspecto positivo. Ela é, por conseguinte, a

[...] conjunción del “nada es posible” y del “todo es posible”. La crisis revela las fuerzas que estaban en juego o, más bien, las redistribuye respondiendo a la pregunta: ¿irán las cosas en la dirección de la vida o de la muerte? Así concebida, la crisis no es el resultado acumulativo de una serie previa, sino un comienzo, un origen, una decisión vital. Corresponde a la creación de un espacio y de un tiempo propio, que ya no obedece a las coordenadas del mundo objetivo u óptico, sino a la dimensión *pática* como él la nombra, allí donde puede ocurrir una mutación de la experiencia y de las posibilidades (PELBART, 2010).

Não devemos pensar que uma crise é apenas um obstáculo intransponível, devemos, sim, pensar nela como um processo complexo em que o presente e o passado se chocam e possibilitam o futuro: uma crise tem sempre uma dimensão criativa. É um processo de escolhas e, conseqüentemente, de mudanças do mundo. Valores entram em choque, práticas sociais tornam-se insustentáveis e forças reorganizam-se, conseqüentemente, o mundo torna-se outro. O mais importante, todavia, é que esse processo culmina no momento em que algo é instituído, isto é, a partir das várias possibilidades, da tensão entre o “nada é possível” e o “tudo é possível”, algo é “escolhido” e produzido.

A noção de “crise” também tem outro significado, ela é “[...] uma situação a respeito da qual uma determinada decisão tem de ser tomada; significa o rompimento com a lógica do passado e o equacionamento e interpretação precisos das condições do presente” (SOUZA, 2003, p. 30). Podemos dizer, assim, que uma crise implica não somente uma tensão entre possibilidades, porém, uma posição crítica em que se pensa a situação em que se vive, questionando os fundamentos de uma sociedade, as estratégias que regem as suas práticas políticas e sociais e os objetivos que ela almeja. Uma crise, na medida em que abre-se para o questionamento da atualidade, é sempre uma reflexão sobre o que nós somos e o que queremos para as nossas vidas. A crítica enquanto vivência na crise, é sempre um “respirar fundo”, um “pôr-se a pensar”, um “reorganizar as forças” e uma produção daquilo que podemos querer – essa é a crítica enquanto dimensão

existencial, enquanto exercício de produção de si.

Michel Foucault, em um texto intitulado “O que são as luzes?”, ao analisar a *Aufklärung* na perspectiva de Immanuel Kant, introduz uma noção belíssima que, além de ser uma noção metodológica para análises históricas, também se apresenta como um *ethos*, uma forma de constituição dos sujeitos a partir de uma prática de si, qual seja, a noção de ontologia crítica de nós mesmos, que deve ser considerada não

[...] como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; é preciso concebê-la como uma atitude, um *ethos*, uma via filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua ultrapassagem possível (FOUCAULT, 2005, p. 351).

É preciso, a partir deste ponto de vista, pensar que o poder jovem não é apenas um conjunto de estratégias e objetivos que prescrevem à juventude modos de ser e de se conduzir, mas que ele produz o espaço político – aqui entendido como o lugar da possibilidade de constituição de novas práticas sociais. Ele tensiona e reordena as relações de poder estabelecendo a possibilidade de novos sujeitos. Se o correlato jovem/estudante que configurava o poder jovem das décadas de 1960 e 1970 sai de cena na década de 1980, abrindo a possibilidade para novas práticas sociais da juventude, sintonizando-se com outros movimentos sociais, então, podemos dizer que o poder jovem, atualmente, está disperso nas várias esferas da sociedade. Ele não é somente “capturado” pelas práticas de governo, mas é crítico a elas, é criativo, nega-se a jogar o seu jogo e cria outros. Ele tem voz, não é subsumido em dados estatísticos, nem vira um documento oficial ou um plano de ação.

O poder jovem, ao introduzir-se no operar das políticas públicas de juventude, vivenciado pelos jovens que negam-se a jogar o jogo da vulnerabilidade, que institui um sujeito fragilizado, muda a perspectiva do poder. Livrando-se de uma biopolítica enquanto gestão da população, que vê indivíduos apenas como sujeitos relacionados a um grupo populacional, estabelecidos por estudos demográficos, esse jovens tornam-se produtores e atores que encenam a sua própria vida. Nesse sentido, é preciso resistir a esse jogo biopolítico que estabelece um governo individualizante, que cria um sujeito jovem a partir de estratégias de condução da população. É preciso entender que esse tipo de prática de governo é o conjunto de

[...] todos os procedimentos políticos atuantes nas diferentes práticas sociais que pretendem nos fixar uma identidade. Ao operar pela individualização, esses procedimentos buscam obstaculizar a constituição da individuação ou da singularidade (CANDIOTTO, 2010, p. 11).

Negar esse governo individualizante passa por resistir às identidades que ele visa “colar” aos sujeitos. O desgoverno da individualidade juvenil que aconteceu na década de 1960 e 1970 no Brasil, negando o chavão que dizia que o papel dos jovens estudantes era apenas estudar (POERNER, 1979), estabeleceu formas de ação política que se materializaram tanto nos movimentos estudantis, quanto nos grupos armados. Criou-se um *ethos* rebelde com um conjunto de estratégias políticas e éticas, que se não transformaram o país, pelo menos tensionaram a organização política da época. No entanto, é preciso, atualmente, negar toda identidade que vise transformar os jovens em sujeitos fragilizados que precisam ser protegidos, pois isso justifica ações políticas que interferem diretamente na vida cotidiana deles, inclusive preestabelecendo o campo possível de sua ação política. Se isso acontece, o poder jovem se transforma apenas em uma força a ser conduzida, com uma identidade que atenua toda a batalha que está em jogo na arena pública, quando a juventude se coloca como uma força que produz a liberdade no campo da política.

Desse modo,

Quando os indivíduos travam um permanente embate agonístico entre as forças do desejo e as potências da liberdade, têm como efeito a constituição de diferentes “modos de viver”. Essas modulações vitais resultantes do trabalho ético, na medida em que não visam à constituição de uma identidade (de um ser), mas de um modo de ser (uma estilística da existência) são inapreensíveis pelo governo da individualização; elas possibilitam uma requalificação do desejo, do querer e da atenção por parte das forças da liberdade. (CANDIOTTO, 2010, p. 12).

O poder jovem nas tramas da arena pública é o *ethos* crítico das práticas de governo direcionadas à juventude. A liberdade, nesse contexto, é uma força que atravessa as práticas sociais enquanto ação que redefine as relações de poder, inserindo no mundo uma nova possibilidade de organizá-lo. Esse poder jovem, estrategicamente, quer sempre mudança, é sempre o novo enquanto modo de ser, recria-se ao negar as diversas identidades que lhe são propostas, tendo como forma a crise. Deste ponto de vista, podemos repensar o biopolítico não

apenas como algo que neutralizaria os modos de ser dos sujeitos, mas como algo produtivo, como uma potência de vida, como algo em que “[...] a simbiose e a confusão entre os elementos vitais e econômicos, entre elementos institucionais e administrativos, a construção do público, só pode ser concebida como produção de subjetividade” (NEGRI, 2001, p. 34). É preciso, portanto, pensar essa biopolítica como uma resposta e uma reapropriação das forças que se dirigem aos jovens. É em função disso que o poder jovem pode ser pensado como uma produção de singularidades, residindo aí o seu potencial revolucionário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há algo importante a ser dito: não queremos negar a importância das políticas públicas de juventude ou de qualquer ação que vise ao bem-estar dos jovens. Entretanto, não queremos cair na sedutora posição de proponentes desse tipo de intervenção política direcionada a eles. A nosso ver, falar em jovem, juventude e população jovem não é referir-se a mesma coisa. Embora a diferenciação desses três conceitos nos ajude a entender o que são e para que servem as políticas públicas de juventude, é preciso ressaltar que compreender tais noções de forma isolada é uma tarefa difícil. O jovem é o sujeito objetivado a partir de uma noção de juventude, já a população jovem é um recorte populacional preciso, material e efetivo. É através dos saberes sobre a juventude, no contexto populacional, que as políticas direcionadas aos jovens vão se efetivar.

Admitir essa perspectiva não é dizer que os jovens, nos meandros das relações de poder, estão todos dominados. Assim como os modos de subjetivação constituem-se num duplo caminho, a biopolítica opera nessa duplicidade. Ela é um domínio sobre um grupo populacional através de políticas públicas, mas, sob outro ponto de vista, produção de subjetividades singulares. Ou seja, é na tentativa de controlar os fluxos da vida que as resistências operam, que surgem novas maneiras de ser e de organizar-se: é a política como espaço da liberdade, da ação que faz nascer outras estratégias e relações que antes não existiam.

A biopolítica enquanto controle da vida da população busca sempre o apreensível, tornar previsível o acaso, a contingência. Na realidade, estrategicamente, o que importa para ela é não deixar acontecer aquilo que não estava previsto, é por isso que – por lidar com probabilidades – a estatística é o saber que está na sua base. Nesse sentido, quando pensamos na complexidade que são as práticas sociais, nos conflitos possíveis e nas possibilidades infinitas de algo novo acontecer, percebemos que a eficiência biopolítica é questionável. Não há domínio efetivo do imprevisível, mas apreensão daquilo que se efetivou. Num jargão popular, a biopolítica, na perspectiva do controle populacional, “sempre corre atrás

do prejuízo”.

É nesse modo de operar biopolítico, na tentativa sistemática de controle do imprevisível que nunca é efetivo, que a biopolítica enquanto produção de subjetividade, enquanto produção da vida para além do saber populacional, se torna uma possibilidade. Produção de subjetividade, nesse contexto, é recompor as relações de poder, reordenando as forças, criando outras tramas e outras conexões. Fazer isso, na prática, é mostrar que as políticas públicas são insuficientes, que tentam dar conta não do problema dos jovens, mas da população em geral. É preciso ter um senso crítico apurado ao propor políticas públicas de juventude, é preciso suspeitar das pesquisas “boazinhas” que se preocupam com “as juventudes”. A questão não é dizer que há diversos modos de se vivenciar a experiência juvenil, e sim se perguntar se as ações sobre a população jovem, por intermédio de instituições governamentais ou não, são capazes de dar conta dessa multiplicidade.

É claro que essa inversão da questão não é uma tarefa simples, é necessário tentar pensar esse problema a partir de vários pontos de vista. No nosso caso, ao trazermos para a nossa pesquisa aquela noção de poder jovem, estávamos refletindo sobre um tipo específico de relações de poder em que o jovem é o objetivo e, ao mesmo tempo, a estratégia. Dito de outro modo, ele era aquilo que deveria ser conduzido e aquilo que deveria ser utilizado visando a algum fim. Em si, não era apenas o jovem que estava em questão, mas uma força que o atravessava e que poderia ser utilizada. Ao interditar o poder jovem como crise social, os discursos dos anos de 1980, capturaram essa força juvenil, tornando-a palatável, consumível, utilitária. Todavia, não se estava falando do mesmo poder jovem, tampouco da mesma força, a “rebeldia” não era a mesma.

O mais interessante é que a participação social da juventude seguiu nessa trilha. O protagonismo juvenil, como vimos, além de ter sido moldado dentro de um contexto liberal, isto é, como uma espécie de liberdade e autodomínio que o jovem deve cultivar em si mesmo na sua integração social, estava relacionado diretamente à interdição da rebeldia contestadora dos movimentos estudantis dos anos 1960 e 1970: ele não institui nenhuma crise, ele é consensual, uma habilidade que todos os jovens devem ter. O aspecto político do poder jovem, com o protagonismo juvenil, se tornou um investimento, um empreendimento e lugar comum dessas políticas que visam à inclusão social da juventude.

A nossa análise visou mostrar esse apagamento sutil dos discursos que problematizavam a rebeldia da juventude, enquanto uma força importante para a política do país, visto que, era em função dela que as bases de um sistema autoritário era posto em xeque. Esses discursos atuais que visam propor uma pauta de ações para instituições que trabalham com o público juvenil, requalificam aquela relação de forças criadoras, tornando-a pertencente aos jovens. A liberdade torna-se algo palpável que o jovem pode aprender a usar através de certos exercícios pedagógicos, certa formação de si mesmo.

Reinserir a problemática do poder jovem no contexto em que ele emergiu, nas análises históricas e sociológicas desenvolvidas por Poerner (1968) e Foracchi (1972), é repensar a atualidade como um problema acerca daquilo que nos tornou o que somos. Por outro lado, é reconsiderar o lugar da política e da liberdade. Se na modernidade ser livre passou a significar a ausência de impedimentos e uma auto determinação da vontade, isto é, algo que um sujeito possui por si só, então, deste ponto de vista, o poder jovem poderia ser determinado como algo que alguém possui, o que permitiria utilizá-lo de acordo com as estratégias e objetivos de um sujeito. Entretanto, não é esse o significado que queremos dar a este aqui.

Quando repensamos a política e a sua conciliação com a liberdade, mostramos que ser livre não é apenas estar liberado de qualquer coação externa, porém, um tipo de ação no espaço *entre-homens* em que um sujeito faz existir aquilo que não existia. Sendo assim, a liberdade deve ser pensada como um exercício em que os indivíduos intervêm nas coisas do mundo e criam novas redes ou tramas sociais. Dentro dessas condições, se pensarmos o poder jovem na perspectiva da crise, como a possibilidade de instituir o novo nas práticas sociais e do qual nada pode controlar, visto não pertencer a ninguém, podemos dizer que ele é uma condição de possibilidade para que o mundo deixe de ser o que é, sem que um sujeito ou uma instituição seja a causa.

O que nos faz concluir isso não é uma definição ou conceito de juventude. O poder jovem é um nome dado a uma relação estratégica de poder, em que a juventude ou os jovens estão em questão. A crise que ele institui é um desgoverno, sem orientação e sem lugar a chegar, a sua potência está em reorganizar as forças sistematicamente, ele é sempre instituinte, jamais instituído. É preciso não apenas pensar na biopolítica como o controle do fluxo de vida da

população, no qual a vida das pessoas é subsumida num conjunto de probabilidades. A biopolítica pensada como subjetivação, enquanto ação que produz fluxos diversos de vida e singularidades, em que a crise é uma constante, nos diz que o poder jovem na trama da arena pública não é algo meramente instrumental, mas a possibilidade permanente de que a vida sempre nos surpreenderá.

Em suma, a partir da análise dos ditos e interditos, bem como das estratégias e objetivos relacionados à problemática da juventude, no contexto das políticas públicas, não chegamos a um conjunto de proposições sobre como deveriam ser essas ações que determinam um tipo de sujeito jovem e uma série de maneiras de organizá-los e inseri-los dentro de um ideal de desenvolvimento social e político. Desde o início da nossa pesquisa, no momento em que as nossas incursões eram apenas ensaios e uma série de ideias rascunhadas, tínhamos uma certeza: não queríamos dizer como os jovens deveriam ser dirigidos, nem como eles deveriam ser “compreendidos”, não somos gestores públicos, nem mesmo pesquisadores que desejam um “lugar ao sol” dos financiamentos que estabelecem o lugar do intelectual que pode dizer o que é o jovem e como deveriam ser as ações “de/para/com” eles.

Estamos distantes disso, queríamos somente tomar a palavra, não seguir nenhum *script* que não seja aquele desenvolvido e ensaiado nas próprias incursões biopolíticas que propomos aqui. A nossa utopia não é chegar a algum resultado surpreendente e original, mas acreditar que quando é a vida que está em jogo não há apenas previsibilidades, e sim transformações e possibilidades. Pensar no poder jovem como uma relação de forças que atravessa as ações políticas que se relacionam com os jovens, é ver a crise como uma potência infinita, um jovial devir revolucionário. É nesse sentido que esse escrito é um desafio pessoal, pois é visceral, diz respeito à trajetória daqueles que nunca acreditaram que a rebeldia é apenas uma “doença” juvenil, porém uma necessária prática de cuidado de si, em um mundo onde as utopias cada vez mais são desacreditadas pelo pragmatismo da economia de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A VOZ da maioria. **Veja**, nº 818, 9 de maio de 1984a. p. 52-60.

ABRAMO, H. W. **Cenas Juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMOVAY, M; et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas . Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

ADAMO, F. A.; et al. O problema da juventude não é a juventude, mas os fenômenos políticos, econômicos e sociais que a condicionam. In: ADAMO, F. A.; et al (org.). **Juventude**: trabalho, saúde e educação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985. p. 11-52.

ARENDT, H. Que é liberdade? In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988. p. 188-220.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Editora, 2007.

AVRITZER , L. Ação, Fundação e Autoridade em Hannah Arendt. **Lua Nova**, n 68, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000300006&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Jovens em Situação de Risco no Brasil Volume II**: Relatório Técnico. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186331278301/21Vol2Port.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2010

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 21 nov. 2010.

_____. Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude . **Plano Nacional**

de **Juventude**, 2004. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=253927>>. Acesso em: 23 nov. 2009.

_____. Coordenação Nacional do ProJovem. **ProJovem**: Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, 2005. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Documentos/projovem.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Projovem Urbano**: Manual do Educador, Orientações Gerais, 2009. Disponível em: <http://www.projovemurbano.gov.br/userfiles/file/materialdidatico/educador/guias/Manual_Orientacoes_Gerais.pdf>. Acesso em: 25 janeiro 2010.

CANDIOTTO, C. A subjetivação ética como desgoverno biopolítico da vida humana. **IHU online**: Revista do Instituto Humanitas, n. 344, ano X. Instituto Humanitas – Unisinos: São Leopoldo, 2010. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1285093731.8634pdf.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n. 2, jul/dez. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_4artigo_p19a46.pdf>. Acesso em: 8 Mar. 2010.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; LEON, A. **Juventude**: Tempo Presente ou tempo futuro? São Paulo: GIFE, 2007. Disponível em: <http://site.gife.org.br/arquivos/publicacoes/3/Juventude_tempo%20presente%20ou%20tempo%20futuro.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2010.

CORDEIRO, L. **Cazuza MUITO DOIDO** - Entrevista a Leila Cordeiro - Rock in Rio, janeiro de 1985. Youtube, 13 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=uj2_cg0tQdI&NR=1>. Acesso em: 16 fev. 2011.

COSTA, A. C. Uma forma de protagonismo juvenil. **Dois Pontos**: Teoria e Prática em Educação. V. 2, n. 19, primavera, 1994.

_____. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, S. G. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, V.34, n.2, p. 171-186, maio/ago. 2009.

FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. Você é contra a juventude? In: **A participação social dos excluídos**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. p. 25-31.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: Rabinow, P; Dreyfus, H. **Foucault, uma trajetória filosófica**: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O que são as luzes? In: MOTTA, M.B. (Org.). **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**: Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 335-351.

_____. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: MOTTA, M.B (Org.). **Ética, sexualidade, política**: Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. p. 264-287.

_____. A filosofia analítica da política. In: In: MOTTA, M.B. (Org.) **Ética, Sexualidade, Política: Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 37-55.

_____. O cuidado com a verdade. In: MOTTA, M. (Org.) **Ética, Sexualidade, Política: Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 240-251.

_____. A tecnologia política dos indivíduos. In: In: MOTTA, M. (Org.) **Ética, Sexualidade, Política: Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. p. 301-318.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **O Nascimento da Biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, vol. 21, n. 3, 2009. p. 313-323. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 fev. 2011.

GALVÊAS, E. Apresentação. In: **Os economistas: Thomas Robert Malthus**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 5-19.

GOULART, M; Et al. Políticas públicas e modos de (des)governar a juventude. In: **Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes: Políticas públicas no território das juventudes**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006. p. 118-125.

_____. Tensões acerca do protagonismo juvenil. In: **Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes: Políticas Públicas e Juventude**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2010. p. 35-45.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, agosto 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

71822008000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 nov. 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. [versão online].

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Juventude**: Documento de Conclusão, 2004. Disponível em: <www.interagir.org.br/politica/boletim/arquivos/projetajuventude.pdf>. Acesso em 13 jan. 2010.

JOVENS – Veja edição especial. **Veja**, nº 1859, junho de 2004.

KANT, I. Reposta à pergunta: Que é o “Esclarecimento”? In: **Textos seletos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 63-71.

LAZZARATO, Maurizio. Biopolítica/Bioeconomia. In: PASSOS, I. C. F. (Org.). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 41-52.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. VII-XXIII.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORTADA, S. P. De jovem a estudante: apontamentos críticos. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 3, Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822009000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Set 2010.

MOVIMENTO estudantil hoje. **Desvios**, Rio de Janeiro, n. 4, 1985.

NATALIDADE e ditadura. **Veja**, nº 612, 28 de maio de 1980. p. 3-6.

NEGRI, T. Biopolítica Produtiva. In: **Exílio seguido de valor e afeto**. São Paulo: Iluminuras, 2001. p. 33-34.

NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Genealogia da Moral: Uma polêmica.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O ANFITRIÃO da juventude. **Veja**, nº 818, 12 de dezembro de 1984b. p. 5-8.

ONU. **Servicios prestados por la juventud:** un estudio de la experiencia de ocho países. Nova York: ONU, 1975.

_____. Declaración de Mexico sobre población y desarrollo. In: **Informe de la Conferencia Internacional de Población, 1984.** Nova York: ONU, 1984. p. 1-4.

_____. **Políticas Nacionales para la juventud en los países en desarrollo.** Nova York: ONU, 1985.

_____. **Assessment of the impact of measures and activities accomplished during the Internacional Youth Year: Participation, Development, Peace (1985).** Nova York: ONU, 1987a.

_____. **Situación de la juventud en el decenio de 1980 y perspectivas y problemas para el año 2000.** Nova York: ONU, 1987b.

_____. **Programa de Acción Mundial para los Jóvenes hasta el año 2000 y años subsiguientes, 1996.** Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/RES/50/81&Lang=S>>. Acesso em: 22 dez. 2010.

_____. **Declaración de Lisboa y Braga sobre juventud, 1998.** In: Protagonismo juvenil en proyectos locales: Lecciones del Cono Sur. Santiago, 2001. p.143-158.

_____. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). In: **Inovar para incluir: jovens e desenvolvimento humano: Informe sobre Desenvolvimento Humano para o Mercosul.** Buenos Aires: Libros del Zorzal: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2009.

PAOLI, M.C. Movimento estudantil hoje – apresentação. **Desvios**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 61-71, 1985.

PASSO em falso. **Veja**, nº 853, 9 de janeiro de 1985. p. 26-27.

PAVIS, P. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

PELBART, P. P. **Una crisis de sentido es la condición necesaria para que algo nuevo aparezca**, 2010. Disponível em: <<http://blogs.publico.es/fueradelugar/124/una-crisis-de-sentido-es-la-condicion-necesaria>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

PINTO, F. Do Rockódromo ao Sambódromo. **Veja**, n. 857, 6 de fevereiro de 1985. p. 114.

POERNER, A. J. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

POPKEWITZ, T. S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, T. T. (Org.). **O Sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Editora Vozes, 1994. p. 173-210.

PRADO FILHO, K. **Michel Foucault, uma história da Governamentalidade**. Rio de Janeiro: Editora Insular, 2006.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO NETO, A. Um laço que não une mais. **Desvios**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 61-71, 1985.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-749.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: Investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SEN, A. Well-Being and Freedom: The Dewey Lectures 1984. **The Journal of Philosophy**, Vol. 82, No. 4, 1985.

SOUSA, J. T. P. **Reinvenções da utopia**: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, R. T. de. **Sobre a construção do sentido**: o pensar e o agir entre a vida e a filosofia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, n.1, 2009. p. 1-28.

SPOSITO, M. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda (Org.) **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57-75.

TANCREDO condena 'Rock in Rio'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 64, n.20364, 03 de jan. 1985, p. 29.

TORMA, E. Caminhada reivindica direito dos jovens. **Zero Hora**, Porto Alegre, 07/01/1985, p. 29.

TOURAINÉ, A. Juventud y democracia en Chile. **Revista Última Década**. Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas (CIDPA). Viña Del Mar, Chile, n.8, 1998. Disponível em: <<http://www.cidpa.cl/txt/8artic05.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

WASELFIK, J.J. Considerações finais. In: WASELFIK, J. J. **Mapa da Violência IV: os jovens no Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004. p. 161-166.

WERTHEIN, J.; SENNA, V.; MIRANDA, N. Apresentação. In: WASELFIK, J. J. **Mapa da Violência IV: os jovens no Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004. p. 7-8.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Lógico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 2001.

PÓS-ESCRITO: DAS INQUIETUDES DO CURIOSO

Michel Foucault, no segundo volume da “História da Sexualidade”, intitulado “O uso dos prazeres”, diz que o seu “método” é a curiosidade, indicando que é ela que permite um certo descaminho daquele que se põe a conhecer determinado objeto. É preciso entender, no entanto, que o ato de descaminhar, que o filósofo se refere, não é meramente se extraviar de um caminho correto, é pensar diferente, abrir novos caminhos e novas possibilidades. A figura da curiosidade que Foucault se refere não está ligada diretamente à aquisição de conhecimentos, ela é uma força que produz estranhamentos, uma vontade de ir além de si, uma inclinação descontrolada que move o pesquisador. Ela permite uma certa ruptura dele com ele mesmo, perdendo o controle que julgava ter sobre o seu objeto de conhecimento, que se mostra, agora, distante, transitório e estrangeiro.

Quando falo em transitório e estrangeiro, tenho diante de mim a imagem do meu próprio processo de pesquisa. Para se ter uma ideia, para chegar no momento atual, muitos objetivos e estratégias mudaram, alguns foram deixados de lado, e, em grande parte, outros foram deixados em suspenso ou foram totalmente desconsiderados, postos na “lixeira”. Isso era mais do que esperado visto o meu objeto de pesquisa, a juventude em relação a práticas de governo e de Estado, ser um tema em “disputa”, ou melhor, um tema excessivamente problematizado, de forma que falar sobre ele exige certas credenciais teóricas e institucionais e nenhum impulso iconoclasta. A coisa é simples, é preciso levar em consideração que, aparentemente, no meu ato de pesquisar, existem alguns questionamentos balizadores: Quem é você para falar sobre isso? Quais autores você leu? Que conceitos você usou? Quais livros ou textos você vai usar para seguir no “caminho correto” da sua temática? No meu caso, qual o conceito de juventude que você vai utilizar? Ou seja, ao pesquisar estamos diante de forças que, em certa medida, parecem “canalizar” a nossa curiosidade, organizá-la, controlá-la.

Outro ponto importante são os prazos. É preciso “pensar” dentro de um tempo determinado, dizer tudo aquilo que é possível dentro daquilo que conseguiu-

se fazer, ou seja, depois que se entra nesse jogo acadêmico não há saída, é preciso dizer, é preciso se defender! O fato é que vamos desaprendendo a “ruminar” – se é que algum dia soubemos –, as leituras são excessivas e, algumas vezes, superficiais, buscamos apenas maneiras de justificar aquilo que pensamos, mas que não temos “credenciais” para dizer. Assim, é preciso colocar em cena os textos clássicos, autores canônicos, citações categóricas. É preciso dizer com as palavras dos outros, pois somos meros aprendizes e os nossos ditos são insignificantes para a academia se eles não vierem apoiados em uma “tradição”. A passos de caranguejos, andamos de lado ou de costas, mas nunca para frente, realmente de frente: muitas vezes não preferimos um horizonte incerto, preferimos um caminho já traçado em que o nosso olhar se depara apenas com pegadas e imagens que são necessárias ressuscitar.

Por outro lado, não podemos esquecer de outro elemento fundamental: é preciso produzir! Mandar artigos, participar de eventos, precisamos legitimar o que produzimos, sem polêmicas, apenas com tapas nas costas e elogios. Precisamos de um beloattes – uma grande barra de rolagem em nosso navegador da web é sinal de um currículo bom. Tudo viraattes, tudo viraattes! – com perdão do trocadilho. O que importa é registrar a presença em tal lugar, que se publicou em tal lugar, que disse em tal lugar ou que foi citado em tal lugar. Não é mais a curiosidade que nos move, desaprendemos a ser crianças há muito tempo, não queremos mais ser sós em nossa brincadeira, perdemos essa seriedade...

É claro que o meu ponto de vista é apenas meu, aqui quem fala é alguém que vem se transformando nesse processo, que no interior dos documentos que serviram como base das suas análises, se percebeu criança, curioso, metendo o nariz onde não foi chamado, que falou coisas que não deveria ter dito e que foi repreendido. Desse modo, isso só atesta uma coisa, que houve uma tentativa, um processo, uma maneira de produzir um caminho só meu, diferente, portanto. Não há como deixar de levar em consideração que produzi inquietudes a partir de bons encontros, aprendi a pensar diferente nos debates e rodas de café que vivenciei com os meus amigos pesquisadores.

Tenho duas certezas nesse momento: já não sou mais o mesmo e muita coisa ainda deve mudar. Há uma Universidade que se produz nas suas próprias rachaduras, na sua própria decadência, assim, qualquer mudança pode ser produzida, escrita ou inventada. O fato é que jogamos o seu jogo, mas brincamos

com algumas regras...